UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Arquitectura

ARQUITECTURAS RURAIS E CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

Uma experiência no Vale do Lima (2003 – 2006)





Dissertação de Mestrado em Arquitectura na Especialidade de Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico



Sob a orientação do Professor Arquitecto

Manuel Correia Fernandes



Maria do Rosário D. S. Coutinho Calheiros
Licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

PORTO NOVEMBRO 2006

Fotografia da capa: Germil, Ponte da Barca, 2005
Fotografia da página de título: Germil, Ponte da Barca, 2006

719(043.2)(469.11)

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Arquitectura

ARQUITECTURAS RURAIS E CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

Uma experiência no Vale do Lima (2003 – 2006)





Dissertação de Mestrado em Arquitectura

na Especialidade de

Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico

Sob a orientação do Professor Arquitecto

Manuel Correia Fernandes

Maria do Rosário D. S. Coutinho Calheiros
Licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

PORTO NOVEMBRO 2006

biblioteca
2/6/07

Entrada em 30/08/2007
Registo n.º 113225

T. 6.4.9.1

RESUMO

Este estudo - elaborado como dissertação do Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (2003 – 2006) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob a orientação do Professor Arquitecto Manuel Correia Fernandes - faz uma reflexão sobre as intervenções de conservação e reabilitação realizadas em aglomerados do Vale do Lima, no invólucro exterior de habitações rurais de arquitectura vernacular, pela equipa do Gabinete Técnico das Aldeias, constituída por dois arquitectos e um engenheiro civil, criado pela Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (ADRIL). O documento apresenta: a evolução dos conceitos de património, conservação e reabilitação; o enquadramento das acções no Programa AGRIS (QCA III-ON); o território e tipos de povoamento; os casos de estudo, sua morfologia, materiais e critérios de intervenção (materiais, resolução de patologias, técnicas de reabilitação de estruturas, paredes exteriores, cobertura, revestimentos e caixilharias); descrição do processo social e técnico de selecção, projecto, licenciamento e obra; justificação das opções tomadas nos critérios de intervenção; e bibliografia incluindo cartas e convenções internacionais pertinentes.

PALAVRAS-CHAVE

Habitat Rural, Arquitectura Popular, Património Vernacular;
Conservação, Reabilitação, Materiais, Patologias;
Políticas e Programas de Desenvolvimento, AGRIS;
Associações de Desenvolvimento Local, ADRIL;
Vale do Lima, Norte de Portugal.

RESUMÉ

Cette etude - présentée sous forme de dissertation correspondant à une maîtrise en *Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (2003-2006)* de la *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*, sous l'orientation du Professeur et Architecte *Manuel Correia Fernandes* – est une réflexion sur les interventions de conservation et de réhabilitation réalisées dans les agglomérations de la Valée du Lima (*Vale do Lima*), concernant l' aspect extérieur des habitations rurales d'architecture vernaculaire, par l'équipe du *Gabinete Técnico das Aldeias*, ce dernier étant constitué de deux architectes et d'un ingénieur civil, le cabinet en question ayant été crée par *Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (ADRIL)*. Ce document développe les points suivants: l'évolution des concepts qui déterminent le patrimoine, conservation et rehabilitation ; l' encadrement des actions dans le programme *AGRIS (QCAIII-ON)*; le territoire et ses types de peuplement; les cas d'études, sa morphologie, matériaux et critères d'intervention (matériaux, resolutions en fonction des pathologies déclarées, techniques de rehabilitation de structures, murs extérieurs, couverture, revêtements et encadrements de fenêtres); description du processus social et technique de sélection, projet, autorisations et travaux; justification des options choisies dans le cadre des critères d'intervention; lettres et conventions internationales pertinentes ; et bibliographie.

MOTS CLÉS

Habitat Rural, Architecture Populaire, Patrimoine Vernaculaire;
Conservation, Réhabilitation, Matériaux, Pathologies;
Politiques e Programmes de Développement, AGRIS;
Association pour le Développement Local, ADRIL;
Vale do Lima, Nord du Portugal.

ABSTRACT

This case study – written as an essay within the frame of a Master Degree in *Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (2003 – 2006)* at the *Faculdade de Arquitectura* **da** *Universidade do Porto*, under the orientation of Professor and Architect *Manuel Correia Fernandes* – is a reflection on the interventions of conservation and rehabilitation which were conducted on the exterior of rural dwellings of vernacular architecture in boroughs located in the Lima Valley (*Vale do Lima*) by the *Gabinete Técnico das Aldeias*, which is composed of two architects and one civil engineer, the later organization having been created by the *Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (ADRIL)*. This paper analyses the following issues: the evolution of the very concepts which define patrimony, conservation and rehabilitation; the framing of those actions within the *AGRIS Program (QCA III-ON)*; territory and population types; case studies, morphology, materials and intervention criteria,
(materials, determination of pathologies, structure rehabilitation techniques, exterior walls, roof, coating and window framing); description of the social and technical selection process, project, licensing and building; justification of selected options within the frame of the intervention criteria; relevant letters and international conventions;bibliography

KEY WORDS

Rural Habitat, Popular Architecture, Vernacular Patrimony;
Conservation, Rehabilitation, Materials, Pathologies;
Development Politics and Programs, AGRIS;
Local Development Association, ADRIL;
Vale do Lima, North Portugal.

ÍNDICE

1. Introdução 7

2. Património, conservação e reabilitação: evolução dos conceitos; o enquadramento das acções na medida Agris (QCA III-ON) 13

3. Contexto e tipologias dos casos de estudo 26

3.1 O território 27

3.2 Tipologias de povoamento 34

3.2.1 Aglomerado de meia-encosta 41

3.2.2 Aglomerado de montanha 46

3.2.3 Núcleo de povoamento disseminado de várzea 51

3.3 Morfologia das construções: tipos de casas e materiais construtivos 56

3.3.1 Edifícios que recorrem a materiais locais e tecnologias tradicionais herdadas 59

3.3.1.1 Caracterização: paredes exteriores, cobertura, escadas, revestimentos, caixilharias 59

3.3.1.2 Critérios de intervenção: metodologia, diagnóstico, solução arquitectónica e construtiva; paredes exteriores, cobertura, revestimentos, caixilharias, deficiências de execução 67

3.3.1.3 Casos de estudo 76

3.3.2 Edifícios construídos ou alterados depois do advento do betão armado 81

3.3.2.1 Caracterização: paredes exteriores, cobertura, escadas, revestimentos, caixilharias 81

3.3.2.2 Critérios de intervenção: metodologia, diagnóstico, solução arquitectónica e construtiva; 84

paredes exteriores, cobertura,
revestimentos, caixilharias, deficiências de
execução
3.3.2.3 Casos de estudo 90
4. Da análise da estratégia ao conceito de intervenção 97
4.1 O processo social e técnico: Livro de obra 98
4.2 Da teoria aos critérios de intervenção 109
Bibliografia 122
Apêndice A - Glossário do património 130

1
INTRODUÇÃO

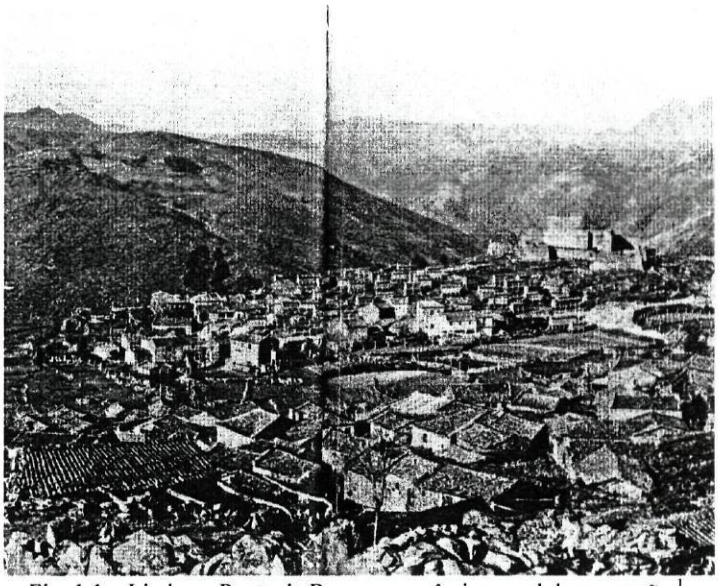


Fig. 1.1 – Lindoso, Ponte da Barca: panorâmica geral da povoação.[1]
- Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal

"Mais do que mimetizar formas de outras épocas e outras vivências, importa saber se é possível preservar algumas delas com novas funcionalidades, mas mantendo a coerência de conjuntos que são verdadeiras lições da arte de construir, com economia de meios e estreita relação com o sitio"[2]

"Que futuro, afinal, para o nosso passado?"[3]

A casa da arquitectura rural, servindo de habitação, tem hoje que dar resposta adequada às actuais necessidades do habitar, resultantes de um tempo e espaço específicos. As circunstâncias da vida alteram-se: diferentes meios de deslocação, diferentes maneiras de viver, diferentes condições sociais e económicas exigem novas soluções nas casas, tanto no espaço interior como no seu invólucro exterior. É necessário o estudo de dois elementos fundamentais, o homem e o meio ambiente, ao longo do tempo, influênciando-se mútuamente e condicionando toda a arquitectura, de modo a imprimir-lhe um carácter e identidade próprios.

Intervir nos edifícios de habitação em núcleos rurais, implica uma abordagem em diferentes tempos (pré-existências), escalas (território, aglomerados, unidade habitacional) e conceitos (património, conservação, restauro, reabilitação). É possível acrescentar ao passado, algo de presente e possibilidade de futuro, ou seja, conservar a arquitectura popular antiga e introduzir-lhe uma funcionalidade actual.

Tentou-se, aqui, articular os conhecimentos adquiridos durante a parte pedagógica deste mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico com a experiência no terreno e as leituras realizadas, para a concretização desta tese.

Este trabalho tem como objectivo avaliar as intervenções feitas no invólucro exterior do edificado em aglomerados rurais, que se inserem nas seguintes linhas orientadoras do desenvolvimento rural: valorização do património edificado, promoção da salvaguarda activa e reforço da identidade das populações aí residentes.

Estabeleceram-se três momentos para o desenvolvimento do texto.

O primeiro momento centra-se na filosofia do Programa de Desenvolvimento Rural (Agris, Leader) - em que se inseriu a acção no habitat rural aqui descrita – a qual se articula com a evolução recente dos conceitos de património (erudito, vernacular, ecológico) e das teorias de intervenção. O conceito de património foi sendo alargado no espaço e no tempo: edifício singular, consagrado na Carta de Atenas (Conferência Internacional para a Tutela e Conservação do Património Arquitectónico, 1931); conjuntos, consagrados na Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, 1964); Arquitectura Rural e sua Paisagem, consagradas no Apelo de Granada (Conselho da Europa, 1976); Arquitectura Contemporânea, consagrada na Resolução 813 (Conselho da Europa, 1983); transmissão do Património Arquitectónico, consagrada na Convenção de Granada (Conselho da Europa, 1985), Património Construído Vernacular (12ª Assembleia Geral ICOMOS, 1999).

A evolução do próprio conceito de arquitectura transmitida nos tratados de arquitectura, "manuais de boas práticas", desde o século I antes da nossa era, com os dez livros "De Architectura" de Marcus Vitruvius Pollio, até à contemporaneidade, com "A Green Vitruvius", publicação preparada ao abrigo do Programa Thermie da Comissão Europeia, que "*à tríade vitruviana de comodidade, solidez e beleza, é postulado a adição de um quarto ideal: restituição, restauração ou restabelecimento, segundo o qual o acto de edificar valoriza o meio ambiente, num sentido ecológico e não só visual.*"[4] A arquitectura como recurso, associa o novo paradigma ecológico à conservação, conferindo-lhe um sentido de sustentabilidade.

O segundo momento descreve o contexto e tipologias dos casos de estudo: caracterização do território, tipologias de povoamento, tipos de casas, processos construtivos e critérios de intervenção. O livro

Arquitectura Popular em Portugal, estudo feito pelo então Sindicato dos Arquitectos, na década de 50, revelou-se fundamental para o conhecimento do alvo destas intervenções, tanto no que diz respeito à própria história e formação do território e dos aglomerados, bem como as características das habitações. Proporcionou também a possibilidade de comparação dos aglomerados nesse tempo com o tempo presente. Por isso, neste trabalho se recorre frequentemente a fotografias, citações, mapas e esquemas desse documento, que serve de "pano de fundo" tanto para esta dissertação como para a própria actuação no terreno.

O terceiro momento testemunha a experiência adquirida ao longo das várias fases da intervenção. Este capítulo divide-se em duas partes: *i.* "Livro de obra", que relata o desenrolar dos acontecimentos, o dia a dia do projecto e da obra, as dificuldades e a maneira como foram resolvidas; e *ii.* "Da teoria aos critérios de intervenção", que reflecte sobre as práticas seguidas na reabilitação dos edifícios, dando resposta ao programa e ao sitio.

> "*...porque em termos de arquitectura, recuperação não é uma especialidade, trata-se simplesmente de arquitectura. Tem uma base histórica, científica muito forte, mas também tem algo do que qualquer intervenção arquitectónica nos apresenta.*"[5]

NOTAS

[1] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1, Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 68-69

[2] ROSETA, Helena, *Prefácio da 4ª edição, Arquitectura Popular em Portugal*, 4 ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. VI

[3] ROSETA, Helena, *Prefácio da 4ª edição, Arquitectura Popular em Portugal*, 4 ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. VII

[4] QUINTANILHA, Olga, *Prefácio, A Green Vitruvius*, Ordem dos Arquitectos, Publ. Comunidade Europeia, 2001, p.6

[5] SIZA VIEIRA, Álvaro, *Recuperação e Manutenção* (transcrição de conferência gravada), in *A Intervenção no Património Práticas de Conservação e Reabilitação*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2003, p. 19

2
PATRIMÓNIO, CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO: EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS; O ENQUADRAMENTO DAS ACÇÕES NO PROGRAMA AGRIS (QCA III-ON)

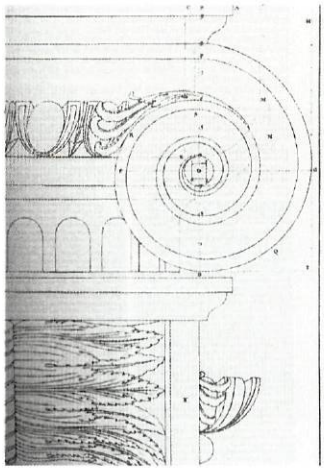


Fig. 2.1 – Proporções da voluta Jónica, de Vitrúvio[1]



Fig. 2.2 – Pilar de sustentação de andar , Lindoso, Ponte da Barca (2006)

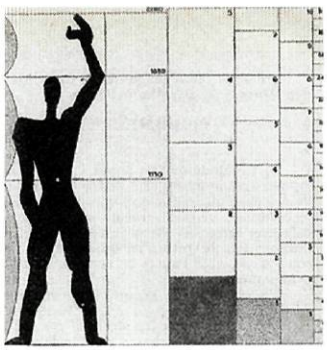


Fig. 2.3 – Le Corbusier: "Essai sur une mesure harmonique a l'échelle humaine applicable universellement a l'architecture ..."[2]
Fig. 2.4 – Porta de entrada da Igreja do Marco de Canavezes[3]





Fig. 2.5 – Porta de entrada de habitação. Lindoso, Ponte da Barca (2006)

Todas as culturas e sociedades exprimem-se por formas

Da antiguidade clássica ... à paisagem humanizada.

> "Património é qualidade e memória. Sem qualidade íntrinseca ou circunstâncial não haverá fundamento para que um testemunho / memória tenha que ser conservado" [4]

Ao longo do tempo, estes dois aspectos, qualidade e memória, assumiram diferentes significados e valores, originando sucessivas tomadas de posição face à noção de património e às práticas de conservação que lhe estão associadas. Hoje, esse património engloba, não só os edifícios monumentais, castelos, palácios, igrejas, conventos, mas também os edifícios habitacionais, industriais e comerciais que isoladamente ou em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas, como ao longo do tempo, o homem se organizou, viveu e trabalhou.

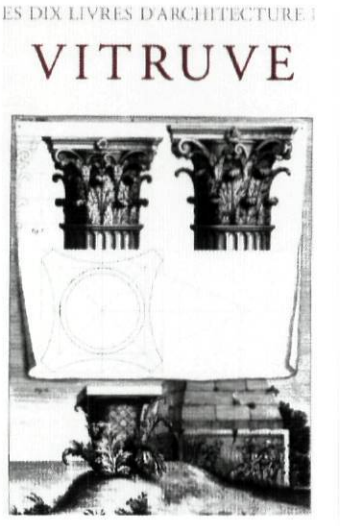


Fig. 2.6 - "Composé par l'ingénieur et architecte Vitruve, un contemporain de l'empereur Auguste, le De Architectura est le seul traté d'architecture de l'Antiquité qui nous ait été transmis dans sa presque intégralité. Redécouvert par l'Occident à la fin du Moyen Age, il va être étudié avec passion par les humanistes, les architectes et les ingénieurs à partir de la Renaissance"[6]

Nas sociedades ocidentais, é a partir do Renascimento, em plena época humanística, que a ideia de estudar e preservar o monumento (Fig.2.6) assume importância, sendo esboçadas as primeiras ideias de actuação sobre construções já existentes.

Em Portugal, a partir do séc. XV, face ao começo da importância do monumento e do aumento de interesse dos antiquários pela arquitectura romano-gótica, promulgam-se várias autorizações régias e posturas municipais, contra a destruição de significativas edificações, em nome de um valor já simbólico.

Nos séculos seguintes e até finais do séc. XVIII, parece poder verificar-se, uma sensibilidade colectiva aos valores simbólicos expressos em certas construções, consensualmente consideradas como excepcionais, o que justifica o desejo da sua conservação. Por exemplo, à Academia Real da História criada por D. João V em 1720, é incumbida a tarefa de "providenciar sobre a conservação dos monumentos"[5].

Em Portugal, em 1834 e 1911, a legislação laicista transfere para o Estado grande quantidades de imóveis eclesiásticos, com excepção das igrejas. Os edifícios foram adaptados às novas funções, ou passaram para mãos de particulares. Todo este processo provocou uma degradação progressiva dos imóveis religiosos.



Fig. 2.7 – Vista imaginária sobre Ponte de Lima em 1780, com suas muralhas e torres[7]

Na transição dos séculos XVIII / XIX e ao longo do séc. XIX, o posicionamento patrimonial parece ser simultâneamente renovador e conservador. Renovador, pois, decorrendo no quadro "iluminista" em que se processa, justifica as demolições em alguns contextos urbanos, pela necessidade de reformular e ampliar a cidade, de renovar e higienizar os seus edifícios, sendo exemplo disso a destruição de várias muralhas e suas torres (Fig.2.7), galerias "alpendradas" e "rótulas" (Fig.2.8). Conservador, pelo lento emergir do conceito de monumento, visível nalgumas recomendações régias e no posicionamento das autoridades administrativas e governamentais, relativo à preservação de igrejas e edifícios simbólicos.



Fig. 2.8 - Braga, Casa das Rótulas[8] - Arquitectura Popular em Portugal

Entretanto, após a consolidação do Liberalismo e no quadro da nascente industrialização e até final do século, a cidade histórica moderniza-se, com a criação de novas condições de vida urbana propriciadas pela instalação da iluminação pública a gás, da intercomunicação telegráfica, pelo reordenamento das estradas, pela criação de equipamentos públicos como teatros, escolas, etc.

Com o advento da era industrial, a permanência do "fazer manual" perde a sua continuidade. O monumento histórico adquire por isso uma nova determinação temporal: "A consagração do monumento histórico surge assim directamente ligada à chegada da era industrial."[9]

Em 1931, a Carta de Atenas[10] , consagra o Monumento e refere que "os restauros", deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época.

Ao longo do séc. XX, e para superar os problemas higiénicos da cidade industrial, o modernismo radical defende a destruição da herança construída com excepção dos monumentos[11] (Fig.2.9).

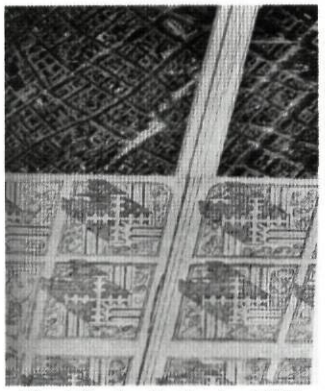


Fig. 2.9 - Le Corbusier,1929-34, Plan Voisin de Paris, 1922-1925-1929 [13]
O modernismo radical defende a destruição da herança construida com excepção dos monumentos

"Já sob o Estado Novo se criará, em 1929, a DGEMN, tendo como principal competência, a realização de obras nos imóveis classificados, com o objectivo de zelar pelo património arquitectónico da nação"[12]. O grande objectivo do regime, numa perspectiva patrimonial, é o da recuperação e valorização dos edifícios e espaços públicos mais representativos de cada cidade, numa clara promoção do seu passado histórico. Para atingir este objectivo promove os restauros estilísticos e as reconstruções revivalistas. Para enfatizar a presença dos monumentos é destruída a sua envolvente edificada, acentuando-lhes o isolamento e descontextualização. O Estado Novo encontrou, também, nas exposições evocativas e nas comemorações centenárias, um sistema eficaz de propaganda. Muitas obras em monumentos foram iniciadas ou continuadas, para servirem o programa das solenidades, ao serviço do projecto ideológico. O Estado Novo empenhou-se no restauro e conservação do património arquitectónico nacional, justificado por princípios ideológicos, na tentativa de fixar e evocar os momentos áureos do passado de oito séculos da Nação. Esta acção de salvaguarda do património arquitectónico nacional foi constituída pelo seu inventário, classificação e posterior intervenção, segundo uma filosofia própria.



Fig. 2.10 - Palheiros de Mira[18]
←

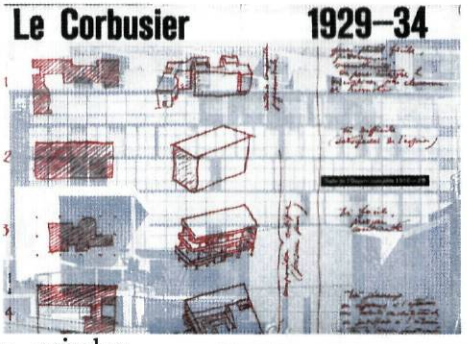


Fig. 2.11 -Máquina de habitar[19]
→

Também no quadro de preservação patrimonial são criadas comissões de estética urbana com o objectivo de "submeter á sua juridisção todos os projectos que visem alterar qualquer edifício com carácter arquitectónico ou a estrutura geral da cidade"[14]

Nos anos 40, é organizado o Concurso "A aldeia mais portuguesa de Portugal", como forma de propagar os valores e os ideais do conservadorismo nacionalista do regime. "Suba até à Torre do Relógio ou de Lucano. No cimo está a réplica do galo de prata, símbolo da atribuição do título de *Aldeia mais Portuguesa de Portugal* a Monsanto."[15]

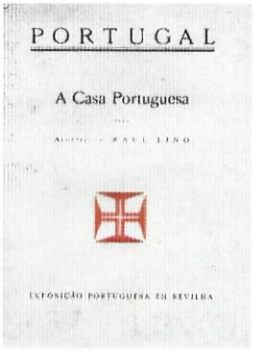


Fig. 2.12 -"Casa Portuguesa"[20]

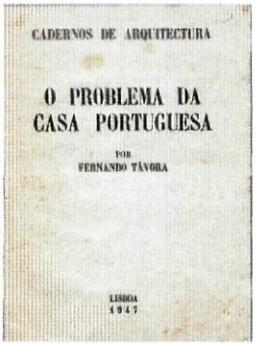


Fig. 2.13 - "O problema da casa portuguesa"[21]

Paralelamente, a conservação de alguns tipos de tecnologia tradicional é afectada pelos planos de urbanização da década de 50. A título de exemplo, e sobre as construções em tabique de madeira nas praias de Mira (Fig.2.10) "*poucas habitações poderão ser consideradas aptas pelo que urge a sua substituição.*"[16] Por intermédio da Câmara Municipal de Mira, a partir de 1953 foi proibido que se fizessem, nas casas de madeira, os concertos indispensáveis à sua conservação.

Em 1947, Fernando Távora publica o texto "O problema da casa portuguesa"(Fig.2.13): "*a convergência que procura, passa pela critica a uma visão caricatural da "tradição"* (Fig.2.12*), mas também pela negação da faceta "mecanicista" e intensidade ideológica da arquitectura moderna.*"[17] (Fig.2.11)

Para responder à pretensão do regime foi levado a cabo, pelo então Sindicato Nacional dos Arquitectos, entre os anos de 1955 a 1960, o levantamento da arquitectura popular nas várias regiões do país, o que permitiu o registo de um património já em degradação mas ainda não descaracterizado. Tal registo, que originou a publicação do livro Arquitectura Popular em Portugal (Fig.2.14) precedeu - e daí o seu enorme interesse – a primeira onda de emigração para França, que iria fazer crescer os rendimentos de uma parte significativa da população portuguesa. Uma vontade de mudança e progresso, numa lógica de apagar as marcas do passado, "*...deram livre curso à descaracterização e destruição de um espaço edificado longamente sedimentado no seio de sociedades estáticas e fechadas.*"[22](Fig.2.15)

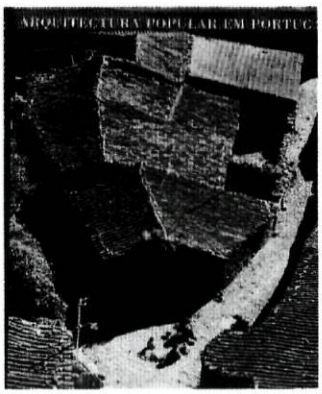


Fig. 2.14 - Arquitectura Popular em Portugal, capa do livro[24]



Fig. 2.15 - Casa construída na altura da emigração para França.
Germil, Ponte da Barca (2005)

A concentração urbana em Portugal originou uma dissociação entre o local onde se vive e o local de trabalho, ao contrário do que acontecia no mundo rural. Começam a proliferar assim, os chamados bairros clandestinos. "*...mas esta arquitectura, ou construção clandestina, não é um sucedâneo da arquitectura popular de que neste livro se fala. Nem sequer pode ser considerada em rigor, arquitectura vernácula....só é vernácula uma arquitectura...em que há uma ligação entre o homem e o meio.*"[23]

Em 1964, a Carta de Veneza define um novo conceito de património, que passa a integrar "*não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos e rurais representativos de uma civilização particular*" acrescentando que o objectivo do restauro é "*conservar e relevar os valores estéticos e históricos do monumento*" nele se respeitando "*as contribuições válidas de todas as épocas da edificação.*"

Entre 1972 - 85, Fernando Távora efectua a adaptação do Convento de Sta Marinha da Costa a pousada (Fig.2.16), e entre 1986 - 91 o Convento de Refoios do Lima a Escola Superior Agrária (Fig.2.17): "*...o critério utilizado na renovação da construção, assentou na idéia de contribuir para a prossecução da já longa vida do edifício, com base numa atitude projectual que mais pretendia afirmar semelhanças e continuidades do que acentuar diferenças e rupturas.*"[25]



Fig. 2.16 - Edifício do convento de Sta Marinha da Costa adaptado a pousada, Guimarães [26]

Como dizia Fernando Távora "*a defesa dos valores patrimoniais não é nunca um acto passivo de receber e conservar, mas um acto criativo de conceber.*"

Entretanto, várias Cartas de recomendação são produzidas no seio do Conselho da Europa, resultado da progressiva sedimentação nos diversos países do significado cultural do património arquitectónico e do seu enquadramento histórico ou tradicional, realizada no quadro de uma filosofia europeia de salvaguarda.



Fig. 2.17 - Edifício do convento de Refoios adaptado a Escola Superior Agrária, Ponte de Lima [27]

Em 1972, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural considera como património cultural, para fins dessa mesma Convenção, *os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse.* Considera como definição de conjuntos "*Grupos de construções isoladas ou reunidos, que em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.*"

Em 1976, o Apelo sobre Arquitectura Rural e Ordenamento do Território recomenda que a salvaguarda desse património e da paisagem que o sustenta se efectue também com base na "*conservação integrada*", agindo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a "*articulação de actividades diversificadas tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as mini-indústrias e as actividades de lazer.*"

No ano de 1983, a Resolução 813 relativa à Arquitectura

Contemporânea chama a atenção para os efeitos da pressão económica na diminuição dos critérios de qualidade nos edifícios das sociedades actuais e lembra "*a necessidade de integrar as construções comtemporâneas, humanizadas e de qualidade, nos conjuntos arquitectónicos existentes, a fim de se assegurar uma certa continuidade na tradição arquitectónica.*"

No ano de 1985, a Convenção de Granada considera o património arquitectónico como um bem insubstituível, sistema de referências para as gerações futuras.

No ano de 1987, o Icomos produziria a Carta de Salvaguarda das Cidades Históricas. As preocupações abarcam as relações da cidade com o seu meio envolvente, natural ou humanizado.

No ano de 1994, realizou-se em Aalborg, Dinamarca a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, onde se adoptou a Carta de Aalborg. Esta carta considera as formas actuais de vida urbana, nomeadamente o consumo de bens não renováveis, responsáveis por graves desequilíbrios ecológicos."*A doutrina de conservação sempre foi, na sua essência, ecológica. O património edificado é por natureza não renovável e não reproduzível. Se um objecto destes é danificado ou destruído, perde-se um recurso insubstituível.*"[28]

A publicação do livro "A Green Vitruvius, Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável"(Fig.2.18), promovido pela Conselho dos Arquitectos da Europa, ao abrigo do Programa Thermie da Comissão Europeia, no ano de 2001, mostra as preocupações actuais com o desperdício de energia e de recursos. Este livro dá orientações para a utilização racional da energia nos edifícios respondendo às características de um clima e de um local, e utilizando tanto quanto possível, materiais locais.

"*Keil do Amaral falava das lições que se podem colher no estudo da arquitectura vernácula. Mas elas também se podem colher na arquitectura erudita. "A Green Vitruvius": Vitruvius Polio talvez*

não estranhasse este livro. Não defendia ele uma íntima relação entre os saberes, entre as "artes" e as "ciências"? Não defendia ele que, "para dispor uma casa, é preciso ter em devida conta a região e o clima onde se quer construir?"[29]

Em 1999, a Carta do Património Construído Vernacular ressalta a importância do património construido vernacular para a vida contemporânea, descreve as suas características, os principios de conservação e dá algumas orientações práticas a ter em conta quando de intervenções físicas.

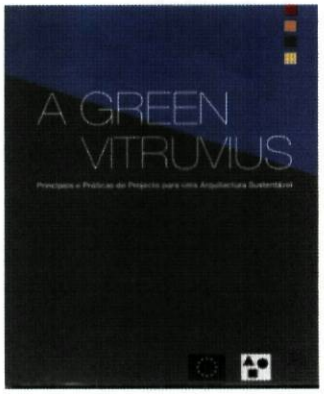


Fig. 2.18 - "A Green Vitruvius", capa do livro[30]

Em 2000, a Carta de Cracóvia, elaborada na Conferência Internacional sobre Conservação, na Sessão Plenária "Património Cultural como fundamento do Desenvolvimento da Civilização", considera "*As paisagens como património cultural são o resultado e o reflexo de uma interacção prolongada através de diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico*" e preconiza que "*A conservação do património cultural deve integrar os processos de planeamento e gestão de uma comunidade, e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social de essa comunidade.*"

Ao longo de um extenso periodo temporal, verifica-se um progressivo aprofundamento quer dos conceitos de Património quer dos critérios para a sua Salvaguarda, quer ainda da necessária articulação destes conceitos e critérios com os da criação de novos edifícios contemporâneos de qualidade.

O enquadramento das acções no Programa AGRIS (QCAIII-ON)

As preocupações e orientações atrás descritas, foram linhas norteadoras para as intervenções arquitectónicas nas habitações, que incluíram não só os edifícios antigos mas também edificios recentes. Estas intervenções enquadram-se no âmbito da Medida Agris, articulando-se com um leque mais vasto de actuações desenvolvidas pela entidade promotora das candidaturas aos programas comunitários. Estas acções, à escala dos aglomerados e à escala do território, desenrolam-se em paralelo com a recuperação dos edifícios dando-lhes unidade e coerência, nomeadamente as intervenções nos espaços públicos concretizadas pelas respectivas autarquias, o arranjo dos "centros cívicos" pelas juntas de freguesias, o arranjo de jardins públicos e privados pelas juntas de freguesia e particulares, o Master Plan do Vale do Lima da autoria do arq. Pirziu Birolli, que prevê intervenções pontuais mas com ligações entre elas de modo a reforçar a identidade de todo o vale, visualizadas sobre uma cartografia de estratificação histórica e ambiental preparada para esse efeito. Espera-se influenciar e estimular processos semelhantes, não só nas restantes áreas antigas como também o desenho das novas áreas urbanas e rurais.

Paralelamente, foram desenvolvidas acções no sentido da consolidação de uma integração social.

NOTAS

[1] VITRUVE [I A.C], *Les dix livres d'Architecture de Vitruve*, Trad. française de Claude Perrault, Fac-simile da Edição de Jean Baptiste Coignard, Paris, 1673, Préfácio de Antoine Picon, Bibliothèque de l'Image, 1995, p.91

[2] LE CORBUSIER, *Modulor 2*, Boulogne, Collection Ascoral. Editions de L'Architecture d'Aujourd'hui, 1964, p.59

[3] PROVEDA, Paloma, *Álvaro Siza*, Madrid, El Croquis editorial, 2000, p.293

[4] ALMEIDA, C. A. Ferreira de, *Património. Riegl e hoje*, Revista da Faculdade de Letras. História. - 2ª série, Vol. 10, Porto, FLUP, 1993, p. 407-416

[5] DIAS, Lino Tavares, *Legislação e Gestão Patrimonial*, apontamentos do módulo do MIPA, Porto, FAUP, 2003

[6] VITRUVE [I A.C], *Les dix livres d'Architecture de Vitruve* , Trad. française de Claude Perrault, Fac-simile da Edição de Jean Baptiste Coignard, Paris, 1673, Préfácio de Antoine Picon, Bibliothèque de l'Image, 1995, p.de capa

[7] Iconografia de Ponte de Lima nos séculos XVII, XVIII e XI, recriação de gravura de Justino Vaz Lourenço, 1925, edição da Vila de Ponte de Lima

[8] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1, Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa,Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 16

[9] CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa , Edições 70, 2000, p.119

[10] Aprovada na Conferência International para a Tutela e Conservação do Património Arquitectónico, 1931

[11] PORTAS, Nuno, *prefácio da 1ª edição*, in *Cor e cidade histórica* de José Aguiar, Porto, FAUP publicações, 2002, p.17

[12] NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais*, Porto, edições FAUP, 2001, p.241

[13] LE CORBUSIER, *Oeuvre Complète 1929-1934*, Erlenbach – Zurich, Les Éditions d'Architecture, 1947, p.91

[14] NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais*, Porto, edições FAUP, 2001

[15] PEDROSA, Pedro [Coord.], *Carta do Lazer das Aldeias Históricas*, in 'Roteiro de Idanha-a-Velha e Monsanto, Lisboa,INATEL, 2000, p. 28

[16] TEIXEIRA, Gabriela B; BELÈM, Margarida C., *Diálogos de Edificação*, Porto, CRAT, 1998, p.70

[17] FIGUEIRA, Jorge, *Arquitectos portugueses contemporâneos,* Obras comentadas-Fernando Távora, Jornal Público, 2003

[18] TEIXEIRA, Gabriela B; BELÈM, Margarida C., *Diálogos de Edificação*, Porto: CRAT, 1998, p.70

[19] LE CORBUSIER, *Oeuvre compléte de 1929-1934*, Erlenbach - Zurich, 4º edição, Editions de L'Architecture, 1947, p. da capa

[20] TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Cadernos de arquitectura, Lisboa,Tip. Libânio da Silva, 1947, p. da capa

[21] LINO, Raul, *A Casa Portuguesa* [Exposição Portuguesa em Sevilha], Lisboa: Imprensa

Nacional, 1929, p. da capa

[22] PEREIRA, Nuno Teotónio, *Prefácio da 3ª edição*, in " *Arquitectura Popular em Portugal*", 4 ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. IX e X

[23] ROSETA, Helena, *Prefácio da 4ª edição*, in "*Arquitectura Popular em Portugl*", 4 ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. V

[24] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1, Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa,Ordem dos Arquitectos, 2004, p. da capa

[25] FERRÃO, Bernardo, *O conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranense*, in '*Candidatura de Guimarães a Património Mundial*', Guimarães, Câmara Municipal, 1997, p. 9

[26] ESPOSITO, Antonio,GIOVANNI, Leoni, *Fernando Távora-opera completa*, Milano, Electa, 2005, p.199

[27] TRIGUEIROS, Luís, *Fernando Távora*, Lisboa, editorial Blau, 1993, p.142

[28] AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica*, Versão condensada e corrigida de "*Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*", 1ª edição, tese elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor em conservação do Património Arquitectónico, em 1999, FAUP publicações, 2002, p. 99

[29] SIMÕES, Fausto, *prefácio, in "A Green Vitruvius"*, Ordem dos Arquitectos, 2001

[30] *A Green Vitruvius, Princípios e Práticas de Projecto para uma Arquitectura Sustentável*, publicado em 2001 pela Ordem dos Arquitectos, Publicação nº EUR 18944 da Comissão das Comunidades Europeias.

Esta publicação foi preparada ao abrigo do Programa THERMIE da Comissão Europeia, num projecto que envolveu o Grupo de Pesquisa de Energia (ERG), o University College Dublin (coordenação), o Conselho de Arquitectos da Europa (ACE), a empresa Softech, Turim e a Associação Finlandesa de Arquitectos (SAFA), Helsínquia.

O THERMIE é um importante programa da CE cujo objectivo é a promoção de uma maior utilização de tecnologias energéticas europeias.

Esta publicação constitui a versão portugueas do texto " *A Green Vitruvius*" do Conselho dos Arquitectos da Europa publicada em 1999 e é da responsabilidade da Ordem dos Arquitectos, Portugal.

3
CONTEXTO E TIPOLOGIAS DOS CASOS DE ESTUDO

3.1
O TERRITÓRIO

3.2
TIPOLOGIAS DE POVOAMENTO

3.2.1
AGLOMERADO DE MEIA ENCOSTA.

3.2.2
AGLOMERADO DE MONTANHA

3.2.3
NÚCLEO DE POVOAMENTO DISSEMINADO DE VÁRZEA

3.3
MORFOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES

3.3.1
EDIFÍCIOS QUE RECORREM A MATERIAIS LOCAIS TECNOLOGIAS TRADICIONAIS HERDADAS

3.3.1.1
CARACTERIZAÇÃO:
PAREDES EXTERIORES,COBERTURA,ESCADAS,REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.1.2
CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO:
METODOLOGIA, DIAGNÓSTICO, SOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E CONSTRUTIVA;
PAREDES EXTERIORES, COBERTURA, REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.1.3
CASOS DE ESTUDO

3.3.2
EDIFÍCIOS QUE FORAM CONSTRUIDOS OU ALTERADOS DEPOIS DO ADVENTO DO BETÃO ARMADO

3.3.2.1
CARACTERIZAÇÃO:
PAREDES EXTERIORES,COBERTURA,ESCADAS,REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.2.2
CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO:
METODOLOGIA, DIAGNÓSTICO, SOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E CONSTRUTIVA;
PAREDES EXTERIORES, COBERTURA, REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.2.3
CASOS DE ESTUDO

3.1
O TERRITÓRIO



Fig. 3.1 –Lindoso, Ponte da Barca: panorâmica geral da povoação (2006)

"A cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento"[1]

"Zona tão tentadora como difícil (Fig.3.2), *densamente povoada e abrangendo terras que vão do litoral ao acidentado interior, e do Minho ao Mondego; zona rica em história, onde a dimensão tempo significa e explica muita coisa, agitada ao longo dos séculos por choques de homens e de culturas, povoada aqui por uma pequena aldeia de montanha, ali pela grande cidade, variada na sua economia, que oscila entre a agricultura de exploração quase primitiva e a mais moderna indústria.*
Porque muito densamente povoada e porque povoada desde sempre – zona rica em construções, que vão desde o espigueiro simples do Lindoso ao solar senhorial da Ribeira Lima, como da nora de Valença à casa urbana do Porto.

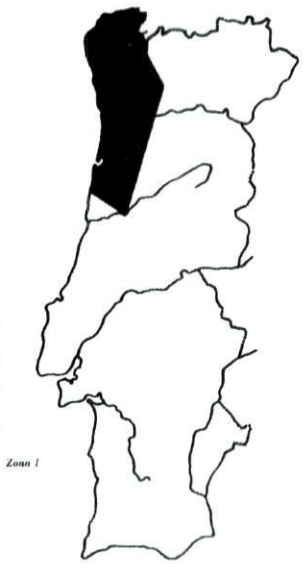


Fig. 3.2 – Zona 1 do inquérito à Arquitectura Popular em Portugal

Conforme se pode observar no esquema da figura (Fig.3.3), *grande é o número de rios que retalham todo o solo. Espaçados a intervalos curtos e regulares, dispostos paralelamente entre si, numa dominante perpendicular, ainda que um pouco inclinada, à linha da costa...Reunidos por grande número de afluentes menores, todos estes rios retalham o território numa malha apertada de cursos de água de todo o tamanho, consequência da profusão de nascentes naturais. A permeabilidade do solo granítico, o denso revestimento vegetal e a alimentação regular das grandes precipitações atmosféricas são as causas desse fenómeno.*
Quanto ao relevo, conforme se pode ver no esquema ao lado, existem práticamente três faixas, longas e paralelas ao Oceano; a da costa, ligeiramente recortada pela foz dos rios; a do interior, formada pela sucessão intricada de vales, colinas e montes que preparam a transição para a terceira faixa, constituída pelas formações rochosas das montanhas situadas mais a leste. Do rio Minho ao Douro, forma-se por conseguinte um anfiteatro natural, rematado pelos sistemas graníticos das serras da Peneda, Soajo, Gerês, Amarela, Cabreira e Marão, guarda avançada da Meseta Ibérica. A ocidente, inserem-se, isoladas ou como seus prolongamentos, as serras de Arga, Ourel, Sameiro e Citânias.



Fig. 3.3 – Relevo e Hidrografia. - inquérito à Arquitectura Porpular em Portugal

...A dominante granítica, que esta faixa xistosa intercepta de través numa linha noroeste - sudeste, continua para sul, flectindo ligeiramente para nascente, com as serras da Freita, Arestal e Caramulo, que os rios Vouga e Mondego vêm abraçar antes de se lançarem na planície. (Fig.3.4)

...De facto, se a enorme massa líquida do Atlântico funciona como elemento moderador das variações climáticas, a sua presença tem gerado directa ou indirectamente, através do tempo, as acções e formas de expressão das populações(....) Do clima, pode dizer-se que é húmido e regular. (....) De facto, a pluviosidade elevada, a hunidade, a variação relativamente reduzida das temperaturas, quer durante o ano, quer durante o dia, aliadas às frequências e intensidades dos ventos dominantes, conferem um enquadramento climático benigno, tendo em conta o panorama geral da Península e até do País. Do povoamento arborícora nativo, muito denso noutras eras, predominam o pinheiro bravo, o carvalho e o castanheiro. Porque o meio era favorável, pela abundância de água, relevo e densa arborização, e porque a benignidade do clima incitava à fixação, não é de estranhar que aqui se encontrem, desde há milénios, vestígios do ser humano" [2]



Fig. 3.4 – Geologia – inquérito à Arquitectura Porpular em Portugal

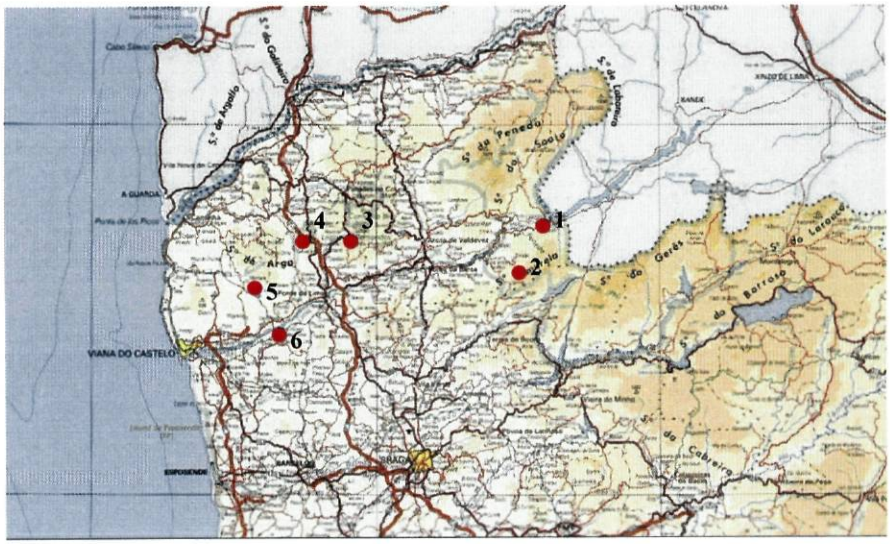




Fig. 3.6 Fig. 3.5
Fig. 3.5 - O vale do Lima
Fig 3.6 – Os seis aglomerados rurais objecto de intervenção nos edifícios privados:
1- Lindoso, Ponte da Barca
2- Germil, Ponte da Barca
3- Vilar do Monte, Ponte de Lima
4- Cabração, Ponte de Lima
5- S. Lourenço da Montaria, Viana do Castelo
6- Lugar da Passagem, Geraz do Lima, Viana do Castelo

As intervenções objecto deste estudo centram-se em edifícios de aglomerados rurais do vale do Lima. (Fig.3.5 e 3.6)

O vale do Lima faz parte de uma região mais vasta que coincide com a Zona 1 da Arquitectura Popular em Portugal, estudo efectuado pelo então Sindicato dos Arquitectos, entre o ano de 1955 e 1960. Esse estudo serve de base a parte da caracterização dessa zona, do tipo de aglomerados e de alguns exemplos de construção.

O vale do Lima estende-se perpendicularmente à costa atlântica, apresentando um fundo largo em grande parte da sua extensão, com várzeas extensas e muito irrigadas que se vão fechando para montante à medida que as altitudes sobem, na área de montanha, a leste, no interior do Parque Nacional da Peneda Gerês. O vale do Lima é uma bacia fechada, facto que lhe confere uma forte homogeneidade e identidade que se foi enraizando nas populações.

O vale do Lima manteve-se, até à actualidade, uma área rural, embora cada vez menos agrícola. A base económica do vale do Lima foi estruturada até muito tardiamente pela agricultura, ainda que esta se revelasse cada vez mais periferizada e com níveis decrescentes de rentabilidade. Progressivamente a agricultura ocupa um lugar cada

vez menos significativo na base económica e nos rendimentos das famílias.

As estruturas agrárias locais são dominadas pela agricultura, pela pequena propriedade muito fragmentada, com culturas tradicionais destinadas ao auto consumo e à comercialização em pequena escala nos mercados locais, por produtores agrícolas de idade avançada, técnicas de produção antiquadas, pouca maquinaria agrícola e tecnologias recentes e uma manifesta incapacidade de reestruturação a curto prazo. Ainda que com algum potencial económico, perante a concorrência de outras áreas agrícolas do exterior, a agricultura do vale do Lima foi entrando num declínio inexorável ao qual se associou um declínio demográfico, com a saída de populações e o envelhecimento dos residentes.

A agricultura foi deixando de ocupar um lugar de peso na base económica da área, cada vez mais fragilizada e sem alternativas de crescimento noutros domínios. A agricultura ainda tem um papel de importância na região, mas os agricultores que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo cada vez mais actividades exteriores remuneradas.

Paralelamente, existe um conjunto restrito de explorações de maior dimensão, ocupadas com vinha ou criação de gado para carne e leite.

As actividades dominantes, em 1998, para o vale do Lima, era o comércio por grosso e a retalho; o ramo maior empregador, em média, no vale do Lima, era a indústria transformadora, seguindo-se a construção civil.

A distribuição interna da população do vale do Lima é muito heterogénea. Com uma grande dispersão demográfica pelas 143 freguesias da área verifica-se um dinamismo demográfico muito diferenciado entre as freguesias próximas das sedes de concelho, servidas pelos eixos rodoviários principais, onde se encontra a maior

parte da população e onde se registou uma variação demográfica positiva, e as freguesias de montanha, menos habitadas e em regra geral as que sofreram perdas mais significativas de população (Fig. 3.7).

As acessibilidades no interior do vale têm vindo a sofrer melhorias. A conclusão dos ICI e IC28, eixos rodoviários que embora de nível nacional constituem eixos de crucial importância na articulação entre a auto estrada e as estradas de nível municipal. Trata-se de dois eixos prioritários, um, litoral, o IC1, no sentido norte-sul, ligando Viana do Castelo à Área Metropolitana do Porto e à Galiza e o outro, o IC 28, longitudinal, ligando a cidade de Viana do Castelo a todo o interior rural do Vale do Lima, prolongando-se para Espanha. Ambos os eixos funcionam como estruturantes de toda a rede viária do vale.

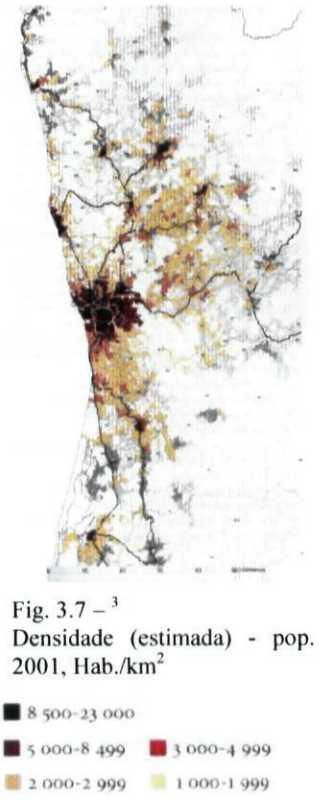


Fig. 3.7 – [3]
Densidade (estimada) - pop. 2001, Hab./km^2

No vale do Lima a qualidade ambiental constitui um dos recursos naturais de maior valor. A qualidade da água e do ar, a não existência de muitas indústrias ou qualquer outro tipo de actividades fortemente poluidoras nomeadamente o uso de químicos considerados nocivos na agricultura, são uma das características da região. Ameaças ao ambiente colocam-se portanto, de momento, ao nível dos aglomerados urbanos e das indústrias a instalar na rede de parques e zonas industriais em implementação.

O turismo tem vindo a tornar-se um eixo estratégico e de grande importância na base económica da região. O património, como manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de desenvolvimento rural. A grande coerência interna em termos naturais do vale do Lima contribui fortemente para o desenvolvimento de uma identidade cultural nesta região.[4]

3.2
TIPOLOGIAS DE POVOAMENTO
3.2.1
AGLOMERADO DE MEIA ENCOSTA.
3.2.2
AGLOMERADO DE MONTANHA
3.2.3
NÚCLEO DE POVOAMENTO DISSEMINADO DE VÁRZEA

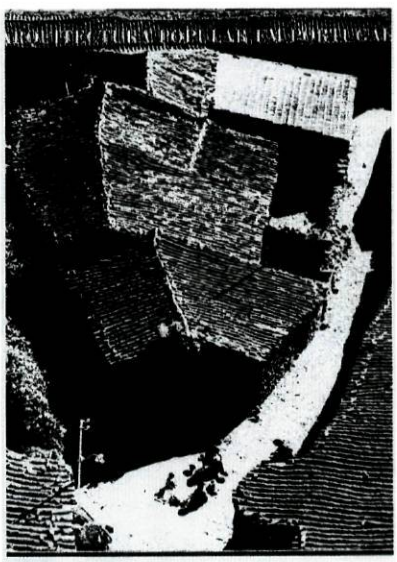


Fig. 3.8 – Arquitectura Popular em Portugal, capa do livro [5]

"Nesta ou naquela encosta, onde a fonte e o riacho acodem às necessidades do ser vivo, onde o solo é propicio à rompida das leiras que hão de dar o sustento, e a injunção dos caminhos que dos vales ascendem à serrania se faz, logo se estabelece o ser humano"[6]

A vida dos nossos aglomerados fala de um arco temporal de cerca de nove séculos, desde a fundação da nacionalidade. No entanto, muitos deles, remetam a sua existência para mais de dois mil anos, tendo evoluído a partir de castros mais ou menos romanizados.

Cada aglomerado tem uma vida própria, um processo dinâmico, que evolui ou retrai ao longo do tempo, visível nas marcas deixadas nos edifícios e nos espaços vazios, na maneira como se organiza a malha urbana.

Um olhar sobre os lugares rurais deve alargar-se ao território que este gere e do qual depende. Este conjunto, lugar e território, forma um contínuo ligado por uma rede de caminhos e nos aglomerados de montanha gerido por comunidades organizadas. As condicionantes geográficas tendo uma decisiva influência na arquitectura, não são por si só geradores da sua forma. O modelo cultural e o tipo de economia têm também uma influência decisiva na interpretação do sítio.

Cada núcleo resulta de um processo lento de ocupação no tempo, traduzido no carácter espontâneo da fisionomia dos aglomerados. Influenciada pelas características do terreno é variável a densidade e a distribuição das construções.

Nos aglomerados de montanha, o conjunto edificado mantém um carácter homogéneo, resultante da repetição de pequenas unidades de construção, apesar das novas construções terem introduzido alguma perturbação na leitura do lugar. O espaço público gera-se de uma forma orgânica associado à rede de caminhos.

Assim, à excepção das eiras, os espaços livres entre construções são os estritamente necessários para a passagem de pessoas, carros de bois e algumas actividades de trabalho.

Nos aglomerados de meia encosta, porque há mais largueza, esta densidade de habitações é menor, sendo o casario distribuido ao

longo das vias que lhe dão acesso e as casas são de maiores dimensões.

Já no aglomerado ribeirinho, não dependente apenas do trabalho agrícola, mas também de actividade ligada ao transporte e ao comércio - lugar da Passagem - as casas aglutinam-se ao longo do caminho de acesso ao local da travessia para a outra margem do rio.

"...entre outros aspectos, a identidade urbana de um território é transmitida por formas e elementos físicos que definem a especificidade da sua arquitectura, a qual no tempo adquiriu configurações particulares, eventualmente distintas ou similares às actuais"[7]. Como diz José Aguiar, a ideia de identidade é fortemente condicionada pelo seu conhecimento prévio, através de informação cultural. A noção de lugar, ou melhor, a correspondência entre o carácter natural e o carácter artificial do aglomerado poderá ser considerado um dos traços fortes da identidade. O reconhecimento e pertença do sítio depende do processo de auto-reconhecimento entre lugar e habitante.

Nos casos em estudo parece poder dizer-se que nos aglomerados de montanha, a população adquire mais fácilmente o reconhecimento das formas que definem a especificidade da sua arquitectura e dos valores de permanência desse património. Talvez porque os aglomerados de montanha estão mais isolados. Este isolamento deixou que uma grande parte dos edifícios antigos se mantivessem na forma original apesar de se encontrarem em mau estado de conservação. A densidade de construções é grande num espaço exíguo, o que lhe confere uma grande unidade fácilmente apercebida. Por outro lado, as condicionantes geográficas mantiveram uma grande coesão entre os habitantes.

Esta identificação com o lugar parece mais difícil de ser readquirida nos aglomerados a cotas inferiores, talvez pela facilidade de

contaminação com os territórios vizinhos produzindo alterações no edificado relativamente rápidas.

A escolha dos aglomerados rurais alvo desta intervenção, resulta de condições impostas pelo próprio programa comunitário, que estabelece, por exemplo, o limite mínimo e máximo de habitantes: a) implica a exclusão dos grandes aglomerados, sedes dos concelhos; b) estabelece que a ajuda a fundo perdido é de 50% do valor da intervenção e que os restantes 50% devem ser assumidos pelo próprio promotor, proprietário da casa, o que levou alguns lugares a desistirem por não reunirem condições.

A intervenção no património corresponde a uma estratégia territorial integrada orientada por objectivos de sustentabilidade da parte da Associação de Desenvolvimento Rural que a promove e encomenda.

A implementação do programa Agris nos diversos núcleos rurais, tem como uma das finalidades operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projectos inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural, podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecida pelos meios urbanos.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos e pontes, muros, etc), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim,

um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva da população rural.

Mas os desajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se assim, claras rupturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida actual.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as referências, especialmente as edificadas, que lhe recordavam esse tempo, constituiam marcas que era necessário derrubar ou pelo menos reformular.

Contra esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada, gerar-se-ia uma reacção no sentido de demonstrar a possibilidade de conciliar a reabilitação do património com a modernidade. Este posicionamento encontrou mesmo soluções práticas que viabilizam económicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Para isso, foram implementados os PI (Planos de Intervenção), candidaturas dos aglomerados a fundos comunitários em que uma das acções é precisamente a reabilitação de habitações degradadas, objecto deste trabalho.

O espaço do mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. O rendimento das zonas rurais apresenta níveis muito inferiores ao das zonas urbanas ou semi-urbanas, com

tendência a acentuarem-se mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e, também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e consequentemente aos grandes mercados. As condições de vida e de trabalho são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A medida AGRIS, através da acção 7.1 permite a aplicação prática de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo. Este programa pretende o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento é muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.[8]

3.2.1
AGLOMERADO DE MEIA ENCOSTA



Fig. 3.9 – Esquema de aglomerado de meia encosta. [9]

"...e porque o lugar é acanhado, segregado ou rodeado de acidentes de toda a espécie, as casas aproximam-se e encostam-se, embora livremente, consoante as contigências.

O povoado assim formado é pequeno: uma dúzia de casas de habitação, a venda, a escola, a igreja, e o adro, as ruas com um ou outro larguinho, e em torno as terras, tudo causas e efeito da vida e morte de lavrador que o habita.

....quanto à organização interna, as casas dispõem-se de face para o caminho, emparedando-o e dando assim nascença à rua. Apesar da descontinuidade e do aspecto folgado em que se implantam, já se verficam as normas do burgo embrionário. O acesso faz-se assim directamente para a rua, nuns casos, e, noutros, as casas recuam o seu alinhamento, interpondo um pequeno terreiro que o muro baixo não esconde do vizinho que transita." [10]

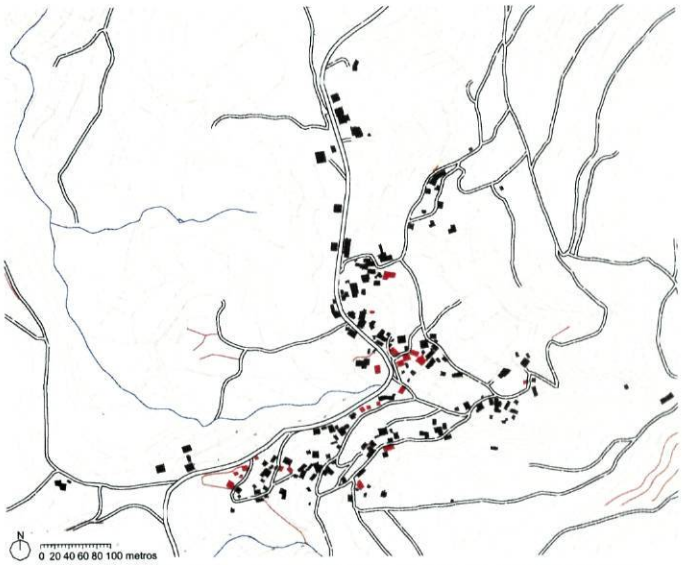


Fig. 3.10 - Planta de Implantação.Vilar do Monte, Ponte de Lima



Fig. 3.11– Vilar do Monte, Ponte da Lima (2005). Panorâmica geral da povoação

O núcleo rural de Vilar do Monte situa-se no concelho de Ponte de Lima, a 15 Km da sede do concelho. Abrange uma área de aproximadamente 3,5 Km^2, onde reside uma população de 113 habitantes (Censos de 2001).

Vilar do Monte insere-se numa região em que o relevo é fortemente modelado pela rede hidrográfica do rio Lima.

Este núcleo está localizado numa zona de meia encosta, entre os 200 e os 500 metros.

O clima caracteriza-se por Invernos, em geral, chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos.

A precipitação média anual desta região varia entre os 1000 a 1200 mm, as temperaturas médias anuais variam na ordem dos 10° a 15° C, sendo que em zonas de meia encosta, onde se encontra este núcleo, as temperaturas baixam para temperaturas médias de 9,5° C, e a precipitação pode ir até aos 2000 mm.

Os solos são de textura ligeira ou mediana, permeáveis podendo nas zonas mais húmidas aparecerem solos de textura mais arenosa.

O índice populacional tem vindo a diminuir consideràvelmente verificando-se uma variação de população entre 1991 a 2001 de -31,1%, taxa elevada se comparada com a variação de 1981 a 1991 que era de -6,3%.

Relativamente ao alojamento existente, verifica-se que existem 65 casas servindo de residência habitual, 19 servindo de residência para uso sazonal ou secundário e 5 alojamentos vagos.

Quanto às infraestruturas básicas e equipamentos existe recolha de lixo, existe ensino básico 1° ciclo público; não existe rede pública de águas residuais, rede pública de abastecimento de água, posto de correio, centro de saúde, farmácia, centro de dia e biblioteca.

Vilar do Monte é servida pela estrada municipal que liga Ponte de Lima a Vilar do Monte, que por sua vez faz ligação com a estrada que liga Ponte de Lima a Paredes de Coura. Tem acesso fácil à auto estrada que liga Porto a Valença, seguindo para Espanha.

A população residente é essencialmente ligada à agricultura. Predomina a criação de gado, sobretudo o bovino, ovino e caprino. A taxa de actividade atribuída à agricultura atinge cerca de 57,3 %, existe uma pequena indústria familiar de carpintaria, sendo a construção civil uma das actividades que emprega parte da população, embora trabalhando fora do núcleo.

A actividade agrária em Vilar do Monte representa ainda hoje uma boa parte da actividade exercida na freguesia, embora de carácter familiar e de subsistência.

O enquadramento paisagístico deste núcleo combina a diversidade da fauna e flora com os muros de granito que dividem os campos agrícolas e a pastorícia. A flora é caracterizada pela abundância de pinheiros, carvalhos e sobreiros. Os arbustos dominantes são o urze, o tojo e em menos quantidade o medronho e o loureiro. Relativamente ao edificado destaca-se a igreja paroquial e o povoado antigo de Vilar do Monte. Este núcleo apresenta características rurais típicas, quer pelas características arquitectónicas dos seus imóveis, quer pelo modelo de vida dos seus habitantes.[11]

Embora relativamente isolado pelos acidentes geográficos que o rodeia, tem uma boa acessibilidade ao resto do concelho. Talvez por este facto, a par das construções antigas em pedra, existem bastantes construções antigas com ampliações e construções recentes. Os edifícios antigos encontram-se, de um modo geral, em mau estado de conservação. Os edifícios que sofreram alterações ao seu aspecto

original bem como as construções recentes, apresentam também já algum desgaste ao tempo, muitas vezes são obras inacabadas sem qualquer tipo de revestimento o que prejudica visualmente todo o aglomerado.

O andar elevado das habitações é utilizado como habitação e o andar térreo como arrumos ou apoio às actividades agrícolas.

3.2.2
AGLOMERADO DE MONTANHA

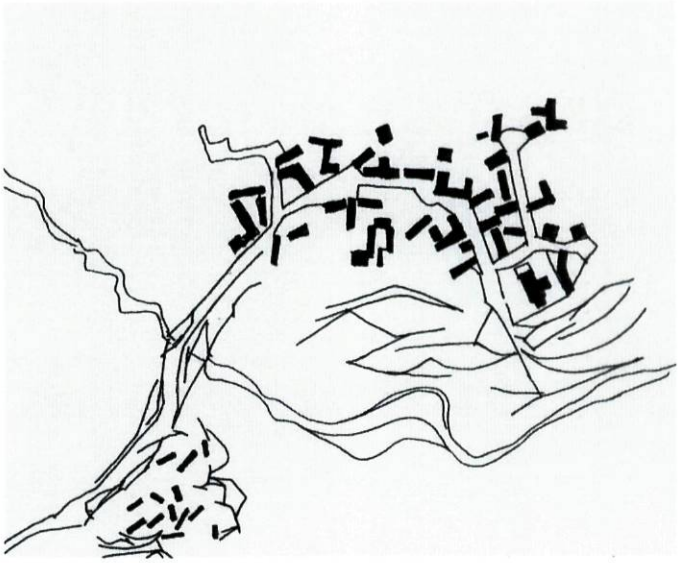


Fig. 3.12 – Esquema de aglomerado de montanha.[12]

"De características idênticas, o povoado de montanha está sujeito a condições mais ásperaa que os seus irmãos das baixas altitudes; o habitante destas paragens procura a sua subsistência não só no amanho das terras mas também na criação de gado. Se a altitude e a abundância de água permitem a cultura do regadio, o milho mantém-se predominante, senão o centeio substitui-o na produção do pão. Nas zonas altas de sequeiros, onde o gado é um dos sustentáculos principais da vida do serrano, a construção limita-se praticamente à casa e ao curral; onde o milho aparece, aparecem também os espigueiros e as eiras, o que acarreta, na localidade,o enriquecimento das formas construtivas. Se o povoamento concentrado que vimos atrás já apresentava vagas características de ordenação urbana, estes aglomerados ainda mais independentes pela força das dominantes mesológicas, afastados das comunicações essenciais do País, estão muito mais próximos da solução urbana, não no aspecto actual, por certo, mas na sua forma recuada....o cunho primitivo de hábitos de vida ensimesmada, ressalta da construção espessa onde só surgem à luz do dia os materiais líticos, únicos capazes de durar e envelhecer lentamente."[13]



Fig. 3.13 - Planta de Implantação. Lindoso, Ponte da Barca



Fig. 3.14 – Lindoso, Ponte da Barca (2005). Panorâmica geral da povoação

O núcleo rural do Lindoso situa-se no concelho de Ponte da Barca em pleno Parque Nacional Peneda-Gerês, numa zona montanhosa.
É constituído pelos lugares de Parada e Castelo e abrange uma área com aproximadamente 46,50 Km^2, onde reside uma população de 688 habitantes(Censos 2001).
Lindoso é uma zona de elevados relevos, com 1365,5 m no vértice da Louriçã. É uma área de montanha, onde pontifica o contínuo montanhoso da serra da Peneda e Amarela. A montanha é cortada pelos vales profundos descendo estes até cerca de 250 m de altitude, que conduzem as águas escorridas das montanhas até ao leito do rio.

Os Invernos são em geral chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos.

Nesta área montanhosa com altitudes agrestes, verificam-se precipitações anuais superiores a 2000 mm, temperaturas médias anuais de 12° C, um número de radiação solar inferior a 2000 horas/ano e um número de dias de geada, por vezes neve, superiores a 20 dias/ano.
Geológicamente, este núcleo é formado essencialmente por granito, interrompido por pequenos afloramentos de rochas xistosas bastante metamorfisadas.
Os solos são de textura ligeira ou mediana, permeáveis, fácilmente trabalháveis, de consistência fraca, marcados pelas pecularidades da agricultura local e pelo clima. São de profundidade variável, função da latitude a que se localizam e particularmente dos declives a que estão sujeitos.

A baixa densidade populacional desta área (11,5 hab/Km^2) é representativa de uma área marcadamente rural. Outro dos factores que caracterizam esta área como sendo um núcleo rural são as

variações negativas da população residente nas últimas décadas.

Relativamente ao alojamento familiar, verifica-se que existem 210 casas servindo de residência habitual, 134 servindo de residência para uso sazonal ou secundário e 46 alojamentos vagos.

Quanto às infraestruturas básicas e equipamentos, existe rede pública de abastecimento de água, rede pública de águas residuais, recolha de lixo, ensino básico 1° ciclo público; não existe posto de correio, centro de saúde, farmácia, centro de dia e biblioteca.

As acessibilidades têm vindo a sofrer melhorias. Os acessos para o Lindoso são: a estrada nacional que vem de Ponte da Barca até à fronteira, prolongando-se para a Galiza, onde se avizinham as localidades de Lobios e Entrimo; a estrada nacional na margem contrária do rio por Arcos de Valdevez, Mezio, Soajo; as estradas secundárias que passam pela Peneda, atravessando longitudinalmente todo o vale da Peneda, encontrando a estrada Nacional que liga Melgaço a Castro Laboreiro.

O IC 28 ligando Viana do Castelo a todo o interior rural do vale do Lima, prolongando-se para Espanha, funciona como estruturante de toda a rede viária do vale.

A maioria da população trabalha na agricultura, pecuária e silvicultura. O Lindoso é um exemplo típico de aglomerado de montanha, onde a maior parte da área total da freguesia é área de incultos, aproveitada essencialmente para o uso silvopastoril. A grande fonte de rendimentos desta população assenta na produção animal em regime extensivo, num claro aproveitamento dos recursos naturais da região, pois trata-se práticamente da única produção agrícola que a população pode comercializar.

Relativamente à flora, nas encostas dos vales mais quentes e

abrigados aparecem concentrações de medronheiros, de sobreiros ou espécies como o feto-do-Gerês, o feto real ou a uva do monte. Nas zonas onde se sente mais a influência do atlântico, a altitudes que atingem entre 800 e 1000 metros, surgem as matas do carvalho comum, associado muitas vezes ao azevinheiro. Acima dos 900 metros aparece o carvalho negral e também o vidoeiro.

Relativamente ao edificado destaca-se o Castelo do Lindoso (finais do séc. XIII) e o conjunto de espigueiros (sécs. XVIII, XIX e XX).
O Castelo está implantado num grande afloramento rochoso. Já vem mencionado nas Inquirições em 1258 ordenadas por D. Afonso III, mas supõe-se que D. Dinis o aumentou. As datas gravadas de 1555, 1666 e 1720 são indicações de outras alterações posteriores.[14]
O Lindoso é um núcleo típico de aglomerado de montanha quer pelas características arquitectónicas dos seus imóveis quer pelo modelo de vida dos seus habitantes. [15]

A maior parte do edificado é constituido por construções antigas em alvenaria de pedra aparente de dois pisos, em mau estado de conservação, muitas em ruína. Existem algumas construções antigas em pedra com ampliações posteriores e algumas construções recentes. Muitas das habitações servem ainda de abrigo do gado no andar térreo e de habitação no andar elevado.

3.2.2
NÚCLEO DE POVOAMENTO DISSEMINADO DE VÁRZEA

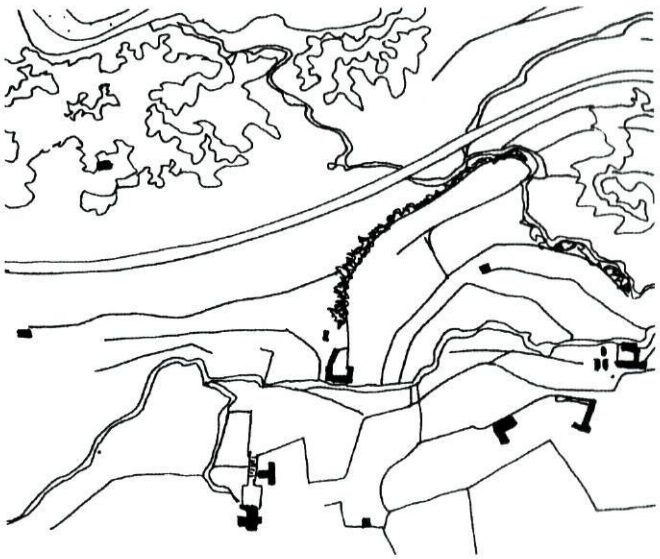


Fig. 3.15 – Esquema de povoamento disseminado[16]

"Como resultado das dominantes geográficas locais, e da prolongada evolução da sociedade rural minhota, o povoamento disseminado caracteriza-se, em oposição às demais formas de ocupação humana do território, pela fixação do lavrador e da sua família junto das terras que trabalham.
Tendo em conta o intenso retalhado do solo, o tecido rural encontra-se salpicado de propriedades de todo o tamanho, a que os serpenteados caminhos vicinais dão a necessária coesão" [17]

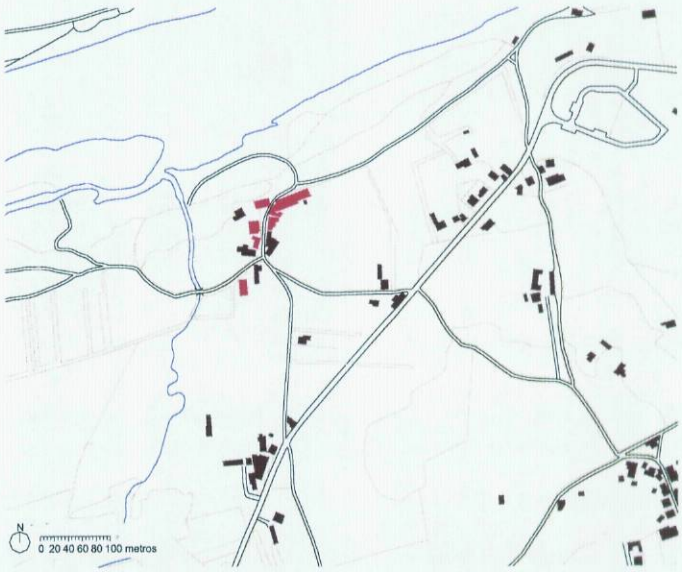


Fig. 3.16 - Planta de Implantação. Passagem, Geraz do Lima, Viana do Castelo



Fig. 3.17– Passagem, Geraz do Lima, Viana do Castelo (2005). Panorâmica geral da povoação

O núcleo rural da Passagem está inserido na freguesia de Moreira de Geraz do Lima, no concelho de Viana do Castelo. Esta freguesia abrange uma área aproximada de 4 Km^2, onde reside uma população de 628 habitantes (Censos de 2001).

O lugar da Passagem fica no sopé da freguesia de Moreira de Geraz do Lima, cuja altitude vai até aos 200m o que a caracteriza por uma zona de várzea.

A disposição das barreiras montanhosas faz com que o Vale do Lima seja dominado por uma muito elevada humidade relativa e por abundantes chuvas, embora irregularmente distribuidas ao longo do ano. A influência atlântica faz-se sentir na moderação do clima, com temperaturas amenas. O clima, nesta localidade, embora em tudo semelhante ao do restante concelho, é caracterizado por Invernos mais amenos, quando comparado com as zonas de montanha. Com um aumento significativo da humidade devido à proximidade do mar, os verões são quentes mas menos secos do que no interior, a pluviosidade tal como acontece na restante Ribeira Lima, pode variar dos 1000 mm a 2000 mm anuais.

Entre os anos de 1991 e 2001 a população aumentou. Tal como acontece em diversas freguesias marcadamente rurais do vale do Lima, o índice de envelhecimento é elevado.

Relativamente ao alojamento familiar existente na freguesia verifica-se que existem 177 casas servindo de residência habitual, 59 servindo de residência para uso sazonal ou secundário, 15 alojamentos vagos.

Quanto às infraestruturas básicas e equipamentos existe rede pública de abastecimento de água, recolha de lixo, ensino básico 1º ciclo público, minimercado; não existe rede pública de águas residuais, posto de correio, centro de saúde, farmácia, centro de dia e

biblioteca.

Este local tem como principal via de comunicação a estrada naional que liga Viana do Castelo a Ponte do Lima, mas que separa o núcleo do resto da freguesia, prejudicando-o no acesso às infra estruturas. As acessibilidades principais, são as estradas nacionais que ligam Viana do Castelo a Ponte de Lima, quer do lado onde se situa o lugar da Passagem, quer pelo lado oposto do rio. Estas duas acessibilidades estão ligadas pela ponte de Lanheses a cerca de 1 Km do local. Beneficia ainda do IC1 distando do mesmo cerca de 10 km, bem como da auto estrada, da qual dista cerca de 15 km, tendo como referência a vila de Ponte de Lima.

A população residente no lugar da Passagem tem como uma das principais actividades a pesca, seguindo-se a agricultura onde predomina o cultivo da vinha para produção do vinho verde.

O lugar da Passagem possui uma extensão de areal muito ampla. Em toda esta área existe o amieiro, o salgueiro e espécies exóticas tais como a austrália e a mimosa. Toda esta vegetação é de extrema importância para a manutenção e caracterização do leito do rio, evitando a erosão das margens.

Relativamente ao edificado destaca-se a capela da Senhora das Candeias e o cais de embarque.

As fachadas das habitações formam um contínuo ao longo da calçada que desce até ao rio. As casas encontram-se em mau estado de conservação ou sofreram alterações de revestimentos e caixilharias.

A maioria das casas tem dois pisos, sendo o rés do chão em pedra e vazado e o andar superior em tabique de madeira rebocado e pintado. O andar elevado das habitações é utilizado como habitação

e o andar térreo como arrumos ou de apoio às actividades agrícolas. O lugar da Passagem assegurava a passagem de barco entre Moreira de Geraz do Lima e Lanheses e vice-versa. A velha calçada que desce até ao rio Lima era palmilhada pelos transeuntes que se dirigiam à feira de Lanheses, ou mais longe em peregrinação a Santiago de Compostela. [18]

3.3
MORFOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES

3.3.1
EDIFÍCIOS QUE RECORREM A MATERIAIS LOCAIS E TECNOLOGIAS TRADICIONAIS HERDADAS

3.3.1.1
CARACTERIZAÇÃO:
PAREDES EXTERIORES,COBERTURA,ESCADAS,REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.1.2
CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO:
METODOLOGIA, DIAGNÓSTICO, SOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E CONSTRUTIVA;
PAREDES EXTERIORES, COBERTURA, REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.1.3
CASOS DE ESTUDO

3.3.2
EDIFÍCIOS CONSTRUIDOS OU ALTERADOS DEPOIS DO ADVENTO DO BETÃO ARMADO

3.3.2.1
CARACTERIZAÇÃO:
PAREDES EXTERIORES,COBERTURA,ESCADAS,REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.2.2
CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO:
METODOLOGIA, DIAGNÓSTICO, SOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E CONSTRUTIVA;
PAREDES EXTERIORES, COBERTURA, REVESTIMENTOS, CAIXILHARIAS

3.3.2.3
CASOS DE ESTUDO

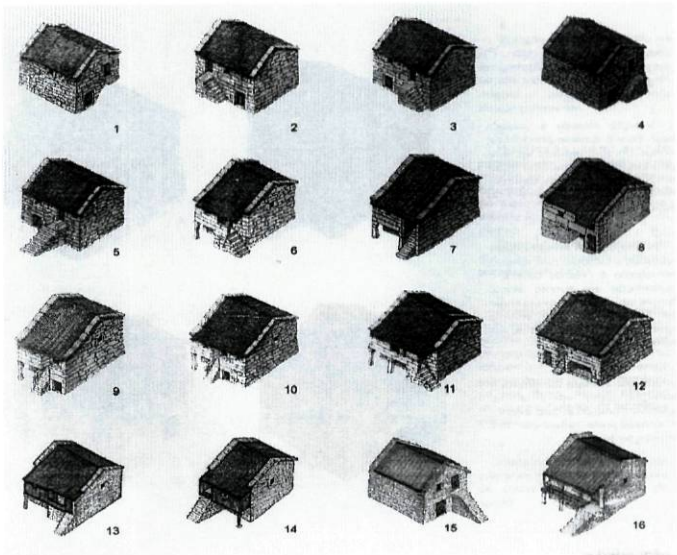


Fig. 3.18 "...A pequena unidade base que procuramos desmontar e explicar no seu funcionamento de conjunto, contém, como foi dito, as principais características da arquitectura de habitação destas áreas serranas." [19]

"...Contra lo intentos de explicar sociológicamente, económicamente, culturalmente, artisticamente, etc, la arquitectura, esta atitud aboga por la fundamentación del conocimiento del arquitectónico en base a lo que es suyo específico: sus formas elementales, los tipos permanentes de configuración espacial, las leyes constantes de adición e agregación de estos tipos, configurando la morfologia del territorio urbano o rural.
Construcción, arquitectura y urbanismo, son por este camino, leidos como un todo unitário, interrelacionado en el processo de definición de la forma e de la independência de los conceptos de otras disciplinas científicas o culturales." [20]

Para delimitar o âmbito deste trabalho considerou-se dois os tipos de edifícios objecto deste estudo. Apesar de poder ser uma maneira simplista de abordar o assunto, relaciona-se em primeiro lugar com o facto de ter originado dois critérios de intervenção diferentes; em segundo lugar pelo tipo de intervenção de que se trata, que visa sómente o invólucro exterior dos edifícios não lhes alterando nem a forma nem os espaços interiores; em terceiro lugar pela maneira distinta como estes dois tipos de edifícios marcam a paisagem; em quarto lugar relaciona-se com as rápidas e profundas alterações que o betão armado introduziu na arte de construir.

O primeiro tipo de edifícios são os que recorrem a materiais locais e tecnologias tradicionais herdadas, com origem quase perdida no tempo, com morfologia aproximada às apresentadas no Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal.

O segundo tipo de edifícios são os construídos ou alterados depois do advento do betão armado .

3.3.1
EDIFÍCIOS QUE RECORREM A MATERIAIS LOCAIS E TECNOLOGIAS TRADICIONAIS HERDADAS

3.3.1.1
CARACTERIZAÇÃO

"...coberta de telha, que em altura de mais folgados dinheiros substitui o colmeiro, conserva ainda as duas abas entre empenas, respaldadas por cornijas de pedra, as únicas capazes de resistir à ventania desabrida; além do mais, beirado retraído, dimensões apertadas e aberturas reduzidas aos tamanhos mínimos.
... estão no rés do chão, semi enterrado, as lojas, e no andar superior, os quartos e as salas da casa.
O telhado assimétrico, de cumeeira lançada a eixo do corpo dos quartos, deixando descair o beirado baixo sobre a varanda, envolve e ata o conjunto, conferindo-lhe unidade volumétrica.
...os pilares e lintéis suportando a parede reduzida ao menor peso possível, logo delgada, e acudindo a esta fraca secção o emprego de pedras grandes, aparelhadas regularmente, com as juntas esquadradas.
Até aqui e principalmente nestas regiões de elevada altitude, a madeira era por assim dizer, banida do exterior,...relegada para dentro das casas, aplicava-se em toros ou pranchas mal aparelhadas, como traves, soalhos, caibros, portas e caixilharias." [21]
"...além do exótico efeito conseguido com os dois materiais (granito e xisto), é a primorosa execução do alvenel. Na sua despretenciosa de casa anónima recente, consegue só pelo trabalho de pedraria e distribuição dos seus portais ser merecedora de registo" [22] (Figs.3.23 e 3.25)


Fig. 3.19 – Inq. Arq. Popular


Fig. 3.20 –Lindoso,P.B.(2003)


Fig. 3.21 - Inq. Arq. Popular

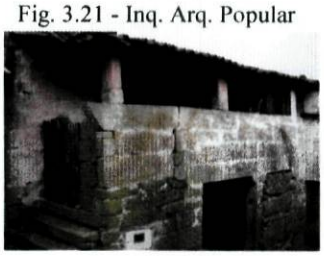

Fig. 3.22 - Germil,P.B.(2004)


Fig. 3.23 - Inq. Arq. Popular

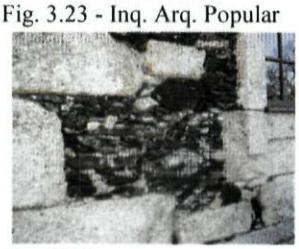

Fig. 3.24 - Montaria,V.C.(2006)


Fig. 3.25 - Inq. Arq. Popular


Fig. 3.26 – Montaria,V.C. (2006)

Estudo comparativo entre:
Figs. 3.19,3.21,3.23,3.25 Exemplos retirados do inquérito à Arquitectura Popular em Portugal
Figs. 3.20,3.22,3.24,3.26 Exemplos semelhantes actuais

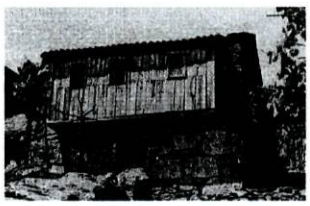


Fig. 3.27 - Inq. Arq. Popular



Fig. 3.28 - Germil, P.Barca.(2006)



Fig. 3.29 - Inq. Arq. Popular

Estudo comparativo entre :
Figs. 3.27, 3.29, 3.31 Exemplos retirados do inquérito à Arquitectura Popular em Portugal
Figs. 3.28, 3.30, 3.32 Fotografias de exemplos semelhantes actuais

"...assim, guarda da sacada, varanda-corrida e até secções interiores das obras são executadas em pinho ou castanho ou outra qualquer essência que a natureza ou as posses do interessado colocam ao seu alcance. Porque o pinho e o castanho, que são as madeiras mais comuns, resistem mal, vã de protegê-las, afastando-as do chão, fazendo salientes os beirados, e, sempre que possível, pintando-as ou revestindo-as de argamassas. Tendo em conta o custo, a facilidade de transporte e aparelhamento, que não exige mão de obra especializada como a do pedreiro, seria sem dúvida o material mais indicado para ser aplicado, sistemáticamente, se não fora a sua curta duração. Duração quanto menor quanto maior for a humidade do solo, aliás bem grande nestas regiões de forte pluviosidade.
Apoiadas em pilares isolados, retraídas ou projectadas suspensas, de traves lançadas desde o interior e de lajes de pedra engastadas na parede, abertas ou entaipadas... Assentes nos envasamentos de granito galheiro, que tomam a altura do pé-direito do rés-do-chão, erguem-se as paredes de taipa rebocada, onde simétricamente se deixam as aberturas indispensáveis." [23]



Fig. 3.30 - Vilar do Monte, P.Lima (2004)



Fig. 3.31 - Inq. Arq. Popular



Fig. 3.32 - Passagem, V.Castelo (2004)

A casa rural resulta de uma longa evolução ao longo de várias gerações, é um produto do Homem, um facto de cultura. Se não há dúvida que os factores do meio geográfico – a presença ou ausência de determinados materiais de construção, as particularidades climatéricas, os diversos tipos de agricultura - determinam as características da casa, o factor humano e cultural – a história, os movimentos de difusão e influências, as componentes sociais e económicas influenciaram de modo decisivo esses condicionalismos circunstanciais.

Estas casas adaptam-se aos acidentes do terreno onde estão implantadas. São casas isoladas no meio das terras ou bordando os caminhos nas áreas de povoamento disperso ou com tendência para a disseminação, ou são casas alinhadas umas a seguir às outras nas áreas de povoamento concentrado. Num ou noutro caso elas organizam o espaço exterior, privado (de utilização agrícola - as eiras, os eidos) ou público (a rua, os largos).

A casa desta zona do vale do Lima é uma construção na sua maioria, de rés do chão e andar. O rés do chão servindo de estábulo, adega, lagar ou tulha, palheiro, arrumações diversas; no andar sobrado dispõem-se os aposentos para as pessoas ou seja a sala e os quartos. Estes dois pisos são sobrepostos, mas em regra independentes, acentuando a característica de dualidade das funções respectivas. O acesso ao sector da habitação faz-se geralmente por uma escada exterior de pedra, encostada ou perpendicular á fachada. Na meia encosta e montanha, o material de construção é a pedra, nomeadamente granito ou xisto, conforme os recursos ou disponibilidades locais. No aglomerado de várzea também é utilizado como material construtivo principal, a madeira. A par do factor de adaptação ao tipo agrícola local, pode-se relacionar a forma da casa, planta rectangular e alçado de rés do chão e andar,

com as qualidades do granito e com os escassos meios disponíveis que não permitiam fantasias na forma.

Paredes exteriores

Nestes edifícios, de um modo geral, as fundações são directas constituindo o prolongamento dentro do terreno das próprias paredes resistentes ou mestras, com a mesma largura ou com ligeiro alargamento, em função das características do terreno. Designam-se por paredes resistentes (Fig.3.33) aquelas que representam um papel relevante na estrutura do edifício no que se refere à resistência a cargas verticais, nomeadamente as de natureza gravítica e também a forças horizontais como por exemplo, o vento e os sismos. Estas paredes apresentam geralmente grande espessura. A grande espessura destas paredes justifica-se por um conjunto de razões de natureza estrutural e mecânica e com a função que desempenham na protecção do interior habitado do edifício em relação aos agentes atmosféricos e em particular, à acção do vento e da água da chuva.

Existem também paredes exteriores de andares sobrelevados, de ressalto ou não, cuja composição se baseia em estrutura de madeira (Fig.3.34). As diferenças, muitas vezes de cariz regional ou mesmo local, prendem-se com a disponibilidade dos materiais; a redução do tempo e custos do transporte, questão hoje muitas vezes minimizada, mas que se assumia até ao início do séc.XX como factor condicionante.

As paredes destes edifícios apresentam várias possibilidades de solução em que variam essencialmente os materiais utilizados na sua composição quer ao nível das unidades elementares, quer ao nível dos materiais de ligação e das técnicas de aplicação.A alvenaria de pedra talhada assente a seco (Fig.3.35) ou com argamassa de cal e areia coexiste com a alvenaria de pedra irregular em que a argamassa utilzada é em maior quantidade. (Fig.3.36)



Fig. 3.33 - Paredes resistentes
Germil, P. Barca (2005)



Fig. 3.34 - Paredes em estrutura de madeira
Passagem, V. Castelo (2004)

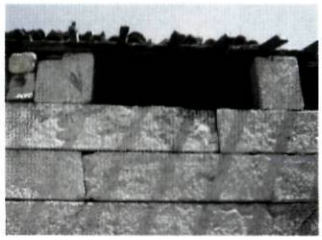


Fig. 3.35 - Alvenaria de pedra talhada
Lindoso, P.Barca (2004)



Fig. 3.36 - Alvenaria de pedra irregular
Lindoso,P. Barca (2004)

A argamassa de ligação varia, também, em função das disponibilidades locais, entre a terra mais ou menos argilosa, o barro e as misturas de areia e cal, sendo as areias mais ou menos argilosas, consoante a região, o local e a forma de extracção. Existem assim dezenas de receitas e misturas mas, de facto ignora-se quase sempre a composição real das argamassas utilizadas.

Normalmente as paredes são duplas constituidas por um aparelho exterior e outro interior independentes A utilização de uma pedra que atravessa o pano de parede de uma face à outra, juntouro, é fulcral para o travamento desta e a sua inexistencia explica muitas anomalias estruturais.

Outro aspecto construtivo está ligado à execução de aberturas nas paredes, para a realização de portas e janelas, sendo necessário interromper a estrutura da parede e proceder ao reforço da periferia da abertura. Os materiais utilizados nestes reforços e técnicas de aplicação variam entre outras causas com a natureza da própria parede e dos seus materiais constituintes, com a dimensão da abertura e com a importância estrutural da parede.

A forma mais usual consiste em criar um elemento horizontal, lintel, verga, ou padieira que apoia as suas extremidades na própria parede, junto ao contorno da abertura. Esta solução adequa-se a pequenas aberturas, uma vez que esse elemento horizontal tem uma capacidade resistente limitada. O recurso a lintéis de madeira, geralmente em toros redondos(Fig.3.37), em número variável, em função da espessura da parede e do seu próprio diâmetro justapostos lateralmente, é utilizado algumas vezes neste tipo de construção rural. Nas zonas em estudo, pela abundância de pedra de boa qualidade existente em elementos de grandes dimensões, os lintéis mais comuns são executados em pedra, fazendo-se a descarga das paredes nestes elementos. É vulgar o recurso a pedra talhada



Fig. 3.37 - Padieira de pedra e madeira
Germil, P. Barca (2006)



Fig. 3.38 - Padieira de pedra talhada
Montaria, V. Castelo (2006)



Fig. 3.39 - Padieira em pedra na forma como é extraída
Germil, P. Barca (2006)



Fig. 3.40 –Pedra de padieira fendilhada
Germil, P. Barca (2006)

(Fig.3.38) mas usa-se igualmente a pedra na forma e dimensão em que é extraída (Fig.3.39), com o minimo de tratamento.

Se os lintéis de madeira apresentam como principal problema o seu apodrecimento, os de pedra têm como desvantagem a fragilidade do material, que pode fendilhar (Fig.3.40) e originar o colapso destes elementos.

As limitações assinaladas para as soluções descritas justificam a aplicação de técnicas mais evoluídas: os arcos de descarga são um exemplo desta melhoria construtiva. Na sua forma mais simples os arcos reduzem-se a uma forma triangular, constituída pela colocação de três elementos de madeira ou de pedra, constituindo uma forma triangular isósceles ou equilátera (Fig.3.41).

Torna-se ainda necessário reforçar as faces verticais do contorno das aberturas, pelo menos nos casos de abertura de grandes dimensões, o que é conseguido através da forma como se escolhem os remates da alvenaria para essa zona, variando em função da natureza da própria parede. Uma solução utilizada na alvenaria de melhor qualidade, consiste em colocar, na periferia da abertura, pedras de cantaria (Fig.3.42). Em qualquer caso, estas são sempre zonas frágeis da estrutura do edifício.



Fig. 3.41 - Pormenor de padieira, Lindoso, P. Barca (2003)



Fig. 3.42 - Pedras de cantaria na periferia da abertura
Germil, P. Barca (2006)



Fig. 3.43 - Cobertura inclinada.
Germil, P. Barca (2006)

Cobertura

As coberturas destes edifícios, no que se refere à forma, são inclinadas, com revestimento em telha cerâmica (Fig.3.43) e, anteriormente, de colmo.

A forma das coberturas inclinadas varia, entre outras razões, em função da quantidade de precipitação e da probabilidade de queda de neve, o tipo de utilização que se dá ao espaço entre o tecto do último piso e a cobertura e, ainda, a sua inserção na malha do aglomerado.

Predomina, como solução estrutural, a asna de madeira (Fig.3.44).



Fig. 3.44 - Asna de madeira
Germil, P. Barca (2006)

A madeira é facilmente trabalhável. As asnas obtidas pela triangulação de elementos simplesmente ligados entre si, são os tipos estruturais mais comuns, adaptando-se bem a geometrias variáveis de coberturas. As asnas de madeira, porque normalmente os vãos a vencer são reduzidos e as pendentes da cobertura pequenas, são asnas simples (Fig.3.45). Sobre as asnas, existe habitualmente uma estrutura secundária que permite a colocação conveniente dos revestimentos, transmitindo às asnas as cargas actuantes. As madeira mais frequentemente utilizadas para vigamentos eram o castanho e o carvalho, e mais tarde o pinho e o eucalipto.



Fig. 3.45 - Asna de madeira
Germil, P. Barca (2005)

Saliente-se o detalhe com que devem ser estudadas as ligações entre as diferentes peças que constituem esta estrutura, adoptando-se as ligações pregadas, coladas, ou recorrendo-se a peças auxiliares de ferro, alem de vários sistemas de encaixe e de ensambladuras.

Além destas ligações, merece o maior destaque a forma como as asnas de cobertura se fixam aos seus apoios, geralmente na zona corrente de paredes de alvenaria. Quando o apoio é directamente nas paredes, é de boa regra assegurar a protecção dos topos embebidos nas alvenarias e garantir a existência de um "berço" para apoio da asna.

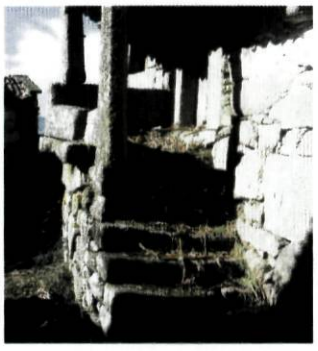


Fig. 3.46 - Escada exterior
Lindoso, P. Barca (2003)



Fig. 3.47 - Configuração do fasquiado em parede de tabique de madeira.
Passagem, V.Castelo (2004)

Escadas

Muitos destes edifícios rurais de dois pisos, possuem escadas exteriores, em pedra (Fig.3.46). As escadas podem desempenhar não só um papel essencial como meio de comunicação e ligação entre diferentes níveis do edifício mas também como elemento decorativo, por vezes mesmo de expressão muito marcante.



Fig. 3.48 - Vestígios de caiação a branco
Lindoso, P. Barca (2003)

Revestimentos

Os revestimentos e acabamentos dos elementos de construção dos edifícios tem um importante papel a desempenhar, já que

constituem a pele que assegura a protecção desses elementos, em relação às acções agressivas de natureza química e mecânica.

No caso de tabiques de madeira, a própria configuração do fasquiado e a forma de aplicação podem contribuir para a melhoria da ligação entre a madeira e a argamassa de reboco. O fasquiado, de secção trapezoidal é pregado sobre as pranchas de tabique pela sua face menor deixando espaços de cerca de 5 cm; com a aplicação do reboco cria-se então uma superfície de contacto que pela sua geometria, aumenta a resistência de ligação à tracção e ao corte (Fig.3.47).

O acabamento mais frequente era a caição a branco (Fig.3.48) ou com cores que são conferidas à cal com pigmentos e corantes naturais (Fig.3.49). Os pigmentos são adicionados no final da preparação da cal. Este material é facilmente solúvel em água. mesmo depois de seco, sendo portanto lavável pela água da chuva, o que faz com que, em condições normais, a caiação tenha de ser repetida anual ou bianualmente.

Como revestimento da cobertura é utilizada a telha. A telha tradicional é cerâmica de canudo, com dimensões variáveis. No telhado tradicional, os canudos sobrepõem-se constituindo-se com as mesmas peças as capas e os canais. A telha é simplesmente colocada, sem qualquer espécie de ligação, o que torna estes telhados particularmente sensíveis à acção do vento (Fig.3.50). A aramagem das telhas, através de grampos de forma especial, e ou a aplicação de argamassas nas juntas entre telhas, contribuem para garantir maior estabilidade geométrica aos telhados e assim assegura-se mais facilmente a sua estanquidade (Fig.3.51).

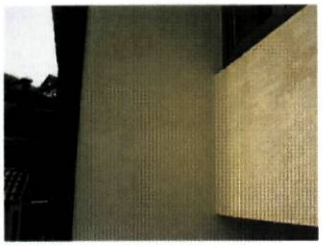


Fig. 3.49 - Caiação pigmentada na cor ocre.
Vilar do Monte, P. Lima (2004)



Fig.3.50 - Telha simplesmente colocada.
Germil, P. Barca (2006)



Fig.3.51 - Telha aramada reutilizada.
Germil, P.Barca (2006)

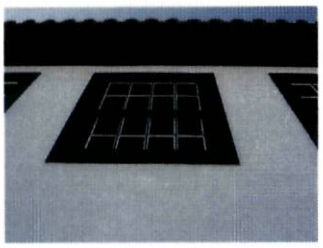


Fig. 3.52 - Caixilharia
Passagem, V.Castelo (2004)

Caixilharia

A caxilharia exterior dos edifícios, habitualmente de madeira pintada (Fig.3.52) tem um papel muito importante a desempenhar

no comportamento destes edifícios, na medida em que faz parte da envolvente, ou seja, da pele, que separa o interior do edifício do ambiente exterior mais agressivo, cabendo-lhe nomeadamente cumprir a função de evitar a entrada de água da chuva, proteger do vento e das poeiras, reduzir os efeito da radiação solar, sendo a madeira o material dominante.[24]

3.3.1.2
CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

Metodologia

A definição dos tipos e níveis de intervenção num edifício deve pressupor o conhecimento adequado do objecto dessa intervenção.

Primeiramente, procedeu-se à avaliação do estado de conservação dos edifícios com o diagnóstico das anomalias construtivas e identificação das respectivas causas, recorrendo fundamentalmente à simples observação directa.

Sendo imprescindivel dispor de um conjunto de informações que permitissem definir com algum rigor o âmbito da intervenção, do ponto de vista técnico e económico, foram executados levantamentos geométricos de modo a serem desenhadas as plantas de cobertura e alçados à escala 1:100. Foi feito o levantamento fotográfico geral e de pormenor.

Passou-se depois para o estudo das soluções a adoptar. Seguidamente foi elaborado o projecto de arquitectura, o processo de licenciamento, que incluiu plantas e alçados, desenhos de pormenor e caderno de encargos.

Diagnóstico

O estado de conservação dos edifícios relacionou-se com o facto de estarem ou não habitados. Os edifícios desabitados encontravam-se em pior estado de conservação. No aglomerado de várzea todos os edifícios intervencionados eram habitados; nos aglomerados de meia encosta, eram utilizados alguns como residência permanente e outros como segunda residência; nos aglomerados de montanha, encontravam-se desocupados.

A principal causa das anomalias nestes edifícios prendeu-se com:

. o envelhecimento dos materiais por acção dos agentes climatéricos

. o desgaste ao uso (por exemplo a utilização do braseiro como sistema de aquecimento com saída de fumo pela telha vã, ou a utilização do andar térreo para abrigo do gado)

. a acção humana

. a falta de manutenção (destinada a assegurar a sua conservação e evitando a sua degradação)

. a inadequação aos actuais critérios de salubridade, de conforto térmico, de iluminação e ventilação

O diagonóstico fez a avaliação das anomalias nos materiais e sistemas construtivos constituintes de cada edifico. Foram analisadas as patologias em paredes exteriores, cobertura, revestimentos e caixilharia .

Solução arquitectónica e construtiva

O objectivo da intervenção foi a conservação e reabilitação do existente.

Foi considerado como definição de conservação, o conjunto de acções destinadas a prolongar a vida de um edifício. A conservação pressupôs a manutenção, que de acordo com o espírito da carta de Veneza engloba um conjunto de acções preventivas destinadas a manter em bom funcionamento um edifício. Na sua ausência qualquer intervenção terá de ser muito mais profunda.

A reabilitação foi entendida como o conjunto de acções destinadas não só à resolução das anomalias construtivas, mas também ao melhor desempenho do edifício face às exigências funcionais actuais.

A intervenção nestes edifícios realizou-se a diversos níveis, conforme o estado de conservação do próprio edifício e da utilização prevista.

Para edifícios bem conservados não foi necessário tocar na estrutura do edifício, podendo a intervenção processar-se sem grandes transtornos para os utilizadores do edifício. A intervenção foi ligeira, consistindo em operações que se enquadram no espírito de conservação e manutenção. Noutros casos, a intervenção teve de ser mais aprofundada. Os trabalhos visaram o reforço pontual de alguns elementos estruturais e o aumento de conforto no interior do edifício. Neste nível de intervenção, os utilizadores são já afectados pelo decorrer das obras. A intervenção mais profunda destinou-se aos edifícios devolutos, já em estado de ruína.

Diagnóstico - Paredes exteriores (Fig.3.53)



Fig. 3.53 – Paredes exteriores - Diagnóstico. Lindoso, P. Barca (2005)

Os edifícios implantados em terrenos acidentados (aglomerados de meia encosta e de montanha) com paredes enterradas, tinham infiltrações de humidade no interior da construção. Estas infiltrações também aconteciam nas casas que faceavam os arruamentos, quando o nível do pavimento se encontrava elevado devido às sucessivas pavimentações. A previsão de alteração de uso do piso térreo (abrigo de gado para espaço habitável) obrigou à criação de condições de salubridade. As paredes em pedra apresentavam vários tipos de patologias: alteração do aspecto da alvenaria de pedra devido à acumulação de musgos e de poeiras; abaulamento devido à entrada de humidade provocada pelo deficiente desempenho da cobertura; desmoronamento de panos de parede, juntas preenchidas com cimento. (Fig.3.54 a 3.57).

As paredes em tabique apresentavam a estrutura de madeira em mau estado de conservação (Fig. 3.58).



Fig.3.54



Fig.3.55



Fig.3.56

Fig.3.54 - Parede em mau estado de conservação
Fig.3.55 - Parede tardoz de suporte de terras com infiltrações e a ameaçar derrocada
Fig.3.56 - Parte do paramento de parede encontra-se desmoronado
Lindoso e Germil, Ponte da Barca (2003 e 2005)



Fig.3.57



Fig.3.58

Fig.3.57, Juntas de alvenaria de pedra, em cimento, Lindoso, P. Barca (2004)
Fig.3.58, Fasquiado de madeira em parede de tabique em mau estado de conservação. Passagem, V. do castelo (2003)

Solução arquitectónica e construtiva - Paredes exteriores (Fig.3.59)

Drenagem de paredes enterradas

Limpeza de musgos em alvenarias de pedra, preenchimento das juntas com argamassa de cal e encasque

Consolidação das alvenarias de pedra

Reforço estrutural das alvenarias de pedra, com recurso a lámina de betão armado pela face interior da parede

Reconstrução das alvenarias de pedra

(Figs.3.60 a 3.66)

Substituição de elementos estruturais em madeira (em paredes de tabique)

Reconstrução de parede em tabique

(Fig.3.67)



Fig .3.59 - Paredes exteriores – Solução arq. e construtiva. Germil, Ponte da Barca (2006)



Fig.3.60



Fig.3.61



Fig.3.62

Fig.3.60 - Limpeza de musgos em alvenaria de pedra. Montaria, Viana do castelo (2006)
Fig.3.61 – Remoção de reboco. Montaria, Viana do castelo (2006)
Fig.3.62 – Encasque de juntas. Montaria, Viana do castelo (2006)



Fig.3.63



Fig.3.64



Fig.3.65

Fig.3.63 – Consolidação das alvenarias de pedra
Fig.3.64 – Reforço estrutural da parede tardoz com recurso a lâmina de betão armado pela face interior da parede
Fig.3.65 – Reconstrução de panos de parede
Lindoso e Germil, Ponte da Barca (2004 e 2006)



Fig.3.66



Fig.3.67

Fig.3.66 - Preenchimento de juntas com argamassa de cal, Lindoso,P, Barca (2005)
Fig.3.67 - Reconstrução de tabique de madeira, Passagem, Viana do Castelo (2004)

Diagnóstico - Cobertura (Fig.3.68)

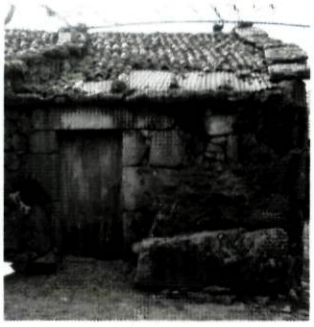


Fig. 3.68 – Cobertura – Diagnóstico. Germil, P. da Barca (2005)

A cobertura destes edifícios é talvez o elemento que de forma sistemática apresenta anomalias. A razão para que isto aconteça deve-se ao facto de ser um elemento da envolvente do edifício exposto de forma contínua à acção da água da chuva, do vento e das variações de temperatura. As estruturas de madeira deformam-se naturalmente. Este movimento da configuração geométrica é acompanhado por movimentos de adaptação do próprio revestimento da cobertura, que reduz a sobreposição de telhas consecutivas, facilitando o percurso da água das chuvas. Estas infiltrações de água continuada dá origem à deterioração dos elementos de madeira. Nos telhados encostados uns contra os outros, no caso de aglomerados de montanha, a deficiente execução ou manutenção da rede de drenagem dá origem a que a água das chuvas penetre nas paredes (Figs. 3.69 a 3.71).



Fig.3.69



Fig.3.70



Fig.3.71

Fig.3.69 a 3.71 - Deterioração dos elementos de madeira e ausência parcial de revestimento
Lindoso e Germil, Ponte da Barca (2003 e 2005)

Solução arq. e construtiva-Cobertura (Fig. 3.72)

Substituição, colocação ou recolocação de telhas

Reparação ou substituição dos elementos estruturais em madeira da cobertura

Colocação de forro em madeira, isolamento térmico e impermeabilização(Figs. 3.73 a 3.75)



Fig. 3.72 – Cobertura - Solução arq. e construtiva. Germil, Ponte da Barca (2006)



Fig.3.73



Fig.3.74



Fig.3.75

Fig.3.73 a 3.75 - Recuperação de estrutura em madeira, colocação de forro, isolamento térmico, impermeabilização e telha de canal. Germil, Ponte da Barca (2006)

Diagnóstico - Revestimentos (Fig.3.76)

Relativamente aos revestimentos de reboco em paredes exteriores, neste caso em tabique, um dos problemas mais comuns é a ruptura da ligação entre a argamassa de reboco e a madeira, provocada pela entrada de humidades e pelas variações acentuadas de temperatura.

A caiação tem como inconveniente uma durabilidade reduzida, obrigando a aplicação de caiações em demãos sucessivas, desejávelmente anuais ou bianuais.

Um outro problema diz respeito á destruição dos rebocos pela aplicação de pinturas pouco permeáveis, interrompendo o processo de humidificação e secagem da parede.

(Figs. 3.77 a 3.79)



Fig. 3.76 - Revestimentos - Diagnóstico
Passagem, Viana do Castelo (2003)



Fig.3.77



Fig.3.78



Fig.3.79

Fig.3.77 a 3.79 - Patologias em revestimentos Vilar do Monte, Ponte de Lima e Passagem, Viana do Castelo.(2003)

Solução arq. e construtiva-Revestimentos (Fig. 3.80)
Reparação de rebocos, pintura ou caiação
(Figs. 3.81 a 3.83)



Fig.3.81



Fig.3.82



Fig.3.83

Fig.3.80,3.81,3.82 - Recuperação de rebocos. Vilar do Monte, Ponte de Lima e Passagem, Viana do Castelo (2004)



Fig. 3.80 – Revestimentos - Solução arq. e construtiva. Passagem, V. do Castelo (2004)

Diagnóstico - Caixilharias (Fig.3.84)

Relativamente às caixilharias as principais anomalias dizem respeito à acção da humidade originando apodrecimentos, empenos e folgas excessivas nas juntas móveis, favorecendo o ataque de fungos e insectos.O envelhecimento dos materiais constituintes da caixilharia e dos seus revestimentos associado á falta de verificação periódica origina a degradação que geralmente se pode observar. No casos em estudo a humidade de precipitação é o principal problema. A passagem da água para o interior do edifício é vulgar através das juntas dos caixilhos, das juntas dos vidros, entre aros e guarnecimentos de vãos particularmente ao nível das tábuas dos peitoris. Comum também é o mau funcionamento dos furos de drenagem, normalmente existentes nos peitoris, por entupimento ou por inclinação excessivamente reduzida, não permitindo o escoamento da água infiltrada ou da água condensada junto aos vidros.

Muitas vezes a caixilharia não assegura uma conveniente vedação o que origina percas térmicas acentuadas.Verifica-se no entanto e contraditoriamente que uma vedação muito eficiente pode originar falta de ventilação originando concentrações elevadas de humidade produzida no interior dos edifícios. (Figs. 3.84 a 3.87)



Fig. 3.83 – Caixilharias - Diagnóstico. Montaria, Viana do Castelo (2005)



Fig.3.84



Fig.3.85



Fig.3.86



Fig.3.87

Fig.3.84,3.85,3.86,3.87 Caixilharias em mau estado de conservação.Passagem, Viana do Castelo, Lindoso, Ponte da Barca,Montaria,Viana do Castelo e Vilar do Monte, Ponte de Lima.(2005)

Solução arq. e construtiva-Caixilharias (Fig. 3.88)
Reparação pontual de peças danificadas
Substituição de vidros
Pintura das peças em madeira
Colocação de caixilharias
(Figs. 3.89 a 3.92)



Fig. 3.88 – Cixilharias - Solução arq. e construtiva. Montaria,V. do Castelo, 2006



Fig.3.89



Fig.3.90



Fig.3.91



Fig.3.92

Fig.3.89,3.90,3.91,3.92 - Caixilharias depois da intervenção. Passagem, V. Castelo,Lindoso, Ponte da Barca, Montaria, V. Castelo,V. do Monte, P. de Lima (2004 e 2006)

Deficiências de execução (Fig. 3.93)
(Figs. 3.94 a 3.98)

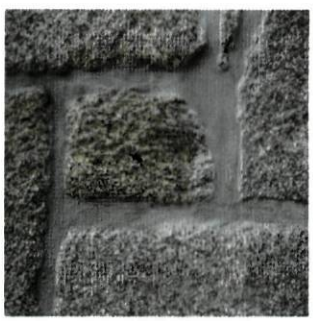


Fig. 3.93 – Deficiências de execução. Lindoso, P. da Barca (2004)



Fig.3.94



Fig.3.95



Fig.3.96

Fig.3.94-Deficiente remate do telhado na empena,Vilar do Monte, P.Lima (2004)
Fig.3.95-Deficiente execução de telhado, Germil, P. da Barca (2006)
Fig.3.96-Contador eléctrico demasiado evidente, Lindoso, P. Barca (2004)



Fig.3.97



Fig.3.98

Fig.3.97-Deficiente execução de cachorro, Germil, P. Barca (2006)
Fig.3.98-Alvenaria de pedra com juntas em cimento, Lindoso, P. da Barca,2004

3.3.1.3

CASOS DE ESTUDO

Foram realizadas as seguintes intervenções:

fase 1 (2003-2004): Vilar do Monte,, Lindoso, Passagem

fase 2 (2005-2006): Montaria, Cabração, Germil

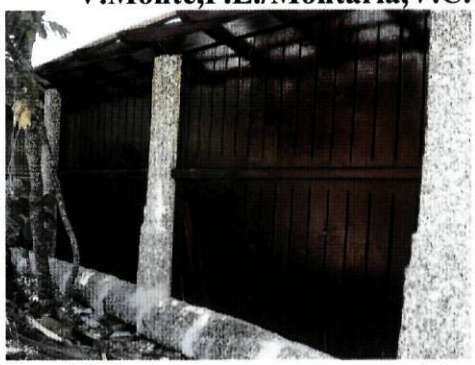
tipo de aglomerado	**ed. que recorrem a materiais locais e tec. trad. herd. (privado)**	**ed.constr. ou alter. depois do adv. do betão arm. (privado)**	**inv. total público/ privado €**	**perc. públco/ privado %**
meia encosta				
Vilar do Monte (P. de Lima)	8	5	520 200,00	60-37
Montaria (V. Castelo)	4	4	348 400,00	32-68
Cabração (P.Lima)	6	3	616 580,00	53,24-46,76
montanha				
Lindoso (P. Barca)	13	2	723 580,00	46-54
Germil (P. Barca)	15	4	635 000,00	42-58
várzea				
Passagem (V. Castelo)	5	6	543 000,00	64-36
Total	**51**	**24**	**3 386 760,00 €**	

Em seguida apresentam-se alguns exemplos das intervenções efectuadas.

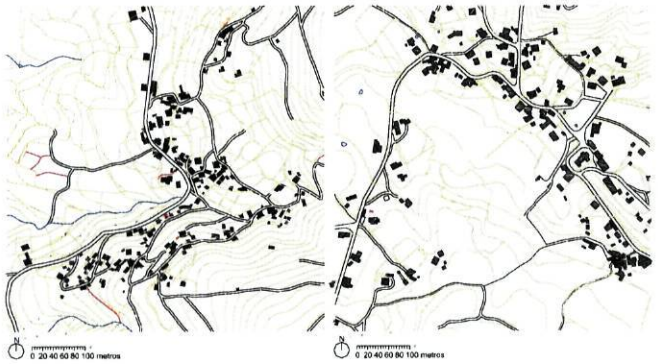
Espigueiros
Aglomerados de meia encosta

CASO DE ESTUDO Nº1

V.Monte,P.L./Montaria,V.C.



Proprietário: vários



Vilar do Monte,P.L. Montaria, V.C.
Planta de localização

Estado actual:
1A: Existência sómente da estrutura em pedra
2A: Construção recente em tijolo e betão armado
3A: Paredes e cobertura em betão armado
4A: Madeira em mau estado de conservação

Solução arquitectónica e construtiva:
1B: Limpeza e consolidação da estrutura de pedra
2B: Demolição do espigueiro
3B: Pintura das paredes em betão armado
4B: Substituição do ripado por outro de desenho idêntico



1A, 1B, Montaria (2005 e 2006)





2A, 2B ,V. Monte (2003 e 2004))



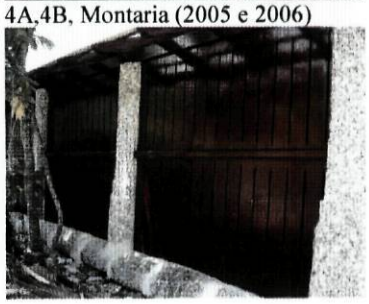
3A,3B, Montaria (2005 e 2006)



4A,4B, Montaria (2005 e 2006)

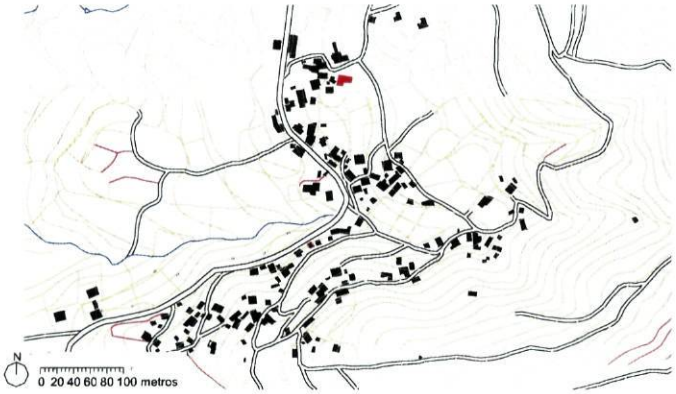






Ed. q. recorrem a mat. locais e tecn. trad. herd.
Aglomerado de meia encosta

CASO DE ESTUDO Nº2
Vilar do Monte, Ponte de Lima



Planta de localização



Proprietário: Rosa B. Teixeira
Invest: Total: 20 790,00 Euros
Comparticipação: 10 395,00 Euros

Este edifício está localizado numa zona periférica mas altaneiro e bem visível do centro do aglomerado.
As alvenarias de pedra apresentam restos de reboco. O telhado está em razoável estado de conservação. Não existem caixilharias. No espigueiro, a madeira foi substituída por tijolo. A propriedade tem muros e portões em mau estado de conservação.
Os trabalhos realizados, foram:limpeza das alvenarias de pedra, as juntas foram encascadas e tomadas com argamassa de cal; recuperação da estrutura do telhado, colocação de isolamento térmico, impermeabilização e telha de canal; colocação de caixilharias em madeira pintada; no espigueiro, substituição do tijolo por ripado em madeira; reconstrução de muros e colocação de portões em ferro pintado.

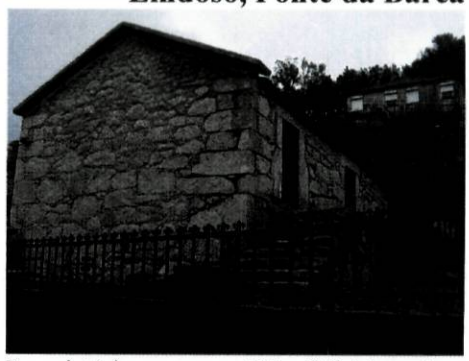


Ed. q. recorrem a mat. locais e tecn. trad. herd.
Aglomerado de montanha

CASO DE ESTUDO Nº3
Lindoso, Ponte da Barca



Planta de localização



Proprietário:	F.Igr.P.S.Mamede
Invest: Total:	25 00,00 Euros
Comparticipação:	12.500,00 Euros

É um edifício em mau estado de conservação, tanto a nível das fachadas como da cobertura e caixilharias. Pela sua localização, junto à Igreja, a intervenção terá um impacto grande e contribuirá, assim, para a renovação da imagem do próprio aglomerado.
Os trabalhos realizados, foram:consolidação estrutural das fachadas que ameaçavam ruína;limpeza de musgos da alvenaria de pedra; as juntas foram encascadas e tomadas com argamassa de cal; impermeabilização e drenagem pelo exterior das paredes enterradas; renovação da cobertura, com recuperação da estrutura de madeira, execução de forro em madeira, isolamento térmico, impermeabilização e reutilização da telha; colocação de caixilharias em madeira pintada.

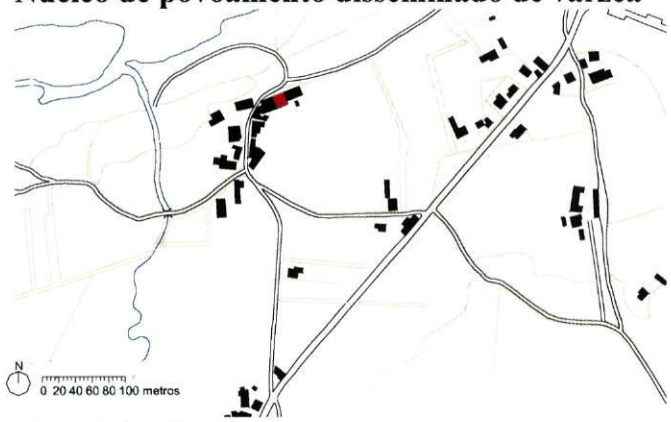









Ed. q. recorrem a mat. locais e tecn. trad. herd.
Núcleo de povoamento disseminado de várzea



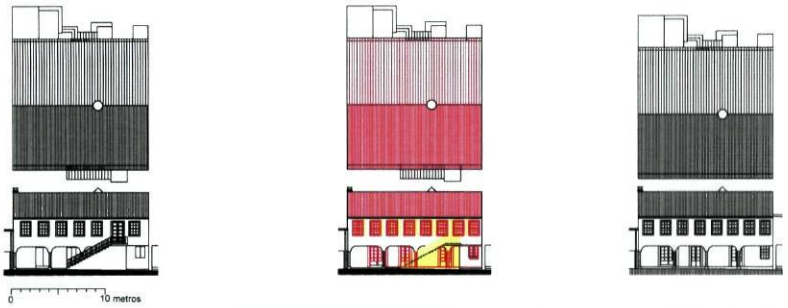
Planta de localização

CASO DE ESTUDO Nº4
Passagem, Viana do Castelo



Proprietário:	Susana Santos
Invest: Total:	49 900,00 Euros
Comparticipação:	24 950,00 Euros

O edificio está localizado junto ao arruamento de acesso ao rio.
A parede em tabique, a cobertura e a caixilharia encontram-se em mau estado de conservação. Existe uma escada encostada à fachada cuja época de construção é posterior à casa.
Os trabalhos executados foram: remoção da escada exterior existente; recuperação da parede em tabique (durante a obra esta parede ruiu, a fachada foi reconstruída integralmente conforme o original); rebocar e caiar os paramentos de parede; colocação de caixilharias em madeira pintada com tinta de óleo pigmentada.

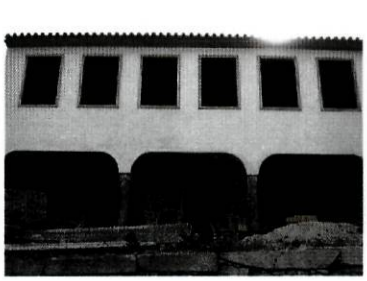














3.3.2
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS OU ALTERADOS DEPOIS DO ADVENTO DO BETÃO ARMADO



Fig. 3.99- Vilar do Monte, P. Lima (2003).

3.3.2.1
CARACTERIZAÇÃO

O desenvolvimento industrial do ferro e do aço a partir do séc. XIX, não se traduziu nos edifícios rurais em alterações substanciais dos métodos construtivos.



Fig. 3.100 – V. Montwe, P. Lima (2003)

É o betão armado que marca efectivamente uma ruptura com o passado. À medida que se foi conhecendo melhor as capacidades do novo material, que apresenta como característica dominante o facto de ser moldável, capaz de com ele se realizar qualquer forma, abandonaram-se as formas estruturais pré-estabelecidas, ultrapassaram-se as limitações impostas pelos materiais pré-existentes (Figs. 3.99 a 3.101).



Fig. 3.101 – Germil, P. Barca (2005).
Fig. 3.99 a 3.101- Edifícios construídos depois do advento do betão armado.

O seu uso só teve expansão significativa nos meios rurais a partir da década de 60 do séc. XX. A sua influência tornou-se tão determinante que foram abandonadas e esquecidas as técnicas tradicionais, consagradas por séculos de experiência.



Fig. 3.102 - Lindoso, P. Barca (2003)

Estas casas, de um modo geral, foram construídas durante o período da emigração para França. Apesar de serem desenhados em estirador pouco ou nada têm de arquitectura. Apresentam planta rectangular e alçado de rés do chão e 1º piso, escada exterior, telhado de duas águas com inclinação pronunciada com aproveitamento do desvão (este modelo foi substituído, recentemente, pela "arquitectura de século"). Do edifício original pouco ou nada resta. Rompem com a escala e volumetria dos edifícios envolventes, individualizando-se das restantes construções. Estes edifícios não organizam o espaço exterior envolvente; implantam-se no terreno casuísticamente, sem qualquer lógica funcional ou de exposição solar. Os vãos são abertos nas



Fig. 3.103 - Vilar do Monte, P. Lima (2003)

paredes em número e dimensão suficientes. Estes edifícios são semelhantes tanto nos aglomerados de montanha como nos aglomerados de meia encosta ou de várzea.

Paredes exteriores

Com a facilidade de transportes a construção deixa de estar condicionada por factores locais. Na reconstrução ou ampliação de edifícios existentes, normalmente é destruído parcial ou quase integralmente o edifício original para dar lugar ao novo. Ao que resta, normalmente uma base em pedra, são feitas ampliações em planta e em altura, com blocos de cimento ou com tijolo (Fig.3.102). As paredes são constituídas por um único pano de tijolo, apresentando má qualidade térmica. Quando as ampliações são feitas no mesmo material original, este é utilizado de modo diferente da restante parede, ficando visível o acrescento. Por exemplo, na alvenaria de pedra a ampliação é feita com pedra miúda e acabamento polido
(Fig. 3.103) as juntas são abertas, preenchidas com cimento e pintadas (Fig. 3.104).

Muitos dos edifícios originais sofrem adição ou alteração de elementos da fachada (Fig. 3.105).

Relativamente aos vãos abertos nas fachadas, não se percebe qual o critério utilizado (Fig.3.106) – ganhos solares, iluminação, protecção à intempérie, maior privacidade do interior, composição de fachada- nem pelo número de aberturas, nem pelas suas dimensões, nem pela sua orientação.

Cobertura

A estrutura em madeira da cobertura algumas vezes é substituída por outra em madeira ou então por laje aligeirada. As águas do telhado atingem inclinações pronunciadas, para que possa ser aproveitado o desvão da cobertura.

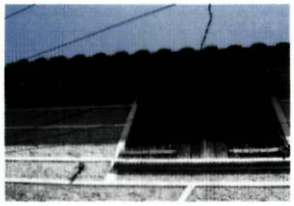


Fig. 3.104 - Lindoso, P. Barca (2003)



Fig. 3.105 - Lindoso, P. Barca (2003)

Figs.3.102 a 3.105- Edifícios alterados depois do advento do betão armado



Fig. 3.106 - Vãos abertos em número e dimensão suficientes.
Germil, P. Barca (2005)



Fig. 3.107 - Paredes sem revestimento.V. do Monte, P. Lima (2004)

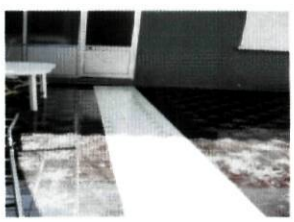


Fig. 3.108 - V. do Monte, P. Lima (2004)

Escadas

A solução da escada exterior é a utilizada, possivelmente para não ocupar espaço interior e também por que o rés do chão continua a ser utilizado como arrumos. Estas escadas de um modo geral têm balaustradas em cimento, ou grades de ferro douradas ou prateadas.



Fig. 3.109 - V. do Monte, P. Lima (2004)

Revestimentos

De um modo geral, ou as paredes não têm qualquer revestimento(Fig.3.107), possivelmente por falta de disponibilidade económica, ou então são utilizados em profusão diferentes materiais. É muito utilizado em paredes e pavimentos, o azulejo e materiais polidos (Fig.3.108 a 3.110), talvez pela facilidade de limpeza, durabilidade e impermeabilização. Também são bastantes utilizados os acabamentos rugosos, a "carapinha" (Fig.3.111) que, por um lado, poderá exigir menos conservação do que uma pintura mas, por outro, acumula facilmente sujidade da atmosfera dando um efeito de mancha escura. A carapinha também é utilizada nas padieiras de janelas e portas, na caixa de estore, na marcação de piso ou empenas, tornando-se ela própria uma liguagem. A cobertura é, em geral, telha de cimento.Todos estes materiais pela sua textura lisa e o seu não envelhecimento ao tempo, contrastam com a aparência rude e agreste da envolvente da paisagem e da envolvente construída. Os habitantes procuram, assim, com os meios que o mercado põe à sua disposição, que as suas casas sobressaiam de entre o contínuo edificado tradicional. São, à sua maneira "casas de autor", com perda de integração.



Fig. 3.110 - V. do Monte, P. Lima (2004)

Figs. 3.108 a 3.110- Utilização de materiais polidos em revestimento de paredes e pavimentos.



Fig. 3.111 – Utilização de carapinha em revestimento de parede. V. do Monte, P. Lima (2004)



Fig. 3.112 - Caixilharia em alumínio.Lindoso, P. da Barca (2003)

Caixilharias

Talvez pela facilidade de manutenção, menor preço, rapidez e facilidade de execução as caixilharias utilizadas são de alumínio(Fig.3.112). Como método de sombreamento é utilizado a persiana. Os peitoris são em granito ou mármore polido.

3.3.2.2
CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

Metodologia

A metodologia utilizada para a avaliação do estado de conservação dos edifícios foi a mesma referida anteriormente para os edifícios construídos com materiais locais.

Diagnóstico

A principal causa das anomalias destes edifícios prende-se com a má qualidade dos materiais empregues, por deficiências de execução de construção e por falta de revestimentos.

O diagnóstico fez não só avaliação das anomalias construtivas dos edifícios mas também a desadequação à envolvente dos materias utilizados.

Solução arquitectónica e construtiva

O objectivo da intervenção foi não só a correcção de anomalias construtivas, mas também uma "cosmética" de modo a minimizar o impacto negativo que estes edifícios provocam no conjunto edificado e na paisagem. Pretendeu-se portanto alterar o aspecto visual do edifício, sem no entanto introduzir alterações estruturais, para minimizar custos e, também, para que a intervenção não se tornasse incompreensível para o dono da obra.

Estas intervenções traduziram-se na melhoria dos revestimentos e remates, na diminuição visual das volumetrias, na alteração de texturas e na escolha de cores de acordo com a envolvente.

Diagnóstico - Paredes exteriores (Fig.3.113)
Corrosão nas armaduras do betão em varandas
Ampliação ou substituição das paredes originais por outras em bloco de cimento ou tijolo
(Figs. 3.114 a 3.116)



Fig. 3.113 – Paredes exteriores - Diagnóstico. V. do Monte, P. Lima (2003)



Fig.3.114



Fig.3.115



Fig.3.116

Fig.3.114 - Corrosão na armadura de betão, Vilar do Monte, P. Lima (2003)
Fig.3.115 - Ampliação feita com tijolo rebocado, Vilar do Monte, P. Lima (2003)
Fig.3.116 - Ampliação feita com pedra polida, Vilar do Monte, P. Lima (2003)



Fig.3.117
Fig.3.117 – Parede em bloco de cimento, Germil, Ponte da Barca (2005)

Solução arquitectónica e construtiva - Paredes exteriores (Fig.3.118)
Substituição dos materiais usados nas ampliações
Execução de revestimentos nas ampliações
(Figs. 3.119 a 3.121)



Fig. 3.118 – Paredes exteriores – Solução arq. e construtiva Vilar do Monte, P. de Lima 2004



Fig.3.119



Fig.3.120

Figs. 3.119 e 3.120 - Substituição do tijolo e pedra polida em ampliação por alvenaria de pedra irregular, Vilar do Monte, P. Lima (2004)



Fig.3.121
Fig.3.121 – Revestimento em madeira do bloco de cimento, Germil, Ponte da Barca (2006)

Diagnóstico - Cobertura (Fig.3.122)
Mau estado de conservação das estruturas
Falta de isolamento térmico
Coberturas precárias ou ausência delas
(Figs. 3.123 a 3.125)



Fig. 3.122 – Coberturas - Diagnóstico. V. do Monte, P. Lima (2003)



Fig.3.123



Fig.3.124



Fig.3.125

Fig.3.123 - Cobertura com estrutura deficiente
Fig.3.124 - Ausência de isolamento e deficiente desempenho
Fig.3.124 - Ausência de telhado
Vilar do Monte, P. Lima (2003)

Solução arq. e construtiva - Cobertura (Fig.3.126)
Recuperação das estruturas existentes em madeira ou laje aligeirada
Colocação de isolamento térmico e impermeabilização
(Figs. 3.127 a 3.129)



Fig. 3.126 – Coberturas - – Solução arq. e construtiva. Vilar do Monte, P. de Lima (2004)



Fig.3.127



Fig.3.128



Fig.3.129

Fig. 3.127 – Colocação de nova estrutura em madeira
Fig. 3.128 - Colocação de isolamento térmico e impermeabilização
Fig. 3.129 - Colocação de cobertura
Vilar do Monte, P. Lima (2004)

Diagnóstico –Revestimentos (Fig.3.130)
Ausência de revestimentos
Utilização de materiais de revestimento que pela sua textura e cor contrastam com a envolvente.



Fig.3.130– Revestimentos-Diagnóstico. V. do Monte, P. de Lima (2004)



Fig.3.131



Fig.3.132



Fig 3.133



Fig.3.134



Fig 3.135



Fig 3.136



Fig.3.1367



Fig.3.138

Figs. 3.131 a 3.138 – Ausência de revestimento em paredes, revestimentos contrastantes, Vilar do Monte, P. Lima, Montaria, V. Castelo (2003,2005)



Fig.3.139



Fig.3.140



Fig.3.141

Figs. 3.139 a 3.141 – Revestimentos de pavimentos contrastantes, Vilar do Monte, P.Lima e Passagem, V. Castelo (2003)

Solução arq. e construtiva - Revestimentos (Fig.3.142)
Remoção de azulejos
Execução de pintura ou caiação
Remoção de pintura nas juntas de pedra
Revestimento das empenas em telha cerâmica
Contorno de vãos e pisos com molduras em madeira
Revestimento de cobertura em telha canal, lusa ou marselha



Fig. 3.142 - Revestimentos – Solução arq. e construtiva.
Vilar do Monte, P. de Lima (2004)



Fig.3.143



Fig.3.144



Fig.3.145



Fig.3.146



Fig.3.147



Fig.3.148

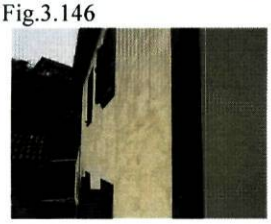


Fig.3.149

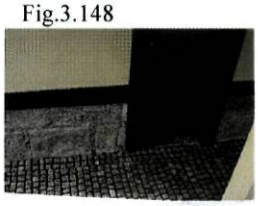


Fig.3.150

Fig. 3.143 a 3.150 – Execução e substituição de revestimentos em paredes, Vilar do Monte, P. Lima (2004) e Montaria, V. Castelo (2006)

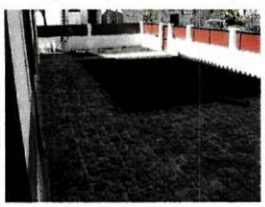


Fig.3.151



Fig.3.152



Fig.3.153

Fig. 3.151 a 3.153 – Substituição de pavimentos, Vilar do Monte, P. Lima (2004) e Passagem, V. Castelo (2004)



Fig.3.154



Fig.3.155



Fig.3.156

Fig.3.154 a 3.156 - Colocação de telha de canal, lusa e marselha

Diagnóstico - Caixilharias (Fig.3.157)
Caixilharia que pela sua forma, textura e cor contrastam com a envolvente ou em mau estado de conservação



Fig. 3.157 – Caixilharia - Diagnóstico. Passagem, V. Castelo (2003)






Fig.3.158 . Fig 3.159 Fig 3.160 Fig 3.161
Figs. 3.158 a 3.161 - Caixilharias contrastantes ou em mau estado de conservação,Vilar do Monte, P.Lima e Passagem,V. Castelo (2003)

Solução arq. e construtiva - Caixilharias (Fig.3.162)
Substituição da caixilharia de alumínio por caixilharia em madeira pintada com tinta de óleo
Substituição de persianas por portadas interiores em madeira pintada



Fig.3.162 - Caixilharia - Solução arq. e construtiva Passagem, V. do Castelo, 2004






Fig.3.163 Fig.3.164 Fig.3.165 Fig.3.166
Fig.3.162 a 3.164 Substituição de caixilharias, Passagem, V. do Castelo, 2004

Deficiências de execução (Fig.3.167)





Fig.3.168 Fig.3.169

Fig. 3.167 – Deficiências de execução, V. Monte, P. Lima (2004)

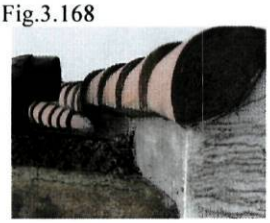
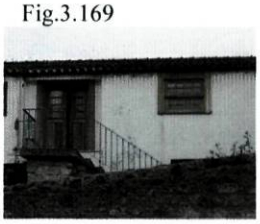



Fig.3.170 Fig.3.171

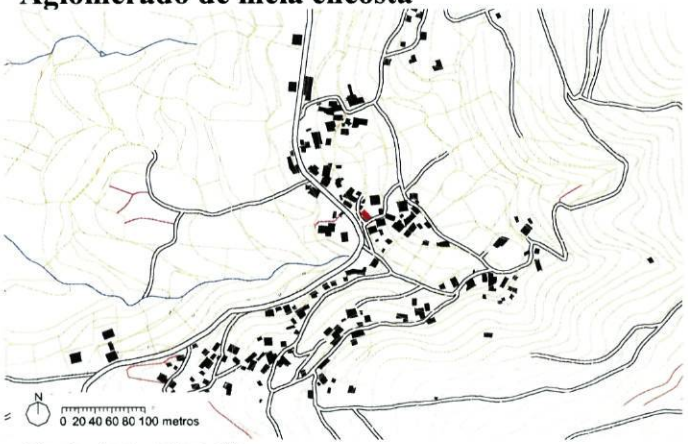
Fig.3.168 Excesso de argamassa nos cumes, Vilar do Monte, P. de Lima, 2004
Fig.3.169 Impermeabilização deficiente, Vilar do Monte, P. de Lima, 2004
Fig.3.170 Deficiente remate do telhado na empena, Vilar do Monte, P. de Lima, 2004
Fig.3.171 Deficiente execução de caixilharia, Vilar do Monte, P. de Lima, 2004

3.3.2.3

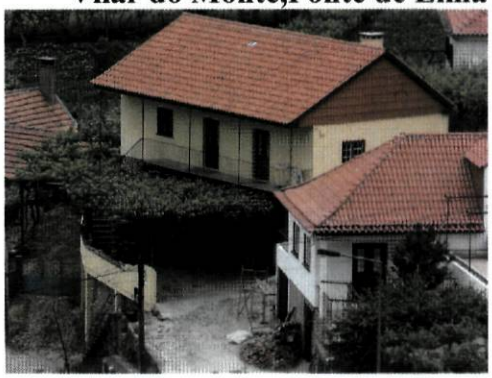
CASOS DE ESTUDO

Ed. constr ou alter. d. do adv. do betão armado
Aglomerado de meia encosta

CASO DE ESTUDO Nº1
Vilar do Monte,Ponte de Lima

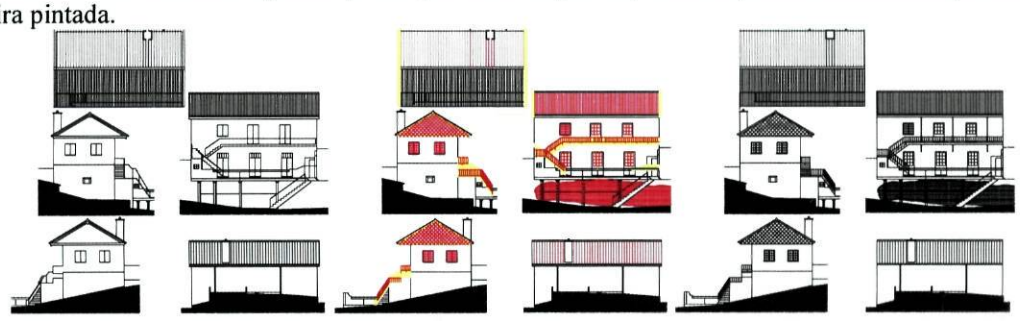


Planta de localização



Proprietário: Deolinda Tinoco
Invest: Total: 10 000,00 Euros
Comparticipação: 5 000,00 Euros

O edifício fica localizado no centro do aglomerado. Funciona como habitação no 1º andar e comércio no andar térreo. As paredes em blocos de cimento e tijolo cerâmico não apresentam qualquer revestimento. A varanda em cimento armado estava em mau estado de conservação. O pavimento exterior é constituido por lascas de granito e mármore polido de diferentes cores.As caixilharias são em alumínio.
Os trabalhos realizados foram: revestimento das empenas em telha canal; execução de reboco e caiação na cor ocre; substituição da guarda da varanda em cimento armado por guarda em ferro pintado; substituição dos pavimento em mármore e granito polido por cubo de granito; substituição das caixilharias por outras em madeira pintada.







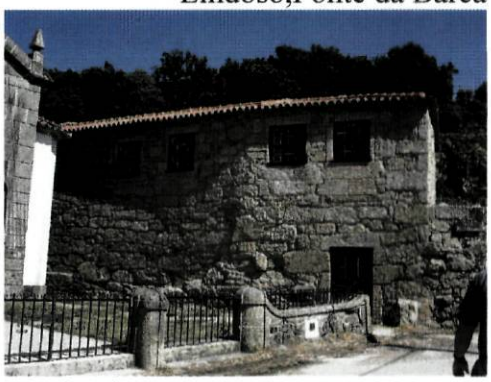



Ed. constr ou alter. d. do adv. do betão armado
Aglomerado de montanha

CASO DE ESTUDO Nº2
Lindoso,Ponte da Barca

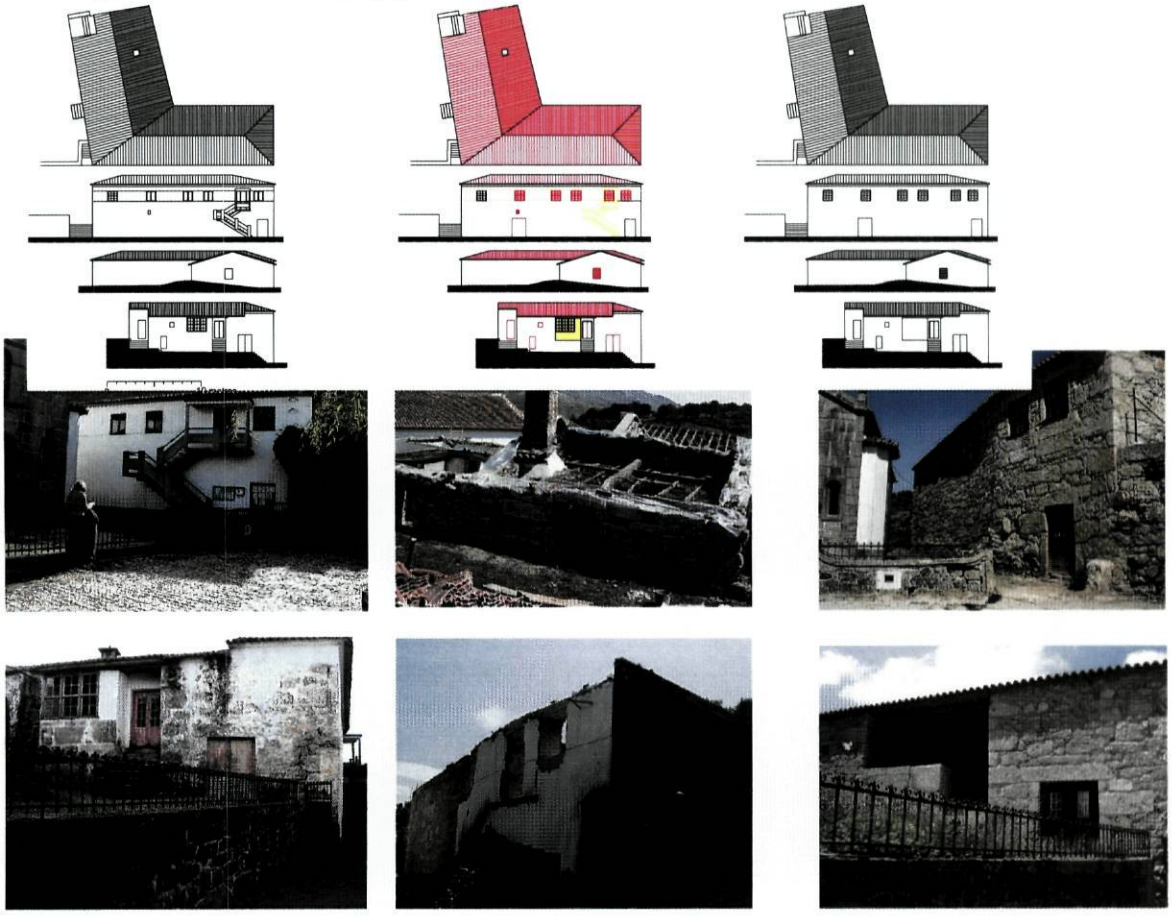


Planta de localização



Proprietário: Fa.Ig.P.S-Mamede
Invest: Total: 50 000,00 Euros
Comparticipação: 25 000,00 Euros

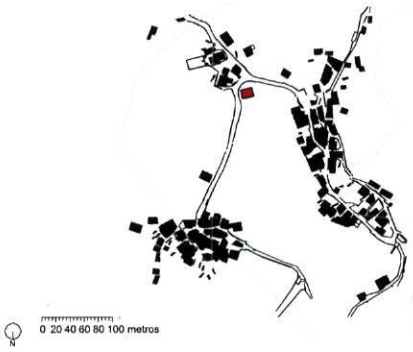
É um edifício de apoio ao culto religioso, em mau estado de conservação e com elementos acrescentados ao edifício original. Com esta intervenção pretendeu-se repor a imagem do antigo passal e integrá-lo no conjunto formado pela igreja de raiz românica e por um outro edifício contíguo. Os trabalhos realizados foram: remoção da escada exterior; remoção de pano de tijolo existente;limpeza de toda a alvenaria de pedra, as juntas foram encascadas e tomadas com argamassa de cal e areia; impermeabilização e drenagem pelo exterior das paredes enterradas;recuperação da estrutura de madeira da cobertura, execução de forro em madeira;colocação de impermeabilização, isolamento térmico e telha de canal;colocação de caixilharias em madeira pintada com tinta de óleo pigmentada.



Ed. constr ou alter. d. do adv. do betão armado
Aglomerado de montanha

CASO DE ESTUDO Nº3

Germil, Ponte da Barca

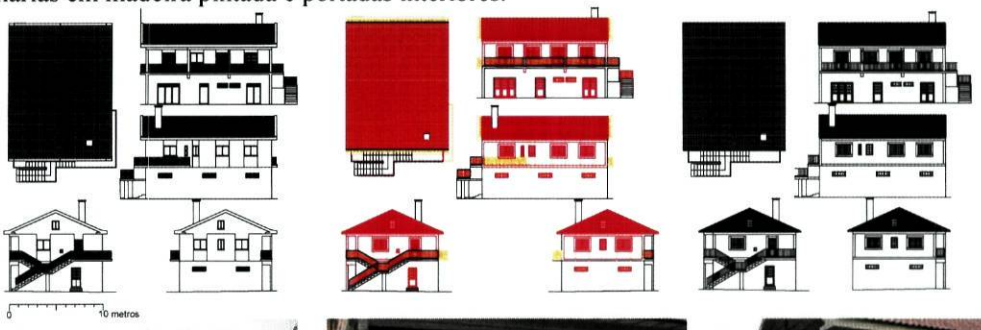


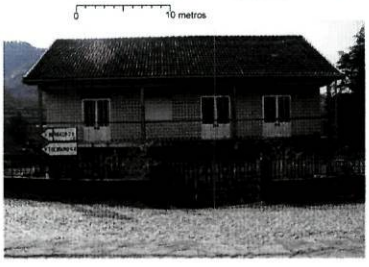
Planta de localização



Proprietário:	Francisco Neves
Invest: Total:	37 000,00 Euros
Comparticipação:	18 500,00 Euros

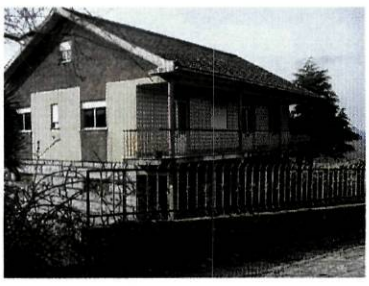
O edifício situa-se na entrada do aglomerado de Germil. As suas paredes apresentam-se revestidas com vários padrões de azulejos e com carapinha castanha nas empenas e vãos. No andar térreo a alvenaria de pedra tem as juntas pintadas na cor preto. A cobertura tem como revestimento telha de cimento. O pavimento das escadas é em mármore. O pavimento da varanda é em azulejo. As caixilharias são em alumínio com persianas.Os trabalhos executados foram: substituição dos azulejos e carapinha por reboco e caiação na cor ocre; as empenas foram revestidas em telha canal; na cobertura, colocação de telha canal; remoção da cor das juntas no andar térreo; colocação de molduras em madeira como remate de piso e vãos; substituição do pavimento das escadas e varanda por outro em tijoleira cerâmica; colocação de caixilharias em madeira pintada e portadas interiores.









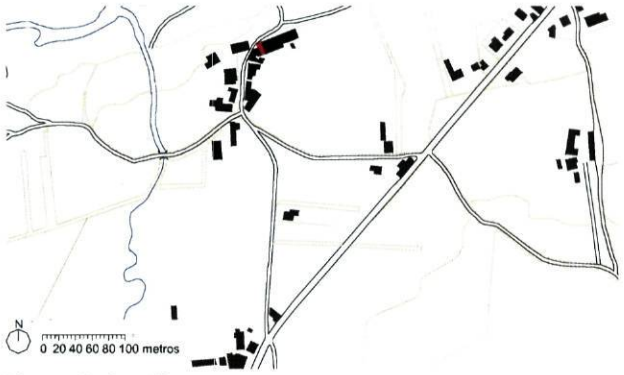




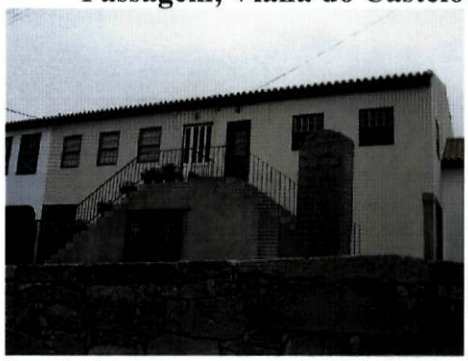


Ed. constr ou alter. d. do adv. do betão armado
Aglomerado de várzea

CASO DE ESTUDO Nº4
Passagem, Viana do Castelo

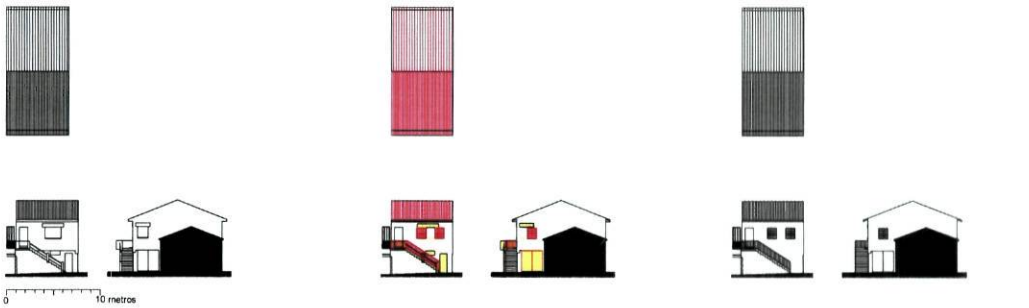


Planta de localização



Proprietário: António Gomes
Invest: Total: 18 000,00 Euros
Comparticipação: 9 000,00 Euros

O edifício situa-se no arruamento que dá acesso ao rio. O andar térreo em alvenaria de pedra encontra-se rebocado. As caixilharias são em madeira com persianas.
Os trabalhos realizados foram:
Transformação de um vão em dois vãos, para manter o ritmo de aberturas na sequência de fachadas; rebocar e pintar paredes; colocação de beirado na telha lusa da cobertura; substituição das caixilharias por outras em madeira pintada e colocação de portadas interiores.















NOTAS

[1] Texto de *Candidatura ao programa AGRIS, acção 7, "Valorização do ambiente e do património rural", sub-acção 7.1 " Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural"*, para o Núcleo Rural do Lugar da Passagem, Viana do Castelo, Núcleo Rural do Lindoso, Ponte da Barca, Núcleo Rural de Vilar do Monte, Ponte de Lima, edição ADRIL - Associação Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, 2002, p. 5

[2] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1*, in *Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 3, 6, 7

[3] Nuno Portas (coord.), in *Politicas Urbanas*, 4 edição, Lisboa, F.C.Gulbenkian, 2003, p.45

[4] Dados extraidos do texto de candidatura ao programa AGRIS referido em 1

[5, 6] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António (2004), *Zona 1*, in *Arquitect ura Popular em Portugal*, 4 edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, p. capa e 25

[7] José Aguiar, *Cor e cidade histórica*, Versão condensada e corrigida de "*Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*", 1ª edição, tese elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor em conservação do Património Arquitectónico, em 1999, FAUP publicações, 2002, p. 120

[8] Este texto foi baseado em dados recolhidos da *Candidatura ao programa AGRIS* referido em 1

[9, 10] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1*, in *Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 25 e 26

[11] Dados extraidos do texto de candidatura ao programa AGRIS referido em 1

[12, 13] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1*, in *Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 29 e 30

[14] NORTH, C.T., *Guia dos castelos antigos de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2002, p.68

[15] Este texto foi baseado em dados recolhidos da *Candidatura ao programa AGRIS* referido em 1

[16, 17] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1*, in *Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 37

[18] Este texto foi baseado em dados recolhidos da *Candidatura ao programa AGRIS* referido em 1

[19] VIANA, Pedro (coord.), *Território, Povoamento,Construção; Manual para as regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês"*, documento de informação, promoção produzido no âmbito do "*Programa de Requalificação do Ambiente Rural das regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês e Parque Natural da baixa Lima-Serra do Xurês*", 1999, p.51

[20] SOLA-MORALES, Ignasi de, *La posibilidad de la arquitectura popular*, apontamentos

do mestrado Metodologías de Intervenção no Património Arquitectónico (2003-2005)

[21, 22,23] TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÈRES, António, *Zona 1, Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. 72,73,79, 83

[24] Este texto fundamentou a caracterização dos edifícios em dados recolhidos fundamentalmente do livro:

APPLETON, João, *Reabilitação de Edifícios Antigos; Patologias e tecnologias de intervenção*, Amadora, edições Orion, 2003

4
DA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA AO CONCEITO DA INTERVENÇÃO

4.1
O PROCESSO SOCIAL E TÉCNICO: LIVRO DE OBRA

4.2
DA TEORIA AOS CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

4.1
O PROCESSO SOCIAL E TÉCNICO. LIVRO DE OBRA

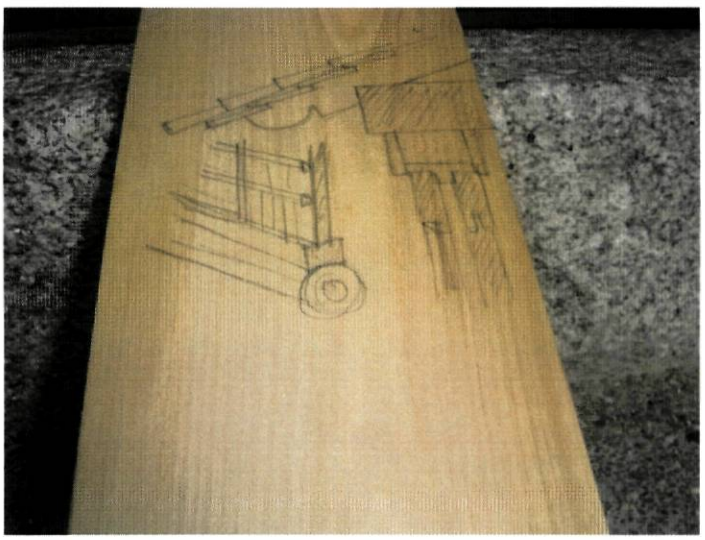


Fig. 4.1 - Passagem, Viana do castelo (2004)

"Mas, porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é igualmente irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a informação de que o espaço está em permanente devir".[1]

Para a concretização das intervenções nos edifícios privados destes núcleos, sobre as quais este estudo se debruça, é necessário percorrer um longo caminho.

Antes da intervenção arquitectónica propriamente dita é feita uma candidatura - Plano de Intervenção - desse aglomerado ao programa comunitário, neste caso, programa Agris, levado a cabo pela Associação de Desenvolvimento. Essa candidatura, depois de aceite, é o fio condutor de uma estratégia que visa o desenvolvimento rural integrado.

Partindo do diagnóstico de um determinado núcleo, avalia as potencialidades e os estrangulamentos de um determinado território.

O diagnóstico elabora um estudo do local, que embora duma forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. Faz-se o levantamento das condições existentes, das potencialidades, dos condicionamentos, pontos fortes e pontos fracos, que irão permitir definir a linha de actuação do Plano de Intervenção. O objectivo é essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas e onde seja possível conciliar as mais valias existentes do local, que passa pela valorização do património arquitectónico privado e pela valorização e melhoramento dos espaços públicos. Numa primeira fase as zonas possíveis de intervenção foram sugeridas pelas autarquias do vale do Lima.

Numa segunda fase são contactados os Presidentes de Junta para reunirem os potenciais promotores.

Numa terceira fase, a medida é apresentada junto da população. Nesta primeira apresentação, entre indecisos, desconfiados, alguns com vontade que o processo não avance (as mudanças são sempre desconfortáveis), aparecem candidatos. As dúvidas são muitas.

É feita uma primeira visita aos locais, para verificar se reúnem condições para que o processo avance.

São constituídas equipas que trabalham junto das pessoas, que divulga a iniciativa e continua a recolher os nomes dos interessados. São levantadas e fotografadas possíveis actuações, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e os quantifica.

Paralelamente são recolhidos dados estatísticos referentes à freguesia para uma melhor caracterização da população e do território, e realizam-se reuniões de trabalho que envolvem os agentes locais. São ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Câmaras Municipais, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação de Municípios do Vale do Lima.

A escolha dos núcleos a intervir é, portanto, condicionada por vários factores, um dos quais é o de existir um número suficiente de promotores (o custo destas intervenções, no privado, é subsidiado 50% a fundo perdido e 50 % é pago pelo promotor. Para cada promotor há um limite do montante a investir).

Todo este processo inicial é muito trabalhoso e continua durante todo o processo de desenrolar da obra. Entretanto o tempo é difícil de gerir pois que o prazo limite para a concretização das obras é limitado. A adesão da população a este programa não é um processo estático. Acompanha a oscilação da vida das próprias famílias. Muitas vezes, mesmo havendo vontade dos proprietários ou de um deles (a maioria das vezes as casas pertencem a vários) por questões de partilhas de herança, ou porque os donos são emigrantes e o contacto é difícil, ou os proprietários são idosos e os filhos "têm a sua vida e não ligam", a adesão ao programa não se concretiza. Também o facto de terem que dispor do montante de dinheiro necessário num espaço de tempo determinado faz com que os

proprietários não queiram assumir esse compromisso com receio de falhar. Este dinheiro corresponde, muitas vezes, às economias amealhadas durante uma vida de trabalho de reformados, ou então de dinheiros enviados ainda agora por pessoas que tem a vida organizada lá fora mas que voltam todos os anos à sua origem. Outros, dizem que querem fazer a obra ``à sua maneira" conforme e quando quiserem, em suas casas mandam eles e não aceitam intromissões.

É interessante verificar que, nos núcleos onde já houve uma intervenção próxima, fruto das primeiras acções de programas semelhantes (como é o caso de Germil, Ponte da Barca, núcleo de montanha muito isolado próximo do Lindoso), as pessoas mostram-se de uma receptividade enorme. O facto de alguém vir de fora interessado em investir naquele sítio constitui motivo de orgulho. Também se pode aperceber que, ao fim de algumas conversas, as opções tomadas na intervenção arquitectónica, foram entendidas e foram desvanecendo qualquer desconfiança em relação aos técnicos. O contrário aconteceu por exemplo no lugar da Passagem, em Geraz do Lima, núcleo ribeirinho próximo de Viana do Castelo, em que os habitantes tinham receio que no fim da intervenção lhes ficassem com as casas, "ninguém dá nada a ninguém", diziam. Neste local nenhum proprietário aderiu, e a autarquia, porque é um lugar de importância histórica local, assumiu o custo das intervenções dos privados. Mesmo assim, a população continuou desconfiada, desinteressada, exigente, e o diálogo muito difícil. Todas as opções arquitectónicas tomadas, por exemplo a substituição de portas de duas folhas por uma ou a caiação de telhados, foram mal aceites.

Também em relação à medida Agris, que actua no invólucro exterior da habitação, alguns proprietários dizem que não lhes interessa porque "só vêm a casa por dentro".

Todo este processo de diálogo continua depois de já muito do trabalho de levantamento arquitectónico ter sido feito, pois que as pessoas interessadas não conseguem resolver os obstáculos (partilhas de herança, documentos legais comprovativos de posse, disponibilidade financeira, etc) a tempo, o que faz com que essas casas "caiam" e muito trabalho se perca. Nestas situações, essas casas são substituídas por outras e todo o trabalho recomeça. Depois dos contratos assinados entre o promotor e a Direcção Regional de Agricultura, se o promotor desiste já não pode haver substituições e o investimento atribuído a essa casa, perde-se.

São os promotores que contratam os empreiteiros. Em termos de concretização de obra tem convenientes e inconvenientes.

Convenientes, porque é o próprio proprietário que se interessa pelo rápido desenrolar da obra no tempo exigido pelo contrato. Também se existir algum problema com o empreiteiro que este não a possa concluir, só uma casa é posta em causa. Inconvenientes, porque obriga a um esforço enorme por parte dos técnicos, no acompanhamento da obra. Tem que se repetir a mesma coisa para cada um, várias vezes, e nunca se sabe até que ponto a "tradução" é bem feita. Cada um interpreta à sua maneira tanto as palavras como até os próprios desenhos. Os mesmos desenhos entregues a vários empreiteiros originaram objectos diferentes. Umas vezes, por incompreensão dos desenhos, outras porque pelos meios disponíveis foi conveniente executar de outra maneira, outras vezes, é a maneira mais económica, outras pela adaptação à própria construção, outras vezes, por questões "de gosto". Aconteceu, uma vez, numa ida a um dos carpinteiros que trabalhavam em S. Lourenço da Montaria, os desenhos das caixilharias entregues ao proprietário uns dias antes, não eram *exactamente* os que o carpinteiro lá tinha. Os desenhos entregues eram em Autocad, estes agora eram desenhos à mão, em

"3D", onde as almofadas planas tinham passado a outras mais "trabalhadas". O proprietário era reformado e tinha trabalhado na construção civil em França, portanto "conhecedor do métier".Também, noutra ocasião, sendo necessário a reconstrução de um muro, foi recomendado o seu remate superior e travamento com pedras de dimensão razoável, colocadas com espaçamentos regulares, com acabamento tosco, arredondadas na parte superior, como é comum nos muros desta região. Por ser uma técnica normal utilizada e que se pode ver em grande número de muros, julgou-se desnecessário mais explicações. O que apareceu, foram pedras pequenas, quase polidas, impossível de terem qualquer função além da decorativa.

A mão de obra envolvida, a maior parte das vezes, é de "obra nova". A falta de preparação para trabalhos desta natureza, dificulta a correcta utilização dos materiais. Por exemplo, para o tratamento das juntas em alvenaria de pedra, indica-se a utilização de argamassa de cal e areia para posteriormente serem preenchidas integralmente com rachão. Isto é uma técnica visível em qualquer alvenaria de pedra antiga, pois mesmo assim a execução é deficiente, as juntas são abertas, preenchidas com argamassa de cimento e depois aí são colocadas algumas pedras pequenas como decoração. Na reconstrução de panos de parede em alvenaria de pedra, das pedras desmontadas só são utilizadas as pedras de dimensão menor ficando o restante espaço em juntas. Os "remendos" ficam assim perfeitamente perceptíveis. O trabalho de alçamento das pedras para os andaimes é feito manualmente porque, em alguns casos, os locais da obra são de difícil acesso às máquinas. Por exemplo, no caso de Lindoso e Germil, em Ponte da Barca, os arruamentos apresentam fortes pendentes, são estreitos e as casas "entaladas". Os materiais utilizados também são transportados á

mão, pela mesma razão, o que torna os trabalhos mais morosos e dispendiosos.

Nas caixilharias, torna-se evidente a deficiente resposta de execução à estanqueidade à chuva e ao vento. Todos os vãos têm diferentes dimensões, a superfície da pedra não é lisa, as ombreiras não estão a prumo. Aliadas a estas dificuldades, creio haver um desinteresse por parte dos executantes, pois que raramente conseguem aperfeiçoar a técnica de execução. A madeira "empena", os fechos pintados não correm, e depois, existe uma falta de atenção aos pormenores e remates, desde os entalhes da madeira, à inclinação de peitoris e deficientes saídas para escoamento rápido de águas.

Na malha espessa dos aglomerados, os telhados das construções em sequência, de diferentes alturas e num emaranhado de "águas", obrigam a uma cuidadosa execução do seu encosto, que muitas vezes não fica resolvido à primeira vez. A variação do espaço livre entre as paredes de cada casa influencia a geometria das coberturas, o que torna os telhados empenados e complica a utilização de impermeabilizações ou mesmo a colocação das telhas. Nos telhados de duas águas, resguardado por cápeas, estas limitam a altura dos vários componentes da cobertura e a introdução do isolamento e da impermeabilização tem que ser resolvida caso a caso.

Alguns proprietários também não ajudam, querem "as águas do telhado mais inclinadas e com placa de cimento". Por exemplo, na freguesia de Vilar do Monte, um dos proprietários recusou a recuperação da casa pois desejava que a estrutura de madeira do telhado fosse substituída por placa de cimento. E a casa assim continua(Fig. 4.2).

Também quando se pretende remover carapinhas ou azulejos que servem de revestimentos a fachadas, limpar as juntas pintadas de negro das alvenarias de pedra, substituir pavimentos em lascas de

mármore de diferentes cores polidas, substituir telha de cimento por telha cerâmica, as persianas exteriores das janelas por portadas interiores, as janelas de alumínio por outras em madeira, há alguma controvérsia.

Também foi polémico, a reutilização das telhas, a utilização de argamassas de cal, a utilização de caixilharias de madeira ou/e madeira e ferro, e a pintura das caixilharias com tinta de óleo.

Inicialmente, houve várias desistências, por discordância com os materiais que seriam utilizados. Muitas vezes esta atitude alterou-se ao longo da obra quando começaram a ver "resultados" nas restantes casas.



Fig. 4.2 - Vilar do Monte, P. de Lima 2006



Fig. 4.3 – Vilar do Monte, P. de Lima 2006

É importante existir pelo menos um habitante que adira logo de início ao programa ou um presidente de Junta eficiente. Os presidentes de Junta, de uma maneira geral, não ajudam. Um presidente da Junta inscreveu no programa o edifício onde trabalhava em carpintaria, anexo à sua casa de habitação. Fez-se todo o processo de candidatura, levantamento, organização do processo de autorização camarária, orçamentação. Foi adiando a obra até que já no limite do prazo desistiu. E a carpintaria lá ficou como estava (Fig. 4.3)

Algumas vezes os desentendimentos entre as autoridades locais, o pároco e o presidente de Junta, provoca a anulação de projectos dos espaços públicos. Assim aconteceu em S. Lourenço da Montaria.

Relativamente ao diálogo com as instituições, a burocracia em relação à iniciativa Agris, não ajuda. Há um longo processo de negociações de preços com a Direcção Regional de Agricultura, referentes às medições / orçamentações das obras. Há preços de referência tabelados que atendendo ao tipo de obra que é (com carácter artesanal, em locais afastados e de difícil acesso) são inferiores ao seu custo real. Para se vir a comprovar isto, têm de ser

feitas exposições exaustivas com a descrição de todas as fases das operações. Também á custos "não elegíveis" que em obra se têm que executar; por exemplo, nas coberturas, a colocação de forro de madeira, isolamento térmico e impermeabilização implica a colocação de chaminé para saída de fumos, que antes da intervenção se fazia através da telha. Custo este que não é elegível. Também, inicialmente, o forro de madeira na cobertura não era um custo elegível por ser considerado interior da habitação. O mesmo caso para as fachadas que não estão viradas para a rua, ou seja as fachadas de logradouro não podiam ser contabilizadas. Também as paredes de alvenaria de pedra que necessitem de ser consolidadas pelo interior não são contabilizadas, excepção feita para o caso de reforço estrutural. A Direcção Regional questiona o próprio critério de intervenção se este não repõe a "autenticidade", por exemplo na freguesia da Montaria em que se optou pela pintura das paredes em cimento de um espigueiro em vez da sua substituição por madeira.

As próprias regras do programa foram-se alterando ao longo das obras, gerando um diálogo muitas vezes salutar em que todos aprendem, outras vezes complicando todo o processo. Durante o decorrer das obras uma das regras alterada foi nova tabela de preços unitários. Para qualquer alteração ao projecto, foi necessário rever e acertar todos os trabalhos e custos, o que provocou enorme dispêndio de tempo por parte dos técnicos e atrasos nos pagamentos. Foi alterado também o tempo necessário para o pagamento das várias fases de obras. Inicialmente estava previsto que o promotor dispusesse do montante de dinheiro para o primeiro pagamento, sendo reposto no prazo de três meses. Este prazo foi dilatado, gerando descrédito nas entidades públicase e problemas na execução das obras.

Sendo intervenções público-privado, da parte das respectivas

autarquias tem havido vontade na resolução rápida dos aspectos burocráticos dos particulares, pois que também são elas próprias as interessadas.

Em conclusão, as dificuldades sentidas na implementação deste programa no que diz respeito às intervenções arquitectónicas reside na falta de abertura da população, na falta de mão-de-obra especializada, no excesso de zelo das entidades que controlam o processo, no prazo limitado para a execução das obras.

Em relação à população existe o descrédito nas entidades públicas, a desconfiança dos próprios programas, a ideia de que os técnicos só servem para complicar, a interrogação sobre as opções arquitectónicas. É necessário um constante diálogo. No final da obra verificou-se uma alteração destas altitudes.

A falta de mão de obra especializada interveniente, executando deficientemente as obras e provocando problemas de funcionamento, transmite a ideia que a opção tomada não é a correcta (por exemplo, se a caixilharia não funciona bem deve-se ao facto de ser em madeira em vez de alumínio), transmite também a ideia que é intervenção de " ricos" pois parece que estas obras ficam mais caras.

Em relação às entidades que controlam o processo, algumas vezes há um excesso de controle em obras desta natureza (por exemplo, falta de tolerância em relação a variações de alguns centímetros em dimensão de janelas) e existe falta de cumprimento nos prazos de pagamento. Um factor positivo tem sido a tolerância por parte destas entidades dos prazos limites de conclusão das obras, tornando possível que todas as obras começadas chegassem ao fim.

No final das intervenções, as dificuldades sentidas inicialmente alteraram-se bastante. A população aumentou a confiança nos técnicos, nomeadamente em relação aos critérios de intervenção

adoptados, mostrando mesmo uma nova maneira de encarar o existente. Em relação à mão-de-obra conseguiu-se melhoras significativas no sentido de uma melhor execução dentro das opções pretendidas.

Ao longo de toda a actuação nestes aglomerados tentou-se que cada intervenção constituísse um modelo para futuras intervenções, explicando as transformações admissíveis e aceitando as contingências da preservação, numa atitude de adaptação ao existente. Isto exige um acompanhamento permanente no local e *"outro tipo de solidariedades se conseguem, num domínio disciplinar que já pouco tem a ver com o exercício de desenho para o qual fomos treinados nas escolas de arquitectura mas que, em tudo, é manifestação de capacidade de projecto urbano e de total fidelidade a uma vontade de requalificação arquitectónica vivida a tempo inteiro..."*.[2]

4.2
DA TEORIA AOS CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO



Fig. 4.4 – Reunião com os promotores antes do começo de obra.
Germil, Ponte da Barca, 2005

"Rappelant qu'il importe de transmettre un système de références culturelles aux générations futures, d'améliorer le cadre de vie urbain et rural et de favoriser par la même occasion le développement économique, social et culturel des Etats et des régions" [3]

Os critérios de intervenção utilizados para estas arquitecturas rurais foram condicionados e tentaram dar resposta, como acontece em qualquer obra de arquitectura, ao programa e ao sítio. No entanto, as opções que se tomam dependem dos critérios do projectista e são de subjectiva apreciação.

O programa, entrou em linha de conta com os objectivos da medida Agris, que neste caso actua conjuntamente com o programa Leader, com a estratégia de actuação definida pela Associação de Desenvolvimento, o encomendador, e com os desejos dos donos de obra, os proprietários dos imóveis. O sitio, neste caso, as pré-existências construídas foram sempre consideradas como parte integrante dos conjuntos onde se inserem e nunca vistas como objectos isolados.

Não existiu um ponto de partida teórico nem ideias pré concebidas. Pode-se dizer que a acção antecedeu a reflexão. Os casos foram váriados e, embora semelhantes, tão diferentes, que as soluções foram-se encontrando à medida que os problemas iam aparecendo.

Das muitas casas que se candidataram, muitas saíram logo no inicio por impossibilidades várias e 3 casas desistiram no inicio da obra. Foram intervencionadas 75 casas em 6 aglomerados dos concelhos de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

A salvaguarda das paisagens humanizadas, seja pela memória que representam, seja pela sua importância para o equilíbrio do território, é uma preocupação crescente das estratégias e programas comunitários. Assim se disponibilizaram os fundos que possibilitaram a concretização das intervenções referidas.

Em Portugal, o esforço feito para a revitalização das aldeias já vem desde algumas décadas. Para se poder reflectir sobre a experiência objecto deste estudo, concretamente a intervenção arquitectónica, torna-se necessário que esta seja compreendida num âmbito de

actuação mais vasta e conhecer acções semelhantes já implementadas. Com base num trabalho de Luís Ramos, do Grupo de Estudos Territoriais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [4], retirei alguns pontos (dentro das caixas de texto) sobre alguns programas. sobre os quais faço uma reflexão reportando-os para o caso especifico das intervenções em curso. Penso ter havido um esforço para melhorar as deficiências apontadas:

Nos anos sessenta, foi lançado o Programa das Aldeias Melhoradas de Trás-os-Montes.

Ainda nesta região, no início dos anos oitenta, foi lançado o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes.

No centro do país, foi lançado em meados dos anos noventa, o Programa das Aldeias Históricas de Portugal e o Programa dos Centros Rurais.

Prevê-se a criação de uma rede de "Aldeias da Água", em torno da barragem do Alqueva, e no Vale do Douro, onde surgiu o Programa das "Aldeias Vinhateiras".

Outras propostas têm surgido de âmbito local ou regional, nomeadamente no Interior Norte onde estão a ser elaborados os Programas das Aldeias de Quarta Geração e das Aldeias Fronteiriças.

Quanto ao Ministério da Agricultura, lançou, no âmbito da medida AGRIS, um programa específico de Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural

Quanto ao programa Leader, parece que tem sido um bom exemplo de descentralização em relação ao Estado.

No que diz respeito à natureza das estratégias de desenvolvimento adoptadas no prosseguimento destes programas, parece existir alguns aspectos análogos que têm sido questionados.

Um primeiro aspecto, diz respeito ao escasso envolvimento dos agentes locais nas fases de concepção e elaboração dos programas e à fraca participação das populações na sua implementação.

Em relação ao primeiro aspecto, tanto as autarquias como as associações tiveram um papel decisivo durante a fase de implementação deste programa, no sentido da sua dinamização e suporte a todos os níveis, sendo bem patente pelas deslocações constantes das equipes de trabalho aos locais a intervir. Quanto à participação da população, embora haja pouca capacidade associativa e organizativa, houve um envolvimento bastante positivo, talvez não no sentido pretendido, de contributo de cidadania, mas por "interesse" pessoal, quando descobriam que o programa era vantajoso. Revelou-se fundamental a existência de um "leader" dentro das comunidades, pois quando este existia, o presidente da Junta ou um dos habitantes, conseguia aglutinar as pessoas à volta de um objectivo comum, transmitia confiança e afastava possíveis receios e dúvidas, trazia as pessoas por "arrasto", ajudava a resolver as situações burocráticas. Todo o processo era mais fácil e rápido, tornando-se um apoio importante para os técnicos.

Um segundo aspecto, reside no facto de haver alguma incapacidade demonstrada pelos poderes públicos em abandonar o carácter experimental das diferentes intervenções. Com efeito, quer os programas implementados num passado muito recente, quer aqueles que agora se perspectivam para o futuro próximo têm sido apresentados como "programas piloto", devendo por isso cumprir uma função de demonstração não só em termos de eficácia mas também em termos de viabilidade. Todavia, pela falta de uma avaliação rigorosa e sistemática dos seus resultados, este objectivo está longe de ser atingido, uma vez que os novos programas não incorporam os ensinamentos retirados dos anteriores.

Em relação ao segundo aspecto, estas intervenções como "projecto piloto" que se pretende que sejam, de carácter demonstrativo de

eficácia e viabilidade, foi em grande parte conseguida, junto da população pela dinâmica criada nos restantes habitantes, com vontade de recuperar as suas casas, pela reacção de quererem "copiar", de quererem saber como devem fazer para outras obras. (embora nem tudo corresse bem, devido especialmente a deficiências de execução que estão a ser corrigidas, de um modo geral, os proprietários das casas intervencionadas ficaram satisfeitos com os resultados obtidos); junto dos construtores que apesar de alguns não terem correspondido por diversas razões e terem deixado as obras a meio, outros houve, talvez por fazerem disto uma verdadeira profissão-arte e estarem interessados num bom curriculum, foram formados na primeira fase e acompanham a segunda fase de obras. Para prosseguir este objectivo de "projecto piloto" foi, também, criado o Gabinete Técnico das Aldeias (GTA), fazendo o acompanhamento das obras, actuando próximo dos habitantes, dando esclarecimento aos promotores, dando apoio técnico aos construtores, servindo de interlocutor com as autarquias e Direcções Regionais, agilizando os processos de licenciamento, criando um fio condutor para todas as intervenções, Este gabinete, para poder haver uma avaliação e transmissão dos resultados obtidos, está a elaborar neste momento, um Portfolio e um "Manual de Boas Práticas", englobando os projectos executados. Este manual não pretende dar receitas, mas sim dar a conhecer as experiências realizadas e deixar em aberto os caminhos começados.

Um terceiro aspecto tem a ver com o papel atribuído ao turismo nas diferentes estratégias de desenvolvimento. O turismo pode constituir o motor de desenvolvimento de qualquer localidade ou território, permitindo valorizar um conjunto muito diversificado de recursos locais: paisagem, história, cultura, património, tradições, hospitalidade, habitat, produtos agrícolas, artesanato, etc. O que não será correcto é colocar este sector no centro de todas as estratégias de desenvolvimento.

Sobre o terceiro aspecto relacionado com o papel atribuído ao turismo nas diferentes estratégias de desenvolvimento, foram apoiadas diversas acções que visam este objectivo mas conjuntamente com outras acções diversificadas que aparecem naturalmente de iniciativas da população local e que têm um âmbito muito variado. As casas que estão neste momento a ser alvo de intervenções para uso turístico, visam ser um complemento e não um substituto de outras actividades e constituírem mais um rendimento para as famílias. Normalmente são segundas casas desabitadas, portanto o facto de aparecer um novo reuso a estas habitações vazias, trará benefícios.

Em quarto lugar, a dimensão infraestrutural tem sido excessivamente valorizada em detrimento da dimensão imaterial.

Sobre o quarto ponto, à dimensão do território, por exemplo, as acessibilidades vieram introduzir alterações que já têm impacto actualmente, verifica-se que o tempo necessário para chegar a estes aglomerados diminuiu em muitos casos para metade, esta melhoria foi sentida pelos próprios técnicos no decorrer das obras. À escala dos aglomerados existe de facto uma tendência, por parte das autarquias, para canalizarem estes incentivos para as infra estruturas pois que estas regiões são muito carenciadas; no entanto, houve um controle para que esse investimento fosse feito em paralelo com as obras Agris, mas com fundos das próprias autarquias (por exemplo, calcetamentos de arruamentos - medida Agris, colocação de saneamento - fundos das autarquias).

Um quinto aspecto, é sobre um dos seus principais objectivos, a fixação e a atracção da população, parece que estes programas falharam redondamente. Na verdade, as melhorias da qualidade de vida induzidas, indiscutivelmente, por estes programas são claramente insuficientes para fixar ou atrair novas populações.

Sobre o quinto ponto, um dos principais objectivos, a fixação e a atracção da população. O facto dos próprios habitantes serem os promotores e quererem arranjar as suas casas para habitação própria demonstra que há uma vontade de fixação no local. Para ajudar a esta fixação, estão em curso diversas acções de apoio ao "imaterial," para divulgação e promoção dos produtos criados, no sentido de serem dadas condições para que os habitantes obtenham rendimentos complementares próprios. Por exemplo, está a ser criado uma central de reservas para o turismo de aldeia. Ainda para divulgar os resultados obtidos, está a ser criada a rede de aldeias intervencionadas, dentro e fora do país, que permite o intercâmbio das experiências, o circular de informação e uma maior visibilidade do trabalho feito.

Um sexto ponto, tem a ver com a ausência de um enquadramento territorial (regional ou supra - municipal) em termos de objectivos, estratégias, instrumentos e meios de desenvolvimento rural. Não existem planos de desenvolvimento rural à escala regional, o que acaba por dar a estes programas um estatuto de intervenções avulsas, desprovidas de qualquer enquadramento estratégico ou mesmo operacional.

Relativamente ao sexto ponto, os planos de desenvolvimento rural à escala regional, como já referido no inicio do trabalho, está a ser elaborado um plano, o Master Plan do vale do Lima, de autoria do arq Pirziu Birolli, constituindo uma proposta de ordenamento rural, que abrange o vale do Lima, e que servirá como instrumento orientador para as transformações do território.

Por tudo isto, penso que se verificam alterações positivas no território que foi intervencionado.

Quanto às intervenções arquitectónicas no edificado

"...pede-se não só eficácia e utilitarismo no sentido de uma reconversão contemporânea do existente, mas também desenvolver as capacidades de mediação entre os valores materiais e patrimoniais a preservar e as aspirações sociais a satisfazer." [5]

A arquitectura rural está intimamente ligada à paisagem natural, a sua conservação integrada é fundamental para o equilíbrio do território; ela é uma boa prova do desenvolvimento harmonioso entre o homem e a natureza.

A intervenção arquitectónica de requalificação das fachadas dos edifícios decorreu conjuntamente com a requalificação dos espaços públicos que lhe são contíguos e com a adaptação de edifícios existentes de responsabilidade municipal, para equipamentos colectivos.

"...espera-se, assim, induzir nos privados a iniciativa e o gosto pela reapropriação do seu espaço e também a invenção de novas formas de viver na área antiga, marcando-as com o sentido de colectividade" [6]

O contacto tido com a população no desenrolar destas intervenções mostrou que as recuperações feitas nas habitações orientarão, de algum modo, a forma como património idêntico irá ser intervencionado pelas populações locais, no futuro, mas não é suficiente. Ao mesmo tempo que decorriam estas obras, ao lado continuava-se a destruir arquitecturas rurais para construir de novo.

Os critérios de intervenção utilizados de recuperar o máximo possível do existente demonstrou que é possível dotar de comodidade e conforto as casas onde habitam, não sendo necessário descaracterizar os sítios nem lugares; reabilitar o edificado passou pela criação de condições actuais de vida nas habitações sem as destruir.

Pretendeu-se dar uma resposta natural e encontrar uma adequação das soluções às condições locais. Estas acções são consideradas mais uma etapa de continuidade na vida do edifício. Pretendeu-se não sublinhar dicotomias nem criar rupturas com o existente.

Estas intervenções pretendem ter um carácter didáctico, e por isso há a consciência que se está a criar a regra e não a excepção. A regra foi procurada no sítio, nos próprios edifícios existentes, pois é aí onde se pode ir buscar a melhor lição de adequação ao meio. Para poderem ser entendidas pela população, procurou-se que estas intervenções dessem respostas lógicas aos problemas. Houve a preocupação da procura de soluções fáceis, não "sofisticadas" para que a manutenção esteja ao alcance de qualquer um. Nestes aglomerados de dificil acesso, a substituição de algum elemento, por exemplo de um vidro, constitui um problema; quanto maior o vidro for, maior será o problema. Também a durabilidade dos materiais foi tida em conta. Pode ser questionado o facto, por exemplo das caixilharias utilizadas serem de madeira e não de outro material menos vulnerável ao clima. Esta opção deriva do tipo de intervenção de que se trata, em pré existências e em paisagens tão fortes nas impressões que nos deixam e tão vulneráveis a qualquer trangressão.

O impacto positivo que se espera vir a obter não será tanto pela quantidade mas sim pela qualidade e pelo efeito multiplicador, no futuro. Em cada aglomerado o número de casas foi condicionado aos montantes disponíveis, que eram limitados. Procurou-se criar uma lógica de actuação que fosse fácilmente perceptível para os agentes activos responsáveis pelas transformações no território, os proprietários, os construtores, os próprios técnicos das autarquias e entidades locais. Estas intervenções pretendem-se um ponto de

partida e não um ponto de chegada.

A multidisciplinaridade é importante porque estas intervenções requerem conhecimentos a vários níveis, por exemplo, a componente estrutural, o conhecimento de técnicas tradicionais, ou melhor, muitas vezes simplesmente saber como se faz pequenos pormenores de remate fundamentais para a coerência da intervenção. A perda do uso de técnicas tradicionais a par do desaparecimento físico de todos aqueles que ainda participaram no uso dessas técnicas, torna necessário uma aprendizagem ou reaprendizagem. A falta de mão de obra qualificada e de escolas que se dediquem ao ensino de tecnologias tradicionais dificulta o trabalho de conservação, reabilitação e até de formulação das propostas de intervenção. Procedeu-se à concretização destas obras com experimentação de materiais tradicionais e também com materiais e técnicas actuais, não perdendo de vista a compatibilidade dos sistemas construtivos com a própria lógica construtiva do edificio. Nestas intervenções, a inovação residiu, por paradoxal que pareça, na utilização de materiais tradicionais e na forma como foram utilizados: a utilização e reutilização de telha cerâmica com impermeabilização, em vez de telha de cimento; o uso de argamassas de cal em vez de argamassas de cimento, a reintrodução da cor nas caixilharias.

As intervenções arquitectónicas em edifício particulares visaram não só edifícios de traça tradicional, conforme recomendado no programa, mas também edifícios construidos ou alterados recentemente. Isto acontece porque se está a intervir em conjuntos e, como tal, o objectivo é não se perder a leitura de identidade do sitio. A intervenção nos edifícios antigos actuou principalmente na consolidação estrutural, recuperação de materiais degradados e

proporcionar maior conforto no interior. Visou a reabilitação, a recuperação e manutenção do existente. Pretendeu-se, dentro do possível, não alterar o aspecto original destes edifícios, por exemplo, o número e dimensão de vãos foi mantido e, quando necessário, foram colocadas entradas de luz zenital através de telhas de vidro na cobertura.

Nos edifícios de construção ou alteração recente, a intervenção actuou principalmente na execução ou substituição de revestimentos, de acabamentos e remates, não só com o fim de alterar texturas e cromatismos mas também para diminuir visualmente volumetrias. Pretendeu-se alterar a aparência destes edifício de modo a uma melhor integração no conjunto, conforme o espirito da Resolução 813 do Conselho da Europa. Seria importante que "arquitectura um direito de todos" fosse realidade nestes paragens.

As intervenções feitas nos edificios recentes deram um contributo positivo ao ambiente do aglomerado. Este facto é comprovado pela aderência dos proprietários ao programa, sabendo de antemão que seriam retirados ou substituídos alguns elementos, não por degradação dos materiais mas por razões de ordem estética.

Tentou-se mostrar à população que as intervenções nas fachadas dos edificios relacionam-se não só com a comodidade interior da habitação mas fazem parte integrante do espaço urbano, o ambiente do próprio aglomerado.

Um dos objectivos pretendidos era que a população compreendesse as razões dos critérios de intervenção e verificou-se uma mudança de atitude no decorrer da obra em relação ao modo de lidar com as pré-existências; no primeiro contacto tido o objectivo da população era deitar abaixo e fazer de novo. É esta a pressão feita normalmente

pela mão-de-obra de construção civil local, que muitas vezes não tem formação especializada. Com estas intervenções, orientou-se a equipa que trabalhava na construção, sendo de esperar que, num futuro, mantenham a preocupação com a preservação do património. Tentou-se também incutir na população a consciência da necessidade da manutenção dos edifícios, caso contrário, por mais recuperações que se façam, aparecerão mais ruínas.

"...La nostalgia por el pasado arquitectónico representado por estas arquitecturas pre-industriales se hace así no sólo búsqueda esencial y definición de un modelo equilibrado de producción de la forma, sino que se propone como crítica a la situación presente como manifestación de la perdida de credibilidad de los principios en los que la arquitectura moderna se há basado y como voluntad politica de apostar en favor de la calidad por encima del viejo espejismo del crecimiento cuantitativo."[7]

Mais do que nostalgia, definição de forma ou crítica aos princípios da arquitectura moderna, a arquitectura rural é uma das vertentes da sobrevivência do mundo rural que, muito mais do que um direito dos seus próprios actores é uma necessidade de todos, não podendo as comunidades urbanas garantir a sua própria subsistência sem o equilíbrio da sua envolvência. Este equilíbrio resulta de uma sábia convivência milenar do homem com a natureza e que exige participantes activos radicados no mundo rural, que exerçam as actividades necessárias à prossecução dessa harmonia. Para isso, a fixação da população rural prende-se com melhor qualidade de vida nomeadamente nas habitações e, também com o reforço da identidade, através do património arquitectónico e da manutenção de símbolos que são pontos de referência de uma paisagem humanizada.

NOTAS

[1] TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto, publicações FAUP, 1996, p. 19

[2] GESTA, Alexandra, *Projecto de reabilitação do centro histórico de Guimarães*, in *A intervenção no património: práticas de conservação e reabilitação*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2002, p. 100

[3] CONSEIL DE L'EUROPE, Convention de Grenade, *La Sauvegarde du Patrimoine Architecturale de l'Europe,* 1985

[4] RAMOS, Luís, *Os velhos rumos das novas políticas de desenvolvimentos rural em Portugal: o caso dos programas de revitalização das aldeias,* in I Congreso en Las arribes del Duero, *La incidência de las Nuevas Tecnologias en Zonas de Especial Protección Ambiental, Hacia un Verdadero Desarollo Rural,* Grupos de Estudos Territoriais-Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Iramos@utad.pt

[5] AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica*, Porto, FAUP publicações, 2002, p. 24

[6] GESTA, Alexandra, *Projecto de reabilitação do centro histórico de Guimarães*, in *A intervenção no património; práticas de conservação e reabilitação*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2002, p. 100

[7] MORALES, Ignasi de Solas, *La possibilidad de la arquitectura popular,* apontamentos do mestrado Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (2003-2005)

BIBLIOGRAFIA

AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004

AAVV, *A intervenção no património, práticas de conservação e reabilitação*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2003

AAVV, *Candidatura ao Programa Agris, acção 7, Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural*, Ponte de Lima, ADRIL, 2002

AAVV, *La carta de Atenas*, título del original: La charte d´Athénes; el urbanismo de los CIAM, congresos internationales de arquitectura moderna, Buenos Aires, Editorial Contémpora, 1950

AAVV, PEREIRA, Paulo (direcção), *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, 2 e 3, Circulo de Leitores, 1995

AAVV, MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, vol. 1 a 7, editorial Estampa, 1998

AAVV, VIANA, Pedro (coord.), *Território, Povoamento, Construção; Manual para as Regiões do parque nacional da Peneda- Gerês*, documento de informação, promoção, produzido no âmbito do Programa de Requalificação do Ambiente Rural das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Nacional da Baixa Lima-Serra do Xurês, 1999

AAVV, VIANA, Pedro (coord.), *Manual de procedimentos para as Regiões do parque nacional da Peneda- Gerês*, documento de informação, promoção, produzido no âmbito do Programa de Requalificação do Ambiente Rural das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Nacional da Baixa Lima-Serra do Xurês, 1999

AAVV, ARAÚJO, José Pedro (coord.), *Passeios no Vale do Lima; o mar, o rio e a montanha*, Ponte de Lima, Valima-Associação de Municípios do Vale do Lima, 2002

AAVV, MAIA, Maria Augusta - autoria do texto, LOPES, Flávio (coordenação do projecto), *Património Arquitectónico; critérios para futuras intervenções*, 2ª edição, Lisboa, Ministério da Cultura-IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995

AAVV, LÉVI, Jacques, LUSSAULT, Michel (direcção), *Dictionnaire de la Géographie et de L´espace des Sociétés*, Paris, Éditions Belin, 2003

AAVV, *Finisterra, revista portuguesa de Geografia*, Lisboa, Número 72, volume XXXVI, Centro de estudos geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2001

AAVV, *A Green Viruvius-Princípios e Práticas para uma Arquitectura Sustentável*, publicação preparada ao abrigo do programa Thermie da Comissão Europeia cujo objectivo é a promoção de uma maior utilização de tecnologias energéticas

europeias, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2001

AAVV, *Políticas Urbanas*, Lisboa, Fundação Caloute Gulbenkian, 2003

AAVV, *Idanha-a-Velha e Monsanto*, Cartas do Lazer das Aldeias Históricas de Portugal, INATEL, 2000

AAVV, *Madeira: arquitectura*, Lisboa, Edição e Distribuição de Livros, 2005

AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica*, versão condensada e corrigida de *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*, tese elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor em conservação do Património Arquitectónico em 1999, 1ª edição, Porto, FAUP, 2002

AIRES-BARROS, Luis, *As rochas dos monumentos portugueses: tipologias e patologias*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001

ALMEIDA, C. A. Ferreira de, *Património. Riegl e hoje*, Revista da Faculdade de Letras. História. - 2ª série, Vol. 10, Porto, FLUP, 1993

ALMEIDA, Pedro Vieira, *A Arquitectura no Estado Novo, uma leitura crítica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

ALVES COSTA, Alexandre, *Introdução ao estudo da Arquitectura Portuguesa*, 1ª edição, Porto, FAUP, 1995

APPLETON, João, *Reabilitação de Edifícios Antigos-Patologias e Tecnologias de Intervenção*, 1ª edição, Amadora, Orion, 2003

APPLETON, João, *Tecnologias de reabilitação em edifícios antigos dos conventos ás pousadas,* (JA 147, Maio 1995 p.44 a 53), Jornal Arquitectos 218-219 (antologia 1981-2004), 2005, p. 173

AZEVEDO, Carlos, *Solares Portugueses*, 2ª edição, Printer Portuguesa, 1998

BABELON, Jean-Pierre, CHASTEL, André, *La Notion de patrimoine,* Paris, Ed: Liana Levi, 1994

BALDINI, Umberto, *Teoría de la restauración,* Madrid, editorial Nerea/Nardini, 1997

BOITO, Camillo, *Conserver ou restaurer,* traduit de l´italien par Jean-Marc Mandosio, Besançon, les éditions de l´imprimeur, 2000

BRANCO, J. Paz, *Manual do Pedreiro*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

BRANCO, J. Paz, *Revestimentos e protecções horizontais e verticais em edifícios*, 2ª edição, Queluz, edição da Escola Profissional Gustave Eiffel, 1993

CALVO, Ana, *Conservación e restauración; materales, técnicas y procedimientos*, Buenos Aires, editiones del Serbal, 1997

CANNATÁ, Michele, FERNANDES, Fátima, *Casa Inteligente*, Porto, Asa, 2002

CASELLA, Gabriella, *Gramáticas de Pedra; Levantamento de tipologias de construção murária*, Porto, edição CRAT, Centro Regional de Artes Tradicionais, 2003

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, edições 70, 2000

CLADERA, Juana, *Rehabilitación Urbana; Análisis comparada de algunos países de la*

Union Europea, Madrid, Ministério das Obras Públicas Transportes e Médio Ambiente-Dirección General para la Vivienda, el Urbanismo y la Arquitectura, 1995

COSTA, F. Pereira, *Cadernos:1,2-Asnas de madeira,3,4,5,6-Escadas de madeira, 7-Pavimentos de madeira, 8,9,10,11-Madeiramentos e Telhados,12-Tectos diversos, 13,14-Obras de Alvenaria,15-Arcos e Abóbadas, 16,17-Obras de Cantaria,18-Pavimentos Diversos, 19,20-Vãos de Janelas, 21-Portas Exteriores, 22-Portas Interiores, 26-Interiores e Exteriores, 27-Chaminés e Aquecimento, 28-Trabalhos de Ferro, 29-Ventilação e Acústica, 30-Diversos Trabalhos*, Enciclopédia Prática da Construção Civil, edição do autor

DIAS, Jorge, DIAS, Margot, GALHANO, Fernando, *Vilarinho da Furna: uma aldeia comunitária*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moed, 2ª reimpressão, 1983

DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, *Os espigueiros portugueses*, Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1961

ESPOSITO,António, Leoni, Giovanni, *Fernando Távora-opera completa*, Electa, 2005

FERRÃO, Bernardo, *O conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranense*, in *Candidatura de Guimarães a Património Mundial*, Guimarães,Câmara Municipal, 1997

FERRÃO, Bernardo, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813* , 3ª edição, Porto, FAUP, 1997

FERREIRA, Alfredo Matos, *Aspectos da organização do espaço português*, Porto, FAUP, 1995

FIGUEIRA, Jorge, *Arquitectos portugueses contemporâneos*, Obras comentadas, Jornal Público, 2003

FLORES, Carlos, *Arquitectur popular Espanhola*, Madrid, Aguilar, 1978-1977

FONSECA, Madalena Pires, *Portfolio da Adril*, Ponte de Lima, ADRIL, 2002

GALHANO, Fernando , OLIVEIRA, Ernesto Veiga, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1992

GALHANO, Fernando, *Moinhos e azenhas de portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, 1978

GESTA, Alexandra, *Algumas aplicações do xisto*, Porto, Sep. Douro Litoral, S. 8, 1957

GONZÀLEZ-VARAS, Ignacio, *Consevación de Benes Culturales;Teoría, historia, principios e normas*, 2ª edição, Madrid, ediciones Cátedra, 2000

GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo*, Coimbra, edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002

GUILLAUME, Marc, tradução : Joana Caspurro, *A política do património*, Porto, Campo das Letras, 2003

NFANTE, Sérgio, Metodologias de Conservação do Património Arquitectónico a propósito do plano de Salvaguarda de Angra do Heroísmo, Cadernos ESAP, 1997, p. 91

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes*

(1521-1706), 2ª edição, Assírio Bacelar, 2005

LE CORBUSIER, *Modulor 2*, Boulogne, Collection Ascoral, Éditions de L'Architecture d'Aujourd'hui, 1964

LE CORBUSIER, *Oeuvre Complète 1929-1934*, Erlenbach – Zurich,Les Éditions d'Architecture, 1974

LINO, Raul, *A Casa Portuguesa* [Exposição Portuguesa em Sevilha], Lisboa, Imprensa Nacional, 1929

LINO, Raul, *Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre a arquitectura das casas simples*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1954

LINO, Raul, *Arquitectura, paisagem e a vida*, Sep. Bol. Soc. Geografia, Lisboa, 1957

MACHADO, José Luís Pinto, Habitação Rural: sugestões para a renovação ou construção: métodos construtivos e elementos tradicionais, Lisboa, Inst. Fontes Pereira de Melo, 2ª edição, 1984

MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de Construção, vol I- Contenções, Drenagens, Implantações, Fundações, Ancoragens, Túneis, Consolidação de Terrenos*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2001

MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de Construção, vol II-Paredes:paredes exteriores*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2003

MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de Construção, vol III-Paredes e Materiais Básicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003

MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de Construção, vol IV-Coberturas Planas, Juntas; Materiais Básicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003

MATEUS, João Carlos de Oliveira Mascarenhas, T*écnicas tradicionais de construção de alvenarias: a literatura técnica publicada entre 1750 e 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

MESTRE, Victor, *O Ordenamento do Território Como Parte Integrante do Património Cultural*, crónicas de Arqueologia e Património na revista: al madan, 2ª série, nº12, Almada, Printer Portugal, 2003

MESTRE, Victor, ESTEVES, José, *A partir de uma conversa com o arquitecto Silva Dias a propósito do inquérito à arquitectura regional portuguesa* (JA 59, Julho 1987, p.22), Jornal Arquitectos 218-219, (antologia 1981-2004), 2005, p. 96

MOUTINHO, Mário, *A arquitectura popular portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1979

NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais*, Porto, FAUP, 2001

NORTH, C.T., *Guia dos Castelos Antigos de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2002

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, *Alguns elementos das casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde*,sep. Do Boletim da biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, Papelaria e Tip. Leixões, 1958

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, *Um tipo de casa rural dos arredores do Porto*, Sep. De Douro Litoral, 7, Porto, 1956

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim, *Construções primitivas em Portugal,* Lisboa, D. Quixote, Porto, 1988

OLIVEIRA, Catarina Maria Esteves, *A arquitectura de granito em Viana da Foz do Lima: renascimento e maneirismo português,* (texto policopiado), Univ. Lisboa, 2002

PEDROSA, Pedro (Coord.), *Carta do Lazer das Aldeias Históricas*, in *Roteiro de Idanha-a-Velha e Monsanto*, Lisboa, INATEL, 2000

PEREIRA, Luz Valente, *Metodologia de Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1991

PEREIRA, Luz Valente, *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Acção da sua Reabilitações*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2004

PEREIRA, Nuno, *Reabilitação do edificado; saber e saber fazer*, Lisboa, Pedra e Cal, revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado, 2003

PINHEIRO, Tomaz, (direcção), *Trabalhos de Carpintaria Civil, 2ª edição, Biblioteca de Instrução Profissional,* Lisboa, A Editora Limitada

PORTAS, Nuno, *Os Tempos das Formas, vol. 1: A Cidade Feita e Refeita*, escritos 1963-2004, 1ª edição, Reprografia da Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005

PORTAS, Nuno, *Arquitectura(s); História e Crítica, Ensino e Profissão*, escritos 1963- 2004, Porto, FAUP, 2005

PROVEDA, Paloma, *Álvaro Siza*, Madrid, El Croquis editorial, 2000

RIBEIRO, Irene, *Raul Lino pensador nacionalista da arquitectura,* tese mestrado, Porto, FAUP, 1994

SANTO, Fernando, *Edifícios; visão integrada de projectos e obras*, 2ª edição, Lisboa, Ingenium Edições, 2002

SERRANO, António (coord.), *História, Património e Cultura; passeios no Vale do Lima,* Ponte de Lima, Valima, 2002

SOLÁ-MORALES, Ignasi, *Inscripciones,* compilação de série de textos até ao ano de 2001, Barcelona, Gustavo Gilli, 2002

SOUSA, Fernando de, ALVES, Jorge Fernandes, *Alto Minho:população e economia nos finais de setecentos,* Lisboa, Presença, 1997

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, 3ª edição, Porto, FAUP, 1996

TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa, Tip. Libânio da Silva, 1947

TEIXEIRA, Gabriela; BELÉM, Margarida, *Diálogos de Edificação*, 3 ª edição, Porto, CRAT, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998

TELES, Gonçalo Ribeiro, *Conferências de Matosinhos. Um novo conceito de cidade: a paisagem global* , Matosinhos, Contemporânea Editora, Câmara Municipal de Matosinhos, 1998

TELES, Madalena, *Reflexões sobre composição de argamassas*, apontamentos de Mestrado, Porto, FEUP, 2002

TOUSSAINT, Michel, *Casa de férias em Ofir-Fernando Távora, 1957-1958*, Lisboa, Editorial Blau, 1992

VEIGA, Maria do Rosário, *As argamassas na conservação*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2003

VITRUVE [I A.C], *Les dix livres d'Architecture de Vitruve*, Trad. française de Claude Perrault, Fac-simile da Edição de Jean Baptiste Coignard, Paris, 1673, préfácio de Antoine Picon, Bibliothèque de l'Image, 1995

Documentos de referência *

1931 Carta de Atenas
(Serviço International de Museus da Sociedade das Nações)

1954 Convenção de Haia
A Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (UNESCO)

1962 A Lei Malraux
Loi sur les Secteurs Sauvegardés

1964 Carta de Veneza
A Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (ICOMOS)

1972 Convenção de Paris
A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO)

1975 Carta Europeia do Património Arquitectónico (Conselho da Europa)

1976 Recomendação de Nairobi relativa à salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua função na vida contemporânea (UNESCO)

1976 Recomendações sobre o Turismo Cultural (ICOMOS)

1976 Apelo de Granada
A Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território (Conselho da Europa)

1981 Carta sobre a Salvaguarda dos jardins históricos ou carta de Florença (ICOMOS)

1983 Resolução 813, relativa à Arquitectura Contemporânea (Conselho da Europa)

1985 Convenção de Granada
A Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Conselho da Europa)

1987 Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS)

1990 Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (ICOMOS)

1990 Convenção para a Protecção do Património Arqueológico (Conselho da Europa)

1991 Cracow Symposium
The Cultural Heritage

1994 Documento de Nara sobre a Autenticidade

1994 Carta de Aalborg
Sustentabilidade das Cidades Europeias

1999 Charte du Patrimoine Bati Vernaculaire (ICOMOS)

* com base na publicação do IPPAR (1996) *Cartas e Convenções Internacionais*, na lista de documentos mencionados nos livros: *Reabilitação de Edíficios Antigos* - João Appleton e *Cor e Cidade Histórica* – José Aguiar

Páginas web

www.icomos.org/unesco

www.leader.pt

www.agroportal.pt

www.adril.pt

www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosindf.htm

www.ecole-avignon

APÊNDICE A

GLOSSÁRIO DO PATRIMÓNIO

http://www.archi.fr/SIRCHALglossair/glosindf.htm

Abords
Inmediaciones / Entorno / Surroundings

Ensemble des lieux et immeubles constituant le cadre d'un monument historique et nécessitant une réglementation en vue de leur protection.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993. Définition modifiée par Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Agglomération urbaine
Aglomeración urbana / Aglomeração urbana / Urban center
Ensemble d'établissements humains disposant des principales fonctions liées à la vie urbaine (administration, économie, transports, culture, éducation), généralement composé d'une ou de deux villes et de leur(s) banlieue(s).

Amélioration de l'habitat ancien
Mejoramiento del hábitat antiguo / Melhoramento de habitat antigo / Improvement of old housing
Ensemble des procédures, subsides et travaux, visant à améliorer les conditions d'hygiène et de confort dans les logements anciens et à les adapter aux demandes contemporaines.

Aménagement du territoire
Ordenamiento territorial / Planejamento territorial / Land survey planning

L'aménagement du territoire est l'action et la pratique de disposer avec ordre, à travers l'espace d'un pays et dans une vision prospective, les hommes et leurs activités, les équipements et les moyens de communication qu'ils peuvent utiliser, en prenant en compte les contraintes naturelles, humaines et économiques, voire stratégiques.
« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

L'aménagement du territoire a pour objet la conservation et la mise en valeur du patrimoine national, le développement des infrastructures et la création des équipements destinés à favoriser le développement économique du pays, compte tenu des besoins socio-économiques de la nation. Aussi a-t-on créé des métropoles d'équilibre, destinées à apporter aux habitants des grandes agglomérations un niveau de services suffisant, et des villes nouvelles, destinées à ralentir le développement des grandes villes, réanimer les villes moyennes et rénover l'espace rural. L'aménagement du territoire vise à améliorer les infrastructures routières et autoroutières, les voies navigables, le transport aérien et les télécommunications. Une grande importance est accordée à la protection de l'environnement contre les pollutions et les nuisances, et à la sauvegarde de la flore et de la faune.
« Dictionnaire de langue française », Hachette. Edition 1989.

Architecture
Arquitectura / Arquitetura / Architecture

Expression de l'esprit qui imagine avec art l'organisation de l'espace en vue de favoriser l'épanouissement physique et spirituel de l'homme et de la société, de répondre à leurs aspirations, et qui se traduit par la création de formes, de volumes et le choix de matières et de couleurs.

« Vocabulaire international des termes d'urbanisme et d'architecture », Henri-Jean Calsat et Jean Pierre Sydler, Société de diffusion des techniques du bâtiment et de travaux publics, 1ère édition, 1970.

Architecture : inventer des lieux où l'être humain est capable d'aimer et d'être aimé, des lieux de partage et d'échange où les sensations visuelles et tactiles sont susceptibles de provoquer l'émotion et la tentation, le vertige ou la méditation. L'architecture enveloppe nos êtres à chaque instant, et à chaque pas, dans chaque mouvement, entre présent (quotidien), passé (mémoire), futur (avenir). L'architecture est notre seconde peau.
Fréderic Borel, architecte, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Terme qui désigne globalement les constructions qui, depuis les temps archaïques ont, par la médiation des relations et des pouvoirs, et grâce à leur résistance aux affronts du temps, joué un rôle essentiel, comme supports de la mémoire et des valeurs symboliques constituant l'identité culturelle des sociétés.
« The Eternal Present », Sigfried Giedion, New York, 1962.

Authenticité
Autenticidad / Autenticidade / Authenticity

Caractère de vérité et de conformité à son origine, d'une réalité.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

La conservation du patrimoine historique, dans toutes ses formes et à toutes les époques, trouve sa justification dans les valeurs que l'on attribue à ce patrimoine. La perception la plus exacte possible de ces valeurs dépend, en partie, du degré de crédibilité ou de vérité des sources d'information sur celles-ci. La connaissance et la compréhension des sources d'information par rapport aux caractéristiques originelles et dérivées du patrimoine culturel, et leur signification, fondent le jugement d'authenticité.
Document provenant de la conférence de Nara sur l'Authenticité. UNESCO, ICCROM, ICOMOS, 1995

Biens d'intérêt municipal
Bienes de interés municipal / Bens de interesse municipal / Assets of local interest

Ce sont les biens architecturaux, spatiaux, végétaux ou d'équipement urbain qui témoignent du développement d'une ville, possèdent des qualités esthétiques, historiques et environnementales notables, et qui contribuent à l'identité de cette ville. Bien que cette définition se réfère à des biens individuels, elle peut s'appliquer, dans le cas d'éléments végétaux, et par extension, à des ensembles végétaux ou groupes d'arbres significatifs caractérisant certains secteurs de la ville.
Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Bourg
Pueblo / Burgo / Bourg

Agglomération rurale, lieu d'échanges et de marché des villages voisins.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Cadastre
Catastro / Cadastro / Land Register

Registre public des biens immobiliers d'un territoire déterminé.

Le cadastre est l'ensemble des documents qui fournissent l'information sur « l'état civil » des terrains et des immeubles (repérage des parcelles, identité du propriétaire) afin d'en établir les bases de taxation.
A partir de trois fichiers (propriété non bâtie, propriété bâtie, propriétaires), sont établies les matrices cadastrales (en France elles sont disponibles dans les bureaux du cadastre et dans les mairies). Ces matrices constituent le matériau de base pour établir l'assiette des deux impôts locaux, les taxes foncières sur les propriétés bâties et sur les propriétés non bâties. Il a essentiellement un but fiscal mais, par l'informatisation des fichiers, il pourrait devenir un outil utile pour la gestion de l'urbanisme, l'économie des services publics, l'aménagement rural.
«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Cadre de vie
Entorno / Enquadramento sócio-ambiental / Living environment

Réalité matérielle et environnement humain dans lesquels évolue un individu.
« Vocabulaire International des termes d'Urbanisme et d'Architecture », Henri-Jean Calsat et Jean Pierre Sydler, Société de diffusion des techniques du bâtiment et de travaux publics, 1ère édition, 1970.

Cahier de charges
Pliego de especificaciones / Caderno de encargos / Specifications

Document contractuel joint à la soumission ou à l'acte d'engagement de l'entrepreneur, et autres documents contractuels ayant pour objet de fixer les charges à respecter dans l'exécution des travaux, et généralement établi par corps d'état.

Centre, quartier historique
Centro, barrio histórico / Centro, bairro histórico / Historic center, quarter

Noyau d'une ville ancienne à caractère évolutif. Dans certains cas le centre historique d'une ville peut être réduit à quelques monuments symboliques, dans d'autres il peut coïncider avec la quasi-totalité de l'agglomération. Cette notion récente peut recouvrir des réalités très différentes. La délimitation spatiale du centre historique est aisée dans le cas des petites villes ayant peu évolué ou dont le développement moderne est périphérique, dans le cas de villes encloses dans des murs ou des sites naturels ou de villes construites d'une pièce. Cette délimitation est au contraire difficile dans le cas de grandes villes appartenant à des périodes historiques multiples, dont les restes sont fragmentés, et où les quartiers du XIXe siècle peuvent être légitimement considérés comme historiques.
« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

En ce qui concerne la protection des contextes historiques, il est indispensable de comprendre que « la façon dont nous intervenons sur eux est en relation directe avec la manière dont nous les comprenons ». Les contextes historiques en Europe s'insèrent désormais comme des ressources fondamentales du paysage, de l'économie et de la vie au sein de la ville, tandis que dans certains sites de l'Amérique Latine, leur protection, dans des emplacements urbains privilégiés, est perçue comme un frein pour les échanges et le développement. Il y a donc, une opposition entre les théories économiques dominantes et le concept historique, en tant que ressource comprenant à la fois des valeurs sociales et économiques. Les contextes historiques

peuvent être considérés comme des valeurs uniques qui doivent être maintenues en état ou comme étant une partie de la ville qui se modifie dans le temps.

« Contextes historiques: problèmes et alternatives », Alfonso Govela, architecte italien, intervention dans le cadre du séminaire Conservation des contextes historiques urbains, URB-AL, réseau 2, Europe-Amérique Latine, Vicenza, mai 1998. Entre guillemets extrait du texte de Cesare Macchi Cassia, « Planes Especiales, Catalogación de bienes culturales y ciudad histórica », Journées sur la planification dans les centres historiques, mairie de Ségovie, Institut d'Urbanisme de l'Université de Valladolid, Espagne, 1991.

Certificat d'urbanisme

Certificado de urbanismo / Certificado de urbanismo / Urban planning certificate

Délivré par la mairie de la commune dans laquelle est situé le terrain, il atteste que l'on peut construire sur le terrain choisi, renseigne sur la densité de construction autorisée c'est-à-dire la surface que celle-ci peut atteindre compte tenu de l'importance du terrain ; indique, si elle existe, le montant de la taxe locale d'équipement (participation aux frais d'aménagement entrepris par la commune, voirie par exemple) ; permet de dresser les plans de la construction. L'obtention préalable d'un tel certificat n'est pas obligatoire, sauf dans le cas de division de terrains.

« Glossaire Approche de la ville », Ecole Centrale Paris, 2000.

Civilité

Civilidad / Civilidade / Civility

Le terme de civilité est indissociable de celui de « civilisation ». Il s'agit de comportements et de savoir-faire codés qui révèlent une certaine conception de l'existence sociale. Dans le contexte français des années 1990, il est souvent associé à « urbanité ». Ensemble, ils constituent des valeurs fondamentales auxquelles tendent les sociétés urbaines par régulations et ajustements progressifs. Si l'urbanité qualifie à la fois le citadin moderne et son espace, la civilité relève d'un code de conduites qui préside au face à face.

On entend alors par civilité une manière de gérer le lien social qui s'appuie sur le respect d'autrui et qui, ainsi, autorise la coexistence de différences sociales, ethniques, générationnelles.

«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Charte d'Athènes

Carta de Atenas / Carta de Atenas / Athens Charter

Charte d'urbanisme qui résume la doctrine des Congrès internationaux d'architecture moderne (CIAM) et qui est constituée par les conclusions du quatrième CIAM sur La ville fonctionnelle, tenu à Athènes en 1933. D'une part, elle condamne sans appel la ville contemporaine et d'autre part, elle expose et propose la ville modèle, en ordre, de l'urbanisme progressiste. Ce texte a exercé et exerce encore, notamment dans les pays en développement, un impact unique en son genre, imprimant sa marque sur l'aménagement de l'espace dans le monde entier.

« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème édition, 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Charte de Grenade

Carta de Granada / Carta de Granada / Granada Charter

Rédigée plus de vingt ans après la Charte de Venise, elle respecte les mêmes principes que cette première mais va nettement plus loin. On peut lire dans l'article 10 : « Au cas où il serait nécessaire d'effectuer des transformations d'immeubles ou d'en construire de nouveaux, toute adjonction devra respecter l'organisation spatiale existante, notamment son parcellaire et son échelle, ainsi que l'imposent la qualité et la valeur d'ensemble des constructions existantes. L'introduction d'éléments de caractère contemporain, sous réserve de ne pas nuire à l'harmonie de l'ensemble, peut contribuer à son enrichissement ». Même si ces textes restent prudents, ils préconisent d'autres solutions que celle du « mimétisme architectural ». Certes ils se réfèrent à la notion, essentielle mais difficile à définir, d' « harmonie de l'ensemble », mais il est important de constater que l'on ne se contente pas de « tolérer » des incursions du contemporain dans l'ensemble patrimonial. On les envisage comme un enrichissement potentiel de celui-ci.

Extrait du dossier « Mémoire et Projet », DAPA/MCC, synthèse des travaux du groupe de réflexion animé par Joseph Belmont, 1997.

Charte de Venise

Carta de Venecia / Carta de Veneza / Venise Charter

Charte internationale sur la conservation des monuments et des sites, ce document a été rédigé en 1964 par le deuxième Congrès International des Architectes et des Techniciens des Monuments Historiques et adopté en 1965 par le Conseil International des Monuments et des Sites (ICOMOS) qui l'a prolongée en 1987, par la Charte de Grenade sur les villes historiques. Ces deux documents de référence posent comme principe, au nom de l'authenticité et de la lisibilité du patrimoine, que toute adjonction faite à un monument, ou toute construction dans le cadre d'un ensemble historique doit être réalisée avec un souci majeur d'intégration, mais également avec une volonté constante de franchise. Ainsi la Charte de Venise préconise-t-elle, dans son article 12 : « Les éléments destinés à remplacer les parties manquantes doivent s'intégrer harmonieusement à l'ensemble, tout en se distinguant des parties originales, afin que la restauration ne falsifie pas le document d'art et d'histoire ».

Extrait du dossier « Mémoire et Projet », DAPA/MCC, synthèse des travaux du groupe de réflexion animé par Joseph Belmont, 1997.

Classement

Clasificación /Classificação, Tombamento / Classification

Détermination des degrés d'intervention, d'après certains modèles préalablement établis.

Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Procédure de base de la politique française de conservation et de protection du patrimoine, sur sélection. Un immeuble classé monument historique « ne peut être détruit ou déplacé, même en partie, ni être l'objet d'un travail de restauration, de réparation ou de modification quelconque si le Ministre Chargé des Affaires Culturelles n'a pas donné son consentement ». Les travaux sont confiés à l'Architecte en Chef des Monuments Historiques. En France, les monuments historiques peuvent faire l'objet d'une mesure d'inscription ou d'une mesure de classement, la première étant une simple surveillance, la deuxième une stricte protection. Le classement d'un bâtiment est instruit au niveau régional, soumis à l'avis de la Commission Régionale du Patrimoine et des Sites ; la décision est prise par le Ministre Chargé de la Culture après avis de la Commission Supérieure des Monuments Historiques, placée auprès de lui.

« La réhabilitation en France : les outils, les procédures ». Dossier réalisé par l'Agence Nationale pour l'Amélioration de l'Habitat (ANAH). Etude réalisée par Nancy Bouché, ICOMOS-France, juillet 2000.

Au Brésil, existe le concept de «tombamento», spécifique au pays. Il concerne trois niveaux différenciés de classement. Les sites et monuments historiques peuvent faire l'objet de mesures de classement national, fédéral et municipal, superposées ou non, donnant lieu à des périmètres de sauvegarde différenciés, avec l'application de réglementations propres à chaque niveau. A celles-ci peuvent s'ajouter les mesures issues du classement de Patrimoine Mondial de l'Humanité réalisé par l'UNESCO.

Coefficient d'occupation des sols (COS)
Factor de ocupación del suelo (FOS)/ Coeficiente de aproveitamento (CA)/ Land use ratio (LUR)

Le coefficient d'occupation des sols est la règle d'urbanisme qui définit la densité de construction autorisée à l'intérieur d'une même " zone " d'un plan d'occupation des sols. Il exprime la surface du plancher hors œuvre susceptible d'être construite par mètre carré de terrain (la surface des bâtiments existants viendra toujours en déduction des possibilités de construire). Cette limite maximum n'est cependant pas uniforme car une même zone peut comporter des coefficients d'occupation des sols différents selon la nature ou la destination des constructions. Chaque zone peut en outre être divisée en secteurs affectés de coefficients spécifiques. L'effet économique certain de ce coefficient permet aux autorités compétentes de peser lourdement sur les valeurs foncières. Dans des conditions fixées par le règlement du plan d'occupation des sols le COS peut être dépassé, soit en raison des prescriptions d'architecture ou d'urbanisme, soit de l'existence de projets visant à renforcer la capacité des équipements collectifs.
« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème édition, 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Concertation
Concertación / Concertação / Joint action

Concertare, agir de concert. Confrontation d'idées et échange d'informations en vue d'une action commune. Recherche, en coopération, par une discussion préparatoire à la décision, d'une entente en vue d'une certaine action.
« Vocabulaire de la philosophie et des sciences humaines », Louis-Marie Morfaux.

Conservation
Conservación / Conservação / Conservation

Ensemble des doctrines, des techniques et des moyens matériels propres à perpétuer l'existence des monuments, en vue de les maintenir matériellement dans leurs dispositions architecturales d'usage, avec une évaluation adéquate des modifications réalisées dans le temps.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993. Modifié par Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Conservation d'un bâtiment
Conservación de un edificio / Conservação de um edifício / Building maintenance

Ensemble de mesures destinées à sauvegarder et à prévenir la dégradation d'un bâtiment, incluant l'exécution des travaux d'entretien nécessaires au fonctionnement correct de toutes les parties et éléments d'un édifice.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Conservation intégrée
Conservación integrada / Conservação integrada / Integrated conservation

Mode de conservation, restauration et réhabilitation des bâtiments et sites anciens visant à les rendre utilisables pour de nouvelles fonctions de la vie moderne.
« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème édition, 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, 1998.

La notion de « conservation intégrée » forgée depuis vingt ans par le Conseil de l'Europe, et incluse dans la convention de Grenade, met bien l'accent sur cette nécessité d'intégrer le patrimoine ancien dans la vie, dans la planification contemporaine. Si les monuments ne peuvent être mis hors de la vie et conservés comme des éléments muséographiques, cela est encore plus vrai pour les ensembles, villes et quartiers historiques, dont les fonctions évoluent et dont la valeur et la signification tiennent beaucoup à leur usage vivant, à la présence des habitants et des activités économiques. La conservation intégrée est une dialectique entre la volonté de protection et les besoins de l'aménagement, faisant appel à des moyens juridiques, administratifs, financiers et techniques spécifiques pour répondre à la complexité des questions posées.
« La protection des sites et monuments et la mise en œuvre des ensembles urbains à conserver », contribution au rapport national Habitat II, Istanbul, 1997.

Consolidation
Consolidación/ Consolidação / Consolidation

Travaux faits sur un édifice pour assurer sa durée sans modifier son aspect

Conurbation
Cono urbano / Conurbação / Conurbation

Ensemble formé par une ville et ses banlieues, ou par des villes réunies, qui constituent une séquence, sans pour autant se confondre. Agglomération constituée par des unités urbaines qui se développent spontanément dans un secteur géographique déterminé.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Ensemble d'agglomérations proches les unes des autres, que la croissance a mis en contact.
«Enciclopedia Microsoft Encarta », 1998.

Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel
Convención para la protección del patrimonio mundial, cultural y natural / Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural / Convention for the protection of the world's cultural and natural heritage

Approuvée par la Conférence Générale des Nations Unies en 1972, la Convention sur la protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel, a pour principal objectif l'identification et la protection du patrimoine culturel et naturel de valeur « universelle et exceptionnelle ». Cette protection devient ainsi une responsabilité collective internationale. Chacun des Etats Signataires reconnaît son obligation d'identifier, protéger, conserver, réhabiliter et transmettre aux générations futures le patrimoine culturel et naturel existant dans son territoire. Au sein de l'UNESCO est crée une Commission intergouvernementale de protection du patrimoine culturel et naturel de valeur universelle exceptionnelle : la Commission du Patrimoine Mondial. Cette Commission établira, sous le titre de « Liste du Patrimoine Mondial », une liste de biens de ce patrimoine considérés de valeur universelle

exceptionnelle. Elle établira aussi une « Liste du Patrimoine Mondial en danger », inscrivant les biens du patrimoine mondial dont la protection exige d'importants travaux de conservation. Les Etats Signataires de cette Convention peuvent demander une assistance internationale pour la protection des biens figurant dans cette liste, situés dans leur territoire.
« Le Patrimoine Mondial », Document UNESCO, 1999.

Curetage
Curación / Diradamento, Curetagem / Expurgation

Dans une opération de réhabilitation d'un îlot, destruction des constructions parasites établies dans les espaces intérieurs et les cours et jardins anciens qui contribuent de façon notable à la dégradation de l'ensemble urbain et de ses conditions d'habitabilité. «Diradamento» est un terme italien qui signifie dégagement, c'est-à-dire l'acte d'enlever l'excédent, d'enlever ce qui ne sert plus, d'améliorer.
«Diccionaire Houaiss da Língua Portuguesa», Antônio Houaiss et Mauro De Salles Villar, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, Rio de Janeiro : Objetiva 2001.
Pour Giovannoni (1873-1943), la solution du problème de la conservation des villes anciennes, ou des ensembles « qui ne possèdent pas d'éléments artistiques particuliers », doit être cherchée dans le cadre d'un plan d'aménagement urbain et non de manière isolée par des interventions de « nettoyage » : les ensembles anciens doivent être revitalisés en utilisant la technologie, et être intégrés dans la ville moderne, non pas par un aménagement global mais par des projets déductifs, de l'intérieur vers l'extérieur, et à l'échelle de chaque îlot.
Dans ces interventions, les ajouts de surface, de volume, les traitements et les usages incompatibles, ne sont pas permis. En fait, il doit y avoir plus de démolitions que d'ajouts, puisque les structures anciennes possédaient une logique constructive et fonctionnelle défigurée par les interventions aléatoires. Pour chaque édifice, les principes de restauration architectonique établis par Boito et détaillés par Giovannoni doivent être adoptés.
«A questão do patrimônio: arquitectura, memória e gestão da cidade », Rodrigo Meniconi, architecte, professeur universitaire et spécialisé en restauration à l'Université de Rome, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 6, n. 6, Belo Horizonte: PUC Minas, décembre 1998, p. 54.

Démographie
Demografía / Demografia / Demography

Taux de population humaine dans une région ou un pays déterminé. Science qui décrit et étudie les peuples (natalité, mortalité, etc.), les populations (âge, profession, etc.). Par métonymie, état d'une population (sous l'aspect quantitatif).
« Dictionnaire encyclopédique Hachette », édition 1995.

Démolition
Demolición / Demolição / Demolition

Action de démolir, c'est-à-dire de rompre la liaison d'un édifice ou d'une masse construite. La démolition fait partie des pratiques de toutes les cultures et de toutes les sociétés : elle est l'autre face, indissociable, de la construction.
L'invention du monument historique est venue mettre un frein à cette pratique ancestrale de la démolition, en particulier au nom des valeurs d'art et d'histoire portées par les édifices du passé. En France, le permis de démolir est régi par le Code de l'urbanisme, dont les dispositions n'ont plus seulement pour objectif la protection du patrimoine historique, mais aussi la prévention de l'urbanisation sauvage et de la spéculation immobilière.

«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Développement durable
Desarrollo sostenible / Desenvolvimiento sustentable / Sustainable development

Traduction française de « sustainable development », terme utilisé dans le rapport « Notre avenir à tous » (« Our Common Future ») de la commission de l'ONU présidée par Mme Brundtland et publié en 1987. Le développement durable signifie un relais entre les générations, ne pas gaspiller le patrimoine actuel à l'égard des générations futures, assurer un développement porté sans à-coups, valoriser et ménager les ressources locales, bien relier le développement économique, le progrès social et l'attention à l'environnement, porter autant de soin à la gestion dans la durée qu'aux équipements à engager à bon escient, décliner sa dimension d'éco-citoyen au niveau local, national et planétaire en même temps.
« Cent mots pour comprendre l'environnement », Josette Bernard, Entente nationale des élus de l'environnement, Cahier pédagogique N° 9, en collaboration avec l'Adème Ile de France et le Comité 21, 2ème édition, Paris, 1997.

Processus de changement par lequel l'exploitation des ressources, l'orientation des investissements, des changements techniques et institutionnels se trouvent en harmonie et renforcent le potentiel actuel et futur de satisfaction des besoins des hommes. C'est « un développement qui répond aux besoins du présent sans compromettre la capacité des générations futures de répondre aux leurs ».
« Notre avenir à tous », Commission mondiale sur l'environnement, Nations Unies, Rapport Brundtland, 1987.

Le développement durable se veut un processus de développement qui concilie l'écologique, l'économique et le social et établit un cercle vertueux entre ces trois pôles. Développement ne signifie pas croissance. La croissance est un processus quantitatif par lequel est mesuré l'accroissement de la richesse créée par les échanges marchands. Le développement est un processus qualitatif induit par la croissance mais qui fait référence à une transformation des structures de la société propres à améliorer le bien-être de l'homme. Se situer dans une perspective de développement durable revient donc à élargir notre champ de vision, à mettre fin au réductionnisme qui gouverne la réflexion et l'action et à ouvrir notre horizon temporel sur la durée. Il s'agit d'élaborer une stratégie de long terme, en anticipant, dans la mesure du possible, les évolutions auxquelles les politiques peuvent conduire, et de garantir l'adéquation entre cette stratégie et les actions de court terme. Une telle approche intégrée est synonyme de démarche multipartenariale, interdisciplinaire, du fait des multiples compétences qu'elle sollicite. Son succès repose sur le partenariat et la coopération entre les acteurs de disciplines différentes, de secteurs différents, de milieux différents ou agissant à des échelons territoriaux différents. Le développement durable se fonde sur la mobilisation et la participation de tous les acteurs de la société civile au processus de décision. Le développement durable demande à être « planifié » car les forces du marché ne peuvent, à elles seules, assurer l'intégration des dimensions économiques, écologiques, sociales et culturelles. Le développement durable désigne une direction à prendre. C'est une dynamique, un processus d'évolution bien plus qu'un but en soi ou qu'une série d'objectifs précis à atteindre.
Extrait du dossier documentaire « Villes et développement durable », réalisé par Nathalie Holec (ACT Environnement), sous la direction de Clément Cohen (ACT Consultants) avec Geneviève Brunet-Jolivald (CDU) et Jean-Pierre Piechaud (CGPC), à la demande du Conseil Général des Ponts et Chaussées (CGPC) pour le Centre de documentation de l'urbanisme (CDU), Paris, 1998.

Droit de préemption
Derecho de compra / Direito de preempção / Right of first refusal

Lors de la vente d'un terrain, la commune a le droit de préemption, c'est à dire qu'elle est prioritaire sur l'achat du terrain, afin de faciliter l'aménagement urbain.
Droit reconnu, dans certains cas, à l'administration ou à certains organismes de droit privé accomplissant une mission de service public, d'acquérir la propriété d'un bien lors de son aliénation, par préférence à tout autre acheteur.
«Le lexique des termes juridiques » par S.Guinchard, 1995 & « Traité de Droit Administratif » (Tome 2 : DA des biens) Y.Gaudemet, 1997.

Le droit de préemption urbain permet aux collectivités locales de maîtriser en partie le marché immobilier et notamment d'acquérir des emplacements ou des bâtiments destinés à des réalisations publiques ou à la constitution de réserves foncières. Ces collectivités peuvent, par le droit de préemption, acheter des biens à l'occasion exclusive de leur mise en vente par leur propriétaire (le droit de préemption est moins fort que le droit d'expropriation).
« Glossaire Approche de la ville », Ecole Centrale Paris, 2000.

Echelle
Escala / Escala / Scale

Ligne graduée, divisée en parties égales, indiquant le rapport des dimensions de distances marquées sur un plan avec les dimensions ou distances réelles (échelle graphique). Rapport existant entre une longueur sur une représentation (carte) et la longueur réelle correspondante.

«Le Grand Robert de la Langue Française », Paul Robert, 2ème édition, 1991.

Ensemble historique
Conjunto histórico / Conjunto histórico / Historic cluster

Groupement bâti ancien, urbain où rural, présentant un intérêt architectural et historique, par son authenticité. Il mérite d'être protégé sans subir de modifications affectant son identité.

Entretien d'un bâtiment
Mantenimiento de un edificio / Manutenção de um edificio / Building maintenance

Série d'opérations, visant à minimiser les rythmes de dégradation dans la vie d'un bâtiment, et pratiquées sur les diverses parties et éléments de sa construction ainsi que sur ses installations et
équipements. En général, il s'agit d'opérations programmées et effectuées par cycles réguliers.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995

Environnement
Medio ambiente / Meio ambiente / Environment

L'environnement désigne le cadre de vie de la communauté.
« Glossaire Approche de la ville », Ecole Centrale Paris, 2000.

Equipement collectif
Equipamiento colectivo / Equipamento coletivo / Public infrastructure

Ensemble des réseaux, structures et bâtiments mis à disposition de la collectivité en vue de satisfaire ses besoins de tous ordres. Les équipements d'infrastructure comprennent : voiries et stationnements, transports et communications, eau et canalisations, énergie. Les

équipements structurels de la ville sont les bâtiments à usage collectif : administratifs, éducatifs, sanitaires, commerciaux, culturels, sportifs, touristiques, etc. C'est une catégorie d'investissements participant à la satisfaction des besoins d'ordre collectif (routes, hôpitaux, écoles) et dont la réalisation nécessite l'intervention et le concours financier des collectivités publiques. Le développement de la consommation et l'amélioration du niveau de vie ne peuvent être obtenus qu'au prix d'un recours croissant aux services collectifs. Par exemple, l'utilisation de l'automobile, dans les meilleures conditions possibles, conduit les services publics à multiplier les équipements routiers et autoroutiers. Dans ce cas, l'équipement collectif doit être regardé comme un investissement, créé ou ayant fait l'objet d'une appropriation par une institution collective, géré directement ou indirectement par celle-ci et permettant la consommation d'un service en un même temps et en un même lieu par plusieurs utilisateurs. Par-là même, la notion d'équipement collectif retrouve celle de bien collectif ou de bien public. Cependant, les pratiques de production des équipements collectifs peuvent et doivent être guidées, comme dans le cas des investissements privés, par les règles du calcul économique, la seule différence résidant dans le fait que l'on cherche à tenir compte des coûts et des avantages de ce type d'investissement pour la collectivité : la construction d'un hôpital, d'une université relève peut-être d'un calcul économique rigoureux, mais celui-ci doit tenir compte de certains effets particuliers aux équipements collectifs (amélioration de la qualité de vie).
« Grand dictionnaire encyclopédique Larousse », édition 1983.

Espace privé
Espacio privado / Espaço privado / Private space

Espace qui n'appartient pas au domaine public mais à celui de l'individu.
Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Espace d'accès et d'utilisation restreinte du fait de la propriété privée du sol ou de la construction.
Professeur Silvio Mendez Zancheti, architecte, Recife, Brésil, participant aux séminaires Sirchal 2, Quito, novembre 1998 et Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Espace privé clos
Espacio privado cerrado / Espaço privado fechado / Enclosed private space

Espace privé fermé par une barrière, une grille ou une ceinture d'éléments construits. On peut distinguer les espaces privés clos minéraux (aménagés en enrobé pour les parkings, en grave ciment pour les cours intérieures, en dalles béton pour les passages, etc.) et les espaces privés végétaux (aménagés en pelouse, en arbustes, en arbres de hautes tiges). Dans ces « espaces privés clos » peuvent encore être différenciés ceux qui sont à l'abri du bruit de la voirie extérieure -on pourrait dire « silencieux » ou « de derrière » (quand ils sont entourés d'une ceinture d'éléments construits assez hauts)- et ceux qui ne le sont pas, par exemple les jardins devant les maisons ou les immeubles donnant sur la voirie principale - que l'on pourrait appeler « bruyants » ou « de devant ». Des fenêtres donnant sur des espaces clos silencieux deviennent en effet un luxe important dans les villes denses contemporaines.
« Glossaire Approche de la ville », Eric Mathieu, Ecole Centrale Paris, 2000.

Espace privé ouvert
Espacio privado abierto / Espaço privado aberto / Open private space

Ensemble des espaces privés pas complètement séparés des espaces publics. Les conditions de la vie collective (relations de voisinage, sentiment d'appartenance, etc.), dans un ensemble

d'habitations, sont des éléments importants de la perception de l'habitat par les habitants. Beaucoup notent que la différenciation entre espace public et espace privé aide à gérer au mieux les relations collectives. Les espaces privés ouverts (comme par exemple le jardin de devant) jouent le rôle d'espaces de transition. Ils offrent aussi la possibilité de créer un espace plus privatif, si précieux pour gérer la cohabitation dans des ensembles immobiliers (ex.: le jardin ar-rière). Les espaces publics ouverts offrent très peu de souplesse et de personnalisation. Vérandas, appentis, abris de jardin, terrasses sont par contre des signes d'appropriation de l'espace habité.
« Glossaire Approche de la ville », Simone Stanchi, Ecole Centrale Paris, 2000.

Espace public
Espacio público / Espaço público / Public space

Partie du domaine non bâti, affectée à des usages publics, comportant des espaces minéraux et/ou des espaces verts.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Etude d'impact
Estudio de impacto / Estudo de impacto / Impact study

Etude qui précède ou accompagne les grands travaux (routes, barrages, installations industrielles) et qui s'intéresse aux conséquences de ceux-ci sur l'environnement.
« Glossaire Approche de la ville », Yann Le Papillon, Ecole Centrale Paris, 2000.

Faisabilité
Factibilidad / Viabilidade / Feasibility

Caractère de ce qui est faisable, réalisable, compte tenu des possibilités techniques et commerciales. Etude de faisabilité, rapport de faisabilité : étude qui détermine la rentabilité et la possibilité de réalisation d'un projet industriel ou technique.
« Le Grand Robert de la Langue Française », Paul Robert, 2ème édition, 1991.

Fouilles archéologiques
Excavaciones arqueológicas / Escavações arqueológicos / Arqueological digs

Déblaiement systématique et méthodique d'un terrain pour mettre à jour et analyser des restes archéologiques.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Friches industrielles
Baldíos industriales / Imóveis industriais desocupados / Rust belts

Ensemble de terrains industriels abandonnés par la disparition des entreprises qui les utilisaient.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil international de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Terrains bâtis ou non, non réhabilités ou non réutilisés, entièrement délaissés depuis au moins deux ans et qui, ayant participé à une activité industrielle ou artisanale, sont dégradés d'une telle façon que tout nouvel usage n'est possible qu'après une remise en état.
«Lexique de l'Agence de développement et urbanisme de l'agglomération strasbourgeoise », 2002.

Friches urbaines
Baldíos urbanos (terrenos o solares baldíos) / Imóveis urbanos desocupados / Vacant land

Terrains laissés à l'abandon en milieu urbain provenant soit de bâtiments démolis, soit non encore construits mais abandonnés par l'agriculture.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Les friches urbaines diverses sont principalement les anciens sites militaires, les anciennes emprises des chemins de fer, les stations-service, les cités ouvrières abandonnées, situés en agglomération.
«Lexique de l'Agence de développement et urbanisme de l'agglomération strasbourgeoise », 2002.

Friches commerciales
Baldíos comerciales / Imóveis comerciais desocupados / Commercial rustbowls

Les friches commerciales sont des bâtiments, des locaux ou des bureaux situés en milieu urbain, dans une commune de plus de 5000 habitants, d'une surface minimum de 300 m2 d'emprise, vides depuis au moins deux ans et dont l'état n'importe pas.
«Lexique de l'Agence de développement et urbanisme de l'agglomération strasbourgeoise », 2002.

Gabarit
Gálibo / Gabarito / Building line regulations

Ensemble de règlements de construction concernant les dimensions autorisées et les formes que les édifices doivent respecter par rapport à la voie publique

Gestion urbaine
Gestión urbana / Gestão urbana / Urban management

Si l'action d'urbanisme avec son triple volet « planification-réglementation-opération » constitue une phase nécessaire pour assurer une existence meilleure aux individus à partir d'une certaine conception idéologique et politique, cela ne saurait être suffisant. Le nouvel espace créé aura à s'adapter constamment aux besoins des hommes en perpétuelle évolution. Et des règles, voire des institutions, seront nécessaires pour gérer cet espace ; mais des formules seront à rechercher pour l'animer, pour lui donner une véritable vie.
« Comprendre l'urbanisme », Paul Boury, Editions du Moniteur, 2ème édition, 1980.

Les cinq facteurs communs aux bonnes pratiques de gestion urbaine sont :
1- une vision intégrale et à long terme, point de départ pour la définition des stratégies d'action ;
2- un leadership intégrateur ;
3- la participation active des forces vives de la communauté ;
4- l'innovation dans la solution des problèmes ;
5- l'incorporation du potentiel de l'entreprise privée dans la prestation des services.
«Gestión municipal, La ciudad en el siglo XXI », Roberto Samayoa, edité par Eduardo Rojas et Roberto Daughters, BID, 1999.

Gouvernance
Buen gobierno / Governabilidade / Governance

La notion de gouvernance fait référence aux mécanismes de négociation que les collectivités locales doivent mettre en place avec tous leurs partenaires et avec l'ensemble des citoyens, et aux modes de participation qu'elles doivent créer. La notion de gouvernance invite donc à

définir un nouvel art de gouverner, à trouver une nouvelle façon de fonctionner en relation avec tous les autres acteurs de la vie publique, à inventer de nouveaux partenariats, ce qui devrait conduire à des changements organisationnels au sein des collectivités locales.
Extrait du dossier documentaire « Villes et développement durable », réalisé par Nathalie Holec (ACT Environnement), sous la direction de Clément Cohen (ACT Consultants) avec Geneviève Brunet-Jolivald (CDU) et Jean-Pierre Piechaud (CGPC), à la demande du Conseil Général des ponts et chaussées (CGPC) pour le Centre de documentation de l'urbanisme (CDU), Paris, 1998.

« La gouvernance peut être considérée comme l'exercice des pouvoirs économique, politique et administratif pour gérer les affaires des pays à tous les niveaux. Elle comprend les mécanismes, procédés et institutions (...) La bonne gouvernance est (...) participative, transparente et responsable. Elle est aussi efficace et équitable. (...) La bonne gouvernance assure que les priorités politiques, sociales et économiques sont fondées sur un large consensus dans la société et que les voix des plus pauvres et des plus vulnérables sont au cœur du processus de décision sur l'allocation des ressources pour le développement. »
Définition du Programme des Nations Unies pour le Développement (PNUD)

«(...) L'organisation, dans un souci de simplification et surtout de démocratisation des modes de prise de décision, de gestion et de contrôle. C'est ce que l'on désigne aujourd'hui, sous le terme de gouvernance »
Dominique Voynet, Ministre de l'Aménagement du Territoire et de l'Environnement).

« Par gouvernance, on entend l'organisation d'un nouveau mode de concertation entre la collectivité (élus et services) et ses membres (citoyens, associations, groupes divers...). La gouvernance vise à répondre aux exigences de transparence, de démocratie et de participation, du développement durable. Il s'agit en fait d'associer la population de façon plus importante, plus vivante, et surtout plus réactive, au processus de prise de décision (sans en aucun cas remettre en cause le rôle fondamental des élus). »
Réseau des Agences Régionales pour l'Environnement (RARE)

Combinaison de démocratie élective, de participation des citoyens et d'approches rationnelles de la décision basées sur des indicateurs et des évaluations. Le développement durable fait référence aux méthodes permettant d'impliquer l'ensemble des parties prenantes. Ces institutions qui combinent démocratie participative et élective, ainsi que les outils d'évaluation des politiques et la transparence du processus de décision relèvent d'un contexte général qualifié de bonne gouvernance. L'information et l'accès du public à l'information sont ainsi une composante importante permettant de mettre en oeuvre la gouvernance.
Assises nationales du développement durable, Agenda 21, Toulouse, 2002.

Îlot
Manzana / Quarteirão / Block

C'est la plus petite unité de l'espace urbain entièrement délimitée par des voies. Les îlots sont divisés en parcelles, unités de propriétés de tailles variables

Inventaire
Inventario / Inventário / Inventory

Ce terme sert à désigner les répertoires de monuments historiques ou de biens patrimoniaux. L'inventaire suppose la détermination d'un contenu (catégories d'objets) et des méthodes de description. Il répond à deux finalités complémentaires d'information et de classification.

«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Maître d'ouvrage
Cliente, comitente / Emprendedor / Principal

Le maître de l'ouvrage d'une opération de construction est le client. C'est la personne physique ou morale qui décide de réaliser l'opération, qui en fixe le programme, qui dispose du terrain, qui réunit le financement et qui paie, qui fixe le calendrier, qui choisit les professionnels chargés de la réalisation (le concepteur du projet, le ou les entrepreneurs, le contrôleur technique et parfois même les fabricants de produits), qui signe les marchés et contrats d'étude et de travaux et qui arbitre les conflits éventuels.
«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Maître d'œuvre
Director de obra / Diretor de obra / Project manager

Le maître d'œuvre est la personne physique ou morale à qui le maître de l'ouvrage confie le soin d'établir le projet et d'en contrôler l'exécution. C'est un professionnel de la construction : architecte, ingénieur-conseil, bureau d'études, cabinet d'ingénierie. Il est rémunéré par le maître de l'ouvrage en fonction de la mission qui lui est confiée. Plus précisément, son rôle consiste à s'assurer que le programme est viable et réalisable eu égard au terrain et à son environnement ; à concevoir le projet et à en établir les pièces écrites et dessinées en respectant la réglementation, les règles de l'art, le programme et le coût d'objectif fixé par le maître de l'ouvrage ; à introduire les demandes d'autorisation administrative (permis de construire par exemple) ; à préparer le dossier de consultation des entreprises ; à participer à la négociation avec les entreprises et à la mise au point du marché ; à s'assurer que les travaux sont exécutés conformément aux clauses du marché ; à proposer les versements d'acomptes aux entreprises ; à assister le maître de l'ouvrage lors des opérations de réception des travaux.
«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Mise en valeur
Valoración / Valorização / Improvement

Ensemble des actions intéressant un monument, un ensemble monumental, un objet d'art, un site, un paysage, en vue de rendre perceptibles ses qualités sans le modifier.

Mixité sociale
Integración social / Integração social / Social integration

La ville a toujours constitué la modalité d'expression la plus complète et la plus fidèle de la communauté. En elle, les relations les plus claires du tissu social se façonnent et s'observent. Ville construite et communauté, morphologie urbaine et mouvements sociaux ne séparent pas.
«Planes Especiales, Catalogación de Bienes culturales y ciudad histórica », Cesare Macchi Cassia, Journées sur la planification dans les centres historiques, Mairie de Ségovie, Institut d'Urbanisme de l'Université de Valladolid, Espagne, 1991.

Monument
Monumento / Monumento / Monument

Toute réalisation particulièrement remarquable en raison de son intérêt historique, archéologique, artistique, scientifiue, social ou technique, y compris les installations ou les éléments décoratifs faisant partie intégrante de cette réalisation.
« Convention de Grenade » (1987) et « Convention de Malte » (1996).

Monument historique
Monumento histórico / Monumento histórico / Historic monument

Monument protégé ou classé en raison de son caractère architectural, urbain, symbolique, historique, culturel ou en raison des événements historiques qui s'y sont produits.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Désigne toute construction, ouvrage d'art, équipement ou installation que l'on désire conserver ou protéger à cause de sa valeur historique ou esthétique, et qui se trouve régi par une législation particulière.
Urbanet (réseaux d'information sur l'Urbanisme, l'Aménagement, les Equipements et les Transports), « Thesaurus Matière, Vocabulaire Documentaire », Ministère de l'Equipement et Conseil Régional de l'Ile de France, 2e éd., 1991.

Etant donné que les producteurs des œuvres qui nous apparaissent aujourd'hui comme des monuments historiques cherchaient essentiellement à satisfaire leurs propres besoins pratiques ou leurs exigences d'idéal, c'est-à-dire ceux de leurs contemporains, la dénomination de « monument » ne peut être comprise dans un sens objectif, mais uniquement subjectif. Ce n'est pas leur destination originelle qui confère à ces œuvres la signification de monuments ; c'est nous, sujets modernes, qui la leur attribuons.
« Le culte moderne des monuments » (Der moderne Denkmalkultus), Aloïs Riegl, Editions du Seuil, Paris, mai 1984.

Morphologie
Morfología / Morfologia / Morphology

Dans la plupart des cas, la forme de la ville n'est pas le résultat d'un unique projet, mais elle est, bien au contraire, le résultat d'une reconstruction permanente de la ville sur elle-même tout au long de son histoire, par superposition, accumulation, effacement et substitution. Dès lors, l'approche historique et archéologique est une démarche préalable nécessaire.
«Les secteurs sauvegardés », DA/MCC, 1998.

Muséification
Museificación / Museificação / Museification
Au centre de la problématique de la revitalisation des centres historiques, le concept de muséification est en opposition avec le développement durable et la bonne gouvernance. La muséification est la résultante du développement à outrance du tourisme pourvoyeur de richesses, lequel fabrique des centres historiques où chaque monument devient musée ou centre culturel, chaque maison ancienne un magasin de souvenirs avec des étages vides ou transformés en remises. Conséquence première de ce modèle de préservation du patrimoine, l'espace urbain est abandonnée par la population existante, se transformant au mieux en lieu de marginalisation.
Imposer des dynamiques durables, où les enjeux culturels, historiques, économiques et sociaux convergent, est le défi actuel des programmes de revitalisation.

Parcellaire
Parcelamiento / Parcelamento / Parcelling
Ensemble de la division du sol en parcelles et sa représentation cartographique. La parcelle, portion de l'espace, est aussi une unité de propriété : le parcellaire représente donc l'ensemble du système d'appropriation foncière d'un espace. A ce titre est lié à la notion de cadastre : elle est une unité cadastrale à caractère fiscal.
«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Pastiche
Imitación / Pasticho / Folly

Copie, imitation, parodie. Ouvrage d'imitation du style d'une époque ou d'un genre.
«Dictionnaire de la langue française du 19ème et du 20ème siècle », CNRS, Gallimard.

Patrimoine
Patrimonio / Patrimônio / Heritage

Ensemble des biens hérités du passé.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Patrimoine archéologique
Patrimonio arqueológico / Patrimônio arqueológico / Arqueological heritage

La loi française réglemente le contrôle, la protection provisoire et la protection définitive des vestiges matériels d'anciennes civilisations (constructions, objets d'art, objets de la vie quotidienne, outils, rebuts, graines, pollens, etc.). La protection du patrimoine archéologique pose des problèmes particuliers en raison de sa nature. Il s'agit de préserver des sites archéologiques lorsqu'ils sont encore enfouis ou partiellement mis à jour, de contrôler la mise à jour des vestiges contenus dans ces sites et de protéger les sites et les vestiges archéologiques les plus intéressants.
«Guide de la protection des espaces naturels et urbains », MCC, MELTM, MEPRTNM, Documentation Française, 1991

Patrimoine culturel
Patrimonio cultural / Patrimônio cultural / Cultural heritage

...sont considérés comme « patrimoine culturel » :
- *les monuments* : œuvres architecturales, de sculpture ou de peinture monumentales, éléments ou structures de caractère archéologique, inscriptions, grottes et groupes d'éléments, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l'histoire, de l'art ou de la science,
- *les ensembles* : groupes de constructions isolées ou réunies, qui, en raison de leur architecture, de leur unité, ou de leur intégration dans le paysage, ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l'histoire, de l'art ou de la science,
- *les sites* : œuvres de l'homme ou œuvres conjuguées de l'homme et de la nature, ainsi que les zones, y compris les sites archéologiques, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue historique, esthétique, ethnologique ou anthropologique.

Article 1 de la 'Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel', adoptée par la Conférence Générale de l'UNESCO, réunie à Paris du 17 octobre au 21 novembre 19721972

Patrimoine ethnologique
Patrimonio etnológico / Patrimônio etnológico / Ethnological heritage

L'approche ethnologique est délicate à mettre en scène dans la mesure ou elle se réfère à des pratiques économiques, sociales, religieuses ou à des représentations. Elle témoigne des identités culturelles: costumes, fêtes, savoir-faire artisanaux, recettes culinaires, produits du terroir.
«Tourisme et patrimoine en France et en Europe », Valéry Patin, les Etudes de la Documentation Française, 1997.

Patrimoine historique
Patrimonio histórico / Patrimônio histórico / Historic heritage

Concept dont la notion et les pratiques sont en évolution continue, passant de la seule valeur d'ancienneté à une valeur symbolique pour la société d'aujourd'hui. Il évolue du statut d'objet isolé (le monument), au statut d'objet constitutif d'un ensemble territorial complexe (la ville, le paysage). La société doit espérer faire de sa population, non pas des spectateurs, mais des habitants du patrimoine.
« Pour une conscience plus humaine du patrimoine urbain », Yves Robert.

L'espace protégé en tant que patrimoine n'est jamais simplement historique, il est à la fois identitaire, relationnel et historique.
AUGÉ Marc., *Non-lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Éditions du Seuil, Paris, 1992, p. 100.

Si en Europe « (...) la définition du terme patrimoine est passée dans les années 60 de la notion de 'bien culturel' et successivement dans les années 70 à la notion de 'bien économique', pour avoir de nos jours le sens de 'bien productif'(....) », nous devons donc promouvoir tant en Europe qu'en Amérique Latine « une utilisation responsable, rationnelle, et donc généralisée, des valeurs historiques dans les opérations de conception urbaine sur tous les niveaux d'intervention », en considérant dorénavant le patrimoine comme un instrument d'investissement ou, pour reprendre un terme anglais, un « business plan » : un instrument de développement et de productivité, comme une opportunité de consensus, dans un contexte d'intérêts multiples et cela sans une vision unique et fermée de la ville. « Contextes historiques : problèmes et alternatives », Alfonso Govela, architecte italien, intervention dans le cadre du séminaire « Conservation des contextes historiques urbains », URB-AL, réseau 2, Europe-Amérique Latine, Vicenza, mai 1998. Entre guillemets extrait du texte « Planes Especiales, catalogación de bienes culturales y ciudad histórica », Cesare Macchi Cassia, Journées sur la planification dans les centres historiques, Mairie de Ségovie, Institut d'Urbanisme de l'Université de Valladolid, Espagne, 1991.

Patrimoine industriel
Patrimonio industrial / Patrimônio industrial / Industrial heritage

Les mutations économiques ont conduit à désaffecter ou délocaliser des pans entiers de l'industrie. Les friches ont succédé aux usines. Des bâtiments, dont certains d'une grande qualité architecturale, ont été abandonnés, des sites miniers ou textiles désertés. Leur mise en valeur répondait dès lors à un double impératif : sauvegarder le patrimoine et créer de nouvelles activités susceptibles de remplacer, au moins partiellement, celles qui avaient disparu. Dans certains cas, l'industrie a remplacé l'industrie, dans d'autres, le tourisme s'y est substitué.
« Tourisme et patrimoine en France et en Europe », Valéry Patin, les Etudes de la Documentation Française, 1997.

Patrimoine monumental
Patrimonio monumental / Patrimônio monumental / Buildings as heritage

La notion de patrimoine monumental, longtemps réservée au patrimoine historique (châteaux, cathédrales, palais, abbayes), a été progressivement étendue à des édifices de toutes époques et catégories (bâtiments industriels, gares, cinémas, hôtels, grottes préhistoriques,

vestiges archéo-logiques, etc.), dont la conservation est devenue indispensable face aux mutations accélérées.
«Guide de la protection des espaces naturels et urbains», MCC, MELTM, MEPRTNM, Documentation Française, 1991

Patrimoine naturel
Patrimonio natural / Patrimônio natural / Natural heritage

...sont considérés comme « patrimoine naturel »:
- *les monuments naturels* constitués par des formations physiques et biologiques ou par des groupes de telles formations qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue esthétique ou scientifique.
- *les formations géologiques et physiographiques et les zones strictement délimitées* constituant l'habitat d'espèces animales et végétales menacées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation.
- *les sites géologiques naturels ou les zones naturelles strictement délimitées*, qui ont une valeur univer-selle exceptionnelle du point de vue de la science, de la conservation ou de la beauté naturelle.
Article 2 de la 'Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel', adoptée par la Conférence Générale de l'UNESCO, réunie à Paris du 17 octobre au 21 novembre 19721972

Patrimoine vernaculaire
Patrimonio vernáculo / Patrimônio vernacular / Vernacular heritage

Patrimoine appartenant à une communauté, témoignage de sa vie économique et sociale et de ses traditions. Les bâtiments vernaculaires présentent les caractéristiques suivantes :
- Un mode de construction partagé par la communauté ;
- Un caractère local ou régional en réponse à son environnement ;
- Une cohérence de style, de forme et d'aspect, ou un recours à des types de construction traditionnels ;
- Une expertise traditionnelle en composition et en construction transmise de façon informelle ;
- Une réponse efficace aux contraintes fonctionnelles, sociales et environnementales ;
- Une application efficace de systèmes et du savoir-faire propres à la construction traditionnelle.

L'appréciation et l'efficacité de la protection du patrimoine vernaculaire dépendent de l'engagement et du soutien de la collectivité, de son utilisation et de son entretien continuels.
Les gouvernements et les autorités compétentes doivent reconnaître à toutes les collectivités le droit de préserver leurs modes de vie traditionnels et de les protéger par tous les moyens législatifs, administratifs et financiers à leur disposition et de les transmettre aux générations futures.
Charte du Patrimoine Bâti Vernaculaire, ratifiée par la 12è Assemblée Générale de ICOMOS, au Mexique, octobre 1999

Paysage
Paisagem / Paisaje / Landscape

Aux fins de la présente Convention :
a. *Paysage* désigne une partie de territoire telle que perçue par les populations, dont le caractère résulte de l'action de facteurs naturels et/ou humains et de leurs interrelations ;

b. *Politique du paysage* désigne la formulation par les autorités publiques compétentes des principes généraux, des stratégies et des orientations permettant l'adoption de mesures particulières en vue de la protection, la gestion et l'aménagement du paysage ;
c. *Objectif de qualité paysagère* désigne la formulation par les autorités publiques compétentes, pour un paysage donné, des aspirations des populations en ce qui concerne les caractéristiques paysagères de leur cadre de vie ;
d. *Protection des paysages* comprend les actions de conservation et de maintien des aspects significatifs ou caractéristiques d'un paysage, justifiées par sa valeur patrimoniale émanant de sa configuration naturelle et/ou de l'intervention humaine ;
e. *Gestion des paysages* comprend les actions visant, dans une perspective de développement durable, à entretenir le paysage afin de guider et d'harmoniser les transformations induites par les évolutions sociales, économiques et environnementales ;
f. *Aménagement des paysages* comprend les actions présentant un caractère prospectif particulièrement affirmé visant la mise en valeur, la restauration ou la création de paysages.

Convention européenne du paysage, adoptée par le Comité des Ministres du Conseil de l'Europe, le 19 juillet 2000

Plan d'occupation des sols (POS)
Plan de ocupación de suelos / Lei de uso e ocupação do solos (LUOS) / Land Use Map

Document d'urbanisme, en général à l'échelle d'une commune, fixant les règles générales d'utilisation du sol qui s'imposent à tous. L'objet premier du POS est de définir de façon précise les droits attachés à chaque parcelle, mais aussi d'organiser le tissu urbain en définissant la destination des constructions, les densités, de localiser les emplacements réservés pour la réalisation d'équipements et de protéger les espaces naturels ou agricoles. Le POS doit être compatible avec les schémas directeurs lorsqu'il en existe, avec les prescriptions d'aménagement et d'urbanisme, respecter les servitudes d'utilité publique et les projets d'intérêt général. Localement il peut être remplacé par un plan d'aménagement de zone ou par un plan de sauvegarde et de mise en valeur dans un secteur sauvegardé.
L'aspect majeur du plan d'occupation des sols est le zonage dont le règlement précise les règles et que les documents graphiques localisent avec précision.

« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay, Presses Universitaires de France, 2ème édition, 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Plan de sauvegarde et de mise en valeur (PSMV)
Plano de protección y valorización/ Plano de proteção e valorização/ Preservation and rehabilitation area map

En France, c'est un document d'urbanisme qui garantit la cohérence et la qualité des actions opérationnelles menées à l'intérieur de son périmètre. Document de référence pour la conservation du patrimoine urbain, comportant une classification très pointue des immeubles et des espaces selon leur degré d'intérêt à la fois propre, sur les plans de l'architecture, de la qualité de traitement, de leur devenir ou de l'authenticité, et relatif par la place qu'ils occupent dans le tissu urbain. Il exprime et met en œuvre la politique d'urbanisme de la commune qui peut intervenir sur l'équilibre des fonctions urbaines, la morphologie urbaine, sur la voirie et les problèmes de stationnement ou de circulation et sur les équipements publics.

Extrait des propos de Mme Catherine Bersani, Directeur de l'architecture et de l'urbanisme au Ministère de l'Equipement, préface au livre « Les secteurs sauvegardés », DA/MCC, 1997.

Document d'urbanisme devant être établi dans les secteurs sauvegardés et comporter notamment l'indication des immeubles et ensembles qui ne doivent pas faire l'objet de démolition, de modification ou d'aliénation. Prévoit également les travaux à envisager pour la mise en valeur de certains quartiers.
«Comprendre l'urbanisme », Paul Boury, Editions du Moniteur, 2ème édition,1980.

Planification urbaine
Ordenación urbana / Planificação urbana / Urban planning

La planification urbaine est la méthode de prévision et d'organisation qui permet aux autorités publiques d'orienter et de maîtriser le développement urbain par l'élaboration et la mise en œuvre de documents d'urbanisme. Elle s'exprime essentiellement par deux documents : les Schémas Directeurs et les Plans d'Occupation des Sols. Ils fixent les orientations fondamentales de l'organisation des territoires intéressés, en tenant compte à la fois des besoins de l'extension urbaine, de l'exercice des activités agricoles et de la préservation des sites et paysages.
«Encyclopédie multimédia Universalis », 1999.

Préservation
Preservación / Preservação / Preservation

Ensemble de mesures préalables visant à mettre à l'abri d'un mal précis ou éventuel un site, un monument ou une construction.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Programme
Programa / Programa / Program

Le programme d'un projet est un document écrit, clair et précis, dans lequel le maître d'ouvrage définit l'ensemble des objectifs d'une ou de plusieurs opérations. Son élaboration est une des responsabilités essentielles du maître d'ouvrage, car de sa qualité dépend, en grande partie, la qualité de la réponse urbaine et architecturale et donc la satisfaction des différents utilisateurs. Le programme constitue un document de travail et de référence pour tous les intervenants. Il sert autant de base de dialogue, de négociations et d'engagement commun sur des objectifs, des coûts, des délais entre le maître d'œuvre, les administrations concernées, les bailleurs de fonds éventuels, et la population. Le contenu du programme reprend l'essentiel des études préalables, présente les idées directrices de l'opération, clarifie les enjeux sociaux, culturels, économiques, établit une hiérarchie des objectifs, donne une définition des performances à réaliser et indique le rôle de chaque intervenant. Il comporte une présentation de la vie de l'équipement (principes de fonctionnement, affectation des espaces), les objectifs qualitatifs (qualité du service, insertion urbaine du projet, valeur symbolique s'y attachant), les contraintes de délais et de coûts et l'indication de l'enveloppe financière de l'opération.
«Glossaire Approche de la ville », Xavier Rabanel, Ecole Centrale Paris, 2002.

Prospective
Prospectiva / Prospecção / Futurology

Recherche visant à déterminer l'évolution probable ou possible de phénomènes et par la suite à estimer qualitativement et quantitativement les changements susceptibles d'intervenir, plus ou moins sûrement, plus ou moins rapidement, dans le ou les domaines considérés.

«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil international de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Prospects
Distancia mínima entre dos edificios / Afastamentos / Minimum clearance

Distance minimale imposée par l'administration entre deux bâtiments, entre un bâtiment et le périmètre du terrain, ou coupe du bâtiment par rapport à la rue.
«Glossaire Approche de la ville », Ecole Centrale Paris, 2002.

Protection des abords (d'un monument historique)
Protección del entorno) / Proteção da envolvência / Protection of surroundings

Servitude s'exerçant sur une zone proche d'un monument et visant à maintenir ou améliorer la qualité de son environnement.
Olivier Godet, architecte, ABF, MRAI, mai 1999.

Protection des monuments historiques
Protección de monumentos históricos / Proteção de monumentos históricos / Protection of historic monuments

Ensemble de dispositions juridiques, administratives et financières qui permettent de placer les monuments à l'abri des atteintes de toute sorte, en particulier de la destruction, et d'organiser les conditions de leur conservation, de leur restauration ou de leur mise en valeur.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993

Quartier
Barrio / Bairro / Quarter

Fraction du territoire d'une ville, dotée d'une physionomie propre et caractérisée par des traits distinctifs lui conférant une certaine unité et une individualité. Dans certains cas, le nom du quartier peut être donné à une division administrative d'une ville, mais le plus souvent, le quartier est indépendant de toute limite administrative. On parle encore de quartier pour désigner la communauté des habitants d'une partie de la ville.
« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème édition, 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998

Ravalement
Revoque de fachadas / Reintegração de fachadas / Facade renovation

Travaux d'entretien des façades des immeubles. Tous les travaux de remise en état d'un mur de façade par regrattage, nettoyage de la pierre, application d'un enduit ou d'une peinture.
«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998

Réaménagement
Reordenamiento / Reordenamento, requalificação / Replanning

Modification apportée à la répartition des éléments de construction et d'équipement d'un îlot, d'un quartier, d'une ville, en vue d'une utilisation plus satisfaisante.

Recyclage
Reciclaje / Reciclagem / Recycling

Récupération d'espaces ou d'édifices désaffectés en vue de leur donner une nouvelle utilisation.

Reconstruction d'un bâtiment
Reconstrucción de un edificio / Recontrução de um edificio / Reconstruction of a building

Travaux réalisés pour refaire totalement ou partiellement une installation déjà existante, dans l'emplacement qu'elle occupe, tout en conservant les aspects essentiels du tracé d'origine.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Réfection
Refacción / Reforma / Reconditioning
Remise à l'état de neuf.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Régime patrimonial
Régimen patrimonial / Diretrizes de proteção do patrimônio / Rules and regulations governing heritage issues

Ensemble de dispositions, d'arrêtés et de réglementations qui régulent les interventions architecturales et urbanistiques dans les zones patrimoniales. Dans le régime patrimonial on peut inclure les dispositions établissant des stimulations ou celles à caractère punitif, visant à protéger et revitaliser un secteur patrimonial.
Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Réhabilitation d'un édifice
Rehabilitación de un edificio / Reabilitação de um edificio / Rehabilitation of a building

Travaux dont la finalité est la récupération et la remise en état d'une construction, une fois résolues toutes les anomalies constructives, fonctionnelles, d'hygiène et de sécurité cumulées tout au long des années, et menant à bien une modernisation dont le but est de lui faire mieux remplir ses fonctions, jusqu'à s'approcher des actuels niveaux d'exigence.
«Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Réhabilitation urbaine
Rehabilitación urbana / Reabilitação urbana / Urban rehabilitation

C'est une stratégie de gestion urbaine qui permet la requalification d'une ville existante par de multiples interventions destinées à valoriser ses potentialités sociales, économiques et fonctionnelles afin d'améliorer la qualité de vie des populations résidentes. Ceci exige l'amélioration physique du parc construit à travers sa réhabilitation et l'installation d'équipements, d'infrastructures et d'espaces publics, conservant ainsi l'identité et les caractéristiques du secteur pris en compte.
«Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Dispositions prises en vue de rendre à une ville ou à un ensemble historique ses qualités disparues, sa dignité, ainsi que son aptitude à jouer un rôle social.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace», Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Procédures visant la remise en état d'un patrimoine architectural et urbain longtemps déconsidéré et ayant récemment fait l'objet d'une revalorisation économique, pratique et/ou

esthétique. C'est donc l'ensemble des travaux visant à transformer un local, un immeuble ou un quartier en lui rendant les caractéristiques qui les rendent propres au logement des ménages dans des conditions satisfaisantes de confort et d'habitabilité, tout en assurant de façon durable la remise en état du gros œuvre et en conservant les caractéristiques architecturales majeures des bâtiments.
«Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement», sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Remembrement (parcellaire)
Concentración parcelaria / Remembramento / Redistribution of plots

Regroupement de parcelles ou de volumes pour former des ensembles d'un seul tenant.
«Vocabulaire International des termes d'Urbanisme et d'Architecture», Henri-Jean Calsat et Jean Pierre Sydler, Société de diffusion des Techniques du bâtiment et des Travaux Publics, 1ère édition, 1970.

Rénovation d'un bâtiment
Renovación de un edificio / Renovação de um edificio / Renovation of a building

Travaux de reconstruction complète et à neuf d'une construction sur un emplacement déjà bâti.
«Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Rénovation urbaine
Renovación urbana / Renovação urbana / Urban renovation

Opérations de restructuration. Substitution systématique des éléments neufs aux anciens pour répondre ou s'accorder à une nouvelle conception de la cité ou à des besoins nouveaux. Régéné-ration et remise à l'état de neuf par transformation et substitution d'éléments de même nature.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace», Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Action impliquant la démolition des structures morphologiques et typologiques dans un secteur urbain dégradé et sa conséquente substitution par un nouveau modèle urbain, avec des nouvelles constructions (réalisées d'après des typologies architecturales contemporaines) configurant un secteur avec une nouvelle structure fonctionnelle. Aujourd'hui, ces stratégies se développent sur des tissus urbains dégradés auxquels on ne reconnaît pas de valeur en tant que patrimoine architectural ou ensemble urbain à préserver.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Procédure d'urbanisme permettant d'engager une opération qui comprend l'appropriation du sol dans un périmètre défini, la démolition des immeubles (ou leur restauration), l'éviction des occupants et leur réinstallation, la mise en état des sols et la rétrocession des terrains.
« Comprendre l'urbanisme », Paul Boury, Editions du Moniteur, 2ème édition, 1980.

Requalification urbaine
Recalificación urbana / Requalificação urbana / Urban reassessment

Il s'agit des opérations réalisées sur des sites qui ne sont pas à usage d'habitation. Ces opérations visent à proposer pour ces espaces de nouvelles activités plus adaptées au contexte actuel.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995

Réseaux
Redes / Redes / Networks

Ensemble des lignes, des voies de communication, des conducteurs électriques, des canalisations, etc., qui desservent une même unité géographique.
« Le Robert Electronique ».

Restauration d'un édifice
Restauración de un edificio / Restauração de um edificio / Restoration of a building

Travaux réalisés par des spécialistes ayant comme finalité la conservation et la consolidation d'une construction ainsi que sa préservation. Ce travail consiste dans le rétablissement intégral ou partiel de sa conception originale ou des moments les plus significatifs de son histoire.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995.

Une opération de restauration consiste à conserver au quartier considéré son style propre, tout en transformant les aménagements internes des édifices, de façon à rendre l'habitat moderne et confortable.
André Malraux. Discours du ministre des Affaires culturelles fait le 24-07-1962 pour présenter à l'Assemblée nationale le Projet préparatoire à la loi du 04-081962 sur les Secteurs Sauvegardés

Rétablissement intégral, dans leurs matières et dans leurs formes, des dispositions architecturales ou des ornements abîmés ou détruits, dont il reste des traces indubitables d'authenticité.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace», Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

La restauration est le rétablissement de l'essence d'un bien à un état antérieur connu. Art. 14. La restauration doit servir à montrer de nouveaux aspects de la signification culturelle du bien. Elle est basée sur le principe du respect de l'ensemble des témoignages disponibles, qu'ils soient matériels, documentaires ou autres, et doit s'arrêter là où commence l'hypothèse.
« Charte de Burra », ICOMOS, Australie, 1980

Restitution
Restitución / Restituição / Ideal reconstruction

- Figuration, par dessin ou maquette, d'un monument ou ouvrage tel qu'il existait à son origine.
- Réfection, en matériaux neufs, de la totalité ou d'une partie d'un monument ou d'un ouvrage tel qu'il existait, d'après des témoins matériels complétés par des déductions logiques.
«Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace», Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Revitalisation
Revitalización / Revitalização / Revitalization

Processus qui conjugue la réhabilitation architecturale et urbaine des centres historiques et la revalorisation des activités urbaines qui y ont lieu. La revitalisation urbaine englobe des opérations destinées au redémarrage de la vie économique et sociale d'une partie de la ville en déclin. Cette notion, proche de celle de réhabilitation urbaine, s'applique à toutes les zones des villes avec ou sans identité et caractéristiques remarquables.
« Charte de Lisbonne », octobre 1995.

A long terme, le but recherché est de conserver et réhabiliter le patrimoine du centre historique en lui restituant son importance fonctionnelle, en revitalisant les activités commerciales et les services traditionnels, en facilitant l'accès aux services et en s'efforçant de promouvoir l'utilisation adéquate et l'entretien des bâtiments publics et privés, afin qu'il devienne attractif pour les visiteurs intéressés par l'histoire et la culture locales. La stratégie pour la réactivation d'un centre historique peut s'appuyer sur :

- la rénovation urbaine qui permet l'amélioration de la qualité de vie, au bénéfice de l'ensemble de la population résidente et des usagers ;
- l'amélioration de l'économie, en se concentrant sur le développement local, et la création d'un climat de confiance et de sécurité pour les investisseurs :
- une participation citoyenne, source d'appropriation, d'identité culturelle et de nouvelles activités permettant la revitalisation du centre historique, dans le cadre d'une éducation urbaine, avec l'usage de nouvelles pratiques sociales en accord avec l'environnement.

«La ciudad en el siglo XXI», Teodoro Peña («Centro histórico de Quito»), édité par Eduardo Rojas et Robert Daughters.

La dégradation des zones centrales suit des modèles généraux d'obsolescence fonctionnelle physique ou économique des bâtiments et de l'infrastructure. Les variations dans la combinaison de ces modèles et de leurs interactions conduisent à de profondes différences dans l'impact du déclin et du potentiel de revitalisation de ces zones.

«Revitalisation urbaine, La ciudad en el siglo XXI», Eduardo Rojas, BID, édité par Eduardo Rojas et Robert Daughters. Eduardo Rojas a participé aux séminaires Sirchal 1, Paris, mai 1998 , Sirchal 2, Quito, novembre 1998, et Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999. Robert Daughters a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Sauvegarde
Salvaguardia / Salvaguarda / Safeguard

Préservation de la vie dans les monuments ou ensembles monumentaux, par le maintien de leurs fonctions d'origine ou l'introduction de fonctions nouvelles de même ordre.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Schémas directeurs
Planes directores / Planos diretores / Master Plans

Documents de planification urbaine, établis par application du Code de l'urbanisme, ils concernent généralement un ensemble de communes et peuvent être complétés et précisés par des schémas de secteur, sur tout ou partie du territoire couvert par le schéma directeur.
« Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement », sous la direction de Pierre Merlin et Françoise Choay , Presses Universitaires de France, 2ème éd., 1996. Françoise Choay a participé au séminaire Sirchal 2, Quito, novembre 1998.

Secteur patrimonial
Area patrimonial / Zona de proteção / Heritage sector

Zone du territoire, et particulièrement partie d'une ville avec des caractéristiques architecturales,
spatiales et urbanistiques, qui témoignent de son développement urbain, contribuent à son identité, et permettent de différencier ce secteur du reste de la ville.
Gustavo Aller, architecte, Montevideo, Uruguay, participant au séminaire Sirchal 3, Santiago-Valparaiso, mai 1999.

Secteurs sauvegardés
Sectores protegidos / Setores protegidos / Safeguarded sector

Ce sont le plus généralement des villes historiques, des centres anciens marqués par une longue histoire urbaine, des tissus urbains exceptionnels. Ce sont des milieux urbains qui recouvrent une typologie variée tant en taille qu'en morphologie : cœurs de villes, centres urbains, anciens bourgs, quartiers. En France, il existe aujourd'hui 91 secteurs sauvegardés qui couvrent plus de 5000 hectares de quartiers historiques et dans lesquels vivent plus de 800.000 habitants. La politique des secteurs sauvegardés a pour objectif la conservation, la restauration et la mise en valeur de l'ensemble du patrimoine urbain.
« Les secteurs sauvegardés », DA/MCC, 1998.

Site
Sitio, emplazamiento / Sítio / Site

Configuration propre du lieu occupé par un établissement humain.
« Petit Larousse », 1998.

Oeuvre combinée de l'homme et de la nature, partiellement construite et constituant un espace suffisamment caractéristique et homogène pour faire l'objet d'une délimitation topographique, avec remarquable intérêt historique, archéologique, artistique, scientifique, social ou technique.
« Convention de Grenade » (1987) et « Convention de Malte » (1996).

Lieu remarquable, caractérisé par une intervention particulière de l'homme, soit au contraire par une absence totale d'intervention et susceptible d'être protégé en raison de son intérêt.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Site classé (en France)
Sitio clasificado / Sítio tombado / Classified site (in France)

Le classement d'un site est prononcé par arrêté ministériel après enquête administrative et accord ou non-opposition des propriétaires et avis de la Commission départementale des sites. Lorsqu'un site est classé, tous les projets susceptibles de modifier l'état du site nécessitent une autorisation spéciale délivrée à niveau ministériel, après avis de la Commission départementale des sites et, pour les travaux importants, de la Commission supérieure des sites.
« Encyclopédie du Patrimoine », 1ère édition, René Dinkel, Les Encyclopédies du Patrimoine, 1999.
« La réhabilitation en France », Dossier ANAH : juillet 2000.

Site inscrit (en France)
Sitio inscrito / Sítio inscrito (na França) / Listed site (in France)

Sont susceptibles d'être inscrits les sites qui, sans présenter une valeur ou une fragilité telles que soit justifié leur classement, ont assez d'intérêt pour que leur évolution soit surveillée de très près. Peuvent demander la protection d'un site, son propriétaire ainsi que toute personne physi-que ou morale : collectivité territoriale, particulier, association, ainsi que l'Etat ou la Commission départementale des sites.
« Encyclopédie du Patrimoine », 1ère édition, René Dinkel, Les Encyclopédies du Patrimoine, 1999.

Site urbain
Sitio urbano / Sítio urbano / Urban site

Site sur lequel a été élevé un ensemble urbain considéré comme remarquable.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Site naturel
Sitio natural / Sítio natural / Natural site

Site considéré du point de vue de la beauté de son paysage ou de la conservation de la nature.
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993

Taudis
Tugurio / Pardieiro / Slum
Logement impropre à l'habitation, soit parce qu'il est misérable et insalubre, soit parce qu'il est excessivement dégradé.

Tissu urbain
Tejido urbano, trama urbana / Tecido urbano / Urban fabric

Organisation spatiale et disposition de l'habitat et des activités dans une ville, répartition des villes dans un territoire donné.
« Petit Larousse », 1980.

Urbanisme
Urbanismo / Urbanismo / Urbanism

Art, science et technique de l'aménagement rationnel des villes et des campagnes. Ensemble des mesures prises pour orienter et contrôler l'affectation et l'utilisation des sols.
«Encyclopédie du Patrimoine », 1ère édition, René Dinkel, Les Encyclopédies du Patrimoine, 1999.

Ensemble des mesures techniques, administratives, économiques et sociales qui doivent permettre un développement harmonieux, rationnel et humain des agglomérations.
«Dictionnaire Larousse», 1998.

Science de l'organisation des villes.
« Charte d'Athènes », 1933.

Action volontariste tendant à favoriser ou à maîtriser la croissance urbaine, l'urbanisme aura donc à engendrer des contraintes qui exprimeront, dans un langage juridique, à la fois une volonté politique et une expression tactique. Action de synthèse, l'urbanisme aura aussi à mettre en jeu diverses disciplines parmi lesquelles l'architecture, l'organisation du sol, le droit public et privé, la sociologie, l'économie, la géographie et la géologie.
« Comprendre l'urbanisme », Paul Boury, Editions du Moniteur, 2ème édition, 1980.

Ville
Ciudad / Cidade / Town
Agglomération caractérisée par les critères suivants : nombre (densité, importance); genre de vie (activités, relations); dépendance (approvisionnement et diffusions); aspect (édifices, équipe-ment, organisation).
« Dictionnaire multilingue de l'aménagement de l'espace », Henri-Jean Calsat, Conseil International de la langue française, Presses Universitaires de France, 1993.

Les villes sont un produit du temps... A la fois un bien physique de la vie sociale et un symbole des mouvements collectifs...
« La culture des villes », Lewis Munford.

La ville n'est certes pas une juxtaposition de gestes monumentaux, ni à moindre échelle une somme d'architectures, ni encore une confrontation de styles fussent-ils anciens ou contemporains. La ville est un patrimoine vivant dont le tissu « ordinaire » constitue un liant essentiel et nécessaire qui confère à chaque ville son identité.
Extrait des propos de François Barré, ancien directeur de l'Architecture et du Patrimoine, préface au livre « Les secteurs sauvegardés », DA/MCC, 1998.

La ville est le fruit du hasard aussi bien que de la nécessité. Elle est le lieu, par excellence, de l'apprentissage des valeurs partagées. Habiter la ville est autant un acte imaginaire qu'un acte politique.
Propos de François Barré, Directeur de l'Architecture et du Patrimoine, film « La beauté de penser », ARTV Chili /INA France, 1999.

La ville est multiple, hétérogène. Elle n'a pas une Histoire mais des histoires, de même qu'elle n'a pas une mémoire mais des mémoires, diverses et non hiérarchisables, stratifiées ou juxtaposées. Chaque intervention que l'on y projette doit être informée des traces du passé, qui contiennent déjà, pour peu que l'on sache les lire, l'invisible tracé du projet à venir.
Dossier « Mémoire et projet », revue « Urbanisme » n° 303, Bernard Huet, architecte et urbaniste, décembre 1998.

L'étude approfondie de la constitution et de l'évolution de la structure urbaine, de son implantation dans le site, de ses tracés, de ses parcellaires, permet la compréhension de la forme actuelle de la ville et des lignes de force de son développement.
« Les secteurs sauvegardés », DA/MCC, 1998.

Mais, même conservée, la ville n'est pas, et ne peut être, un objet de contemplation. Par sa complexité, par la multiplicité des intervenants et des fonctions, elle bouge et se transforme malgré tout et quelles que puissent être les mesures de protection.
Alexandre Melissinos, contribution au groupe de réflexion « Mémoire et Projet », DAPA/MCC, 1997.

Voirie
Vía pública / Malha viária / Roads

Ensemble des espaces réservés et aménagés en vue de permettre la circulation des personnes et des véhicules ou de tout autre moyen de transport terrestre, ainsi que leur stationnement.

Voisinage
Vecindad, vecindario / Vizinhança / Neighbourhood

Proximité d'habitations susceptibles de créer des liens d'intérêt commun. Un groupe de voisinage est un groupe formé d'individus que les rapports et les contacts dus à la proximité spatiale, et parfois la prise de conscience d'intérêts communs, ont rapproché.

Zone de protection du patrimoine architectural, urbain et paysager (ZPPAUP)

Area de protección del patrimonio arquitectónico, urbano y paisajístico / Zona de proteção do patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico (ZPPAUP) / Protection zone for architectural, urban and landscape heritage sites

La procédure des zones de protection du patrimoine architectural et urbain donne à la collectivité locale la possibilité, sur la base du volontariat et en association avec l'Etat, de définir un périmètre à l'intérieur duquel s'appliquent des règles négociées. Elles permettent, d'une part de gérer l'ensemble du tissu urbain et, d'autre part, la conciliation de la protection du tissu ancien et des adaptations nécessaires aux contraintes contemporaines. Ainsi il reste un tissu urbain vivant et est évité l'écueil de l'évolution vers une « ville musée » qui a un coût

de gestion nécessairement très élevé et risque d'être désaffectée par ses habitants. Avec le développement des études sur le paysage comme entité culturelle et économique, ainsi que des outils d'analyse et des méthodologies d'action, cette procédure est étendue au paysage.
« La protection des sites et monuments et la mise en œuvre des ensembles urbains à conserver », Contribution au Rapport National pour le sommet Habitat II, Istanbul, 1997.